

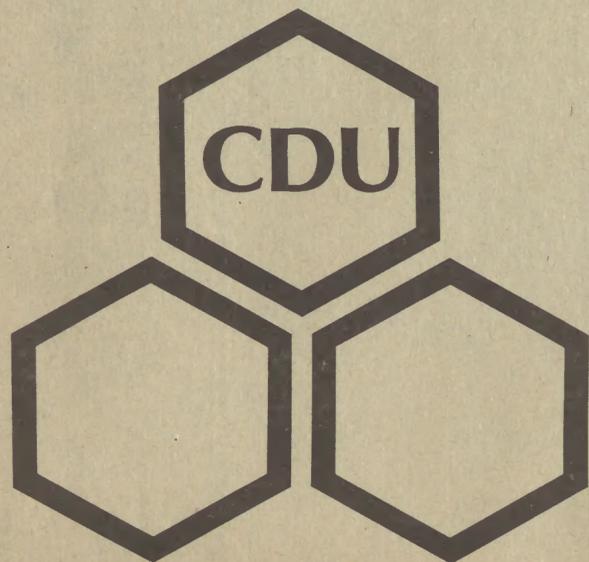
Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 58 - Série VII - N.º 777  
17 de Novembro de 1988  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

## LISBOA



Propostas da CDU para a Área Metropolitana de Lisboa e para as questões do trânsito na capital

Supremo Administrativo dá razão à CDU e impõe demissão de Abecasis da EPUL

Págs. 12 e 13/Semana



## congresso PCP Em Foco

Informações

Reportagens

Cartas do Leitor

Tarefas

## LUTAS

No seguimento da Conferência contra a precaridade ilegal do emprego, reúne-se hoje o Conselho Nacional da CGTP.

Marcado para amanhã um Plenário Nacional de Sindicatos

A «praga verde» na Publicidade

Professores e outros trabalhadores do Estado (TFPs) reclamam sobre salários, carreiras e outros direitos sociais. Fenprof recebida pelo Presidente da República.

Greve no Ensino anunciada para amanhã

Protestos no Estaleiro de Viana do Castelo

Luta na Vodratex

9,6 por cento conseguidos em Beja

INDEP continua com salário em atraso

Págs. 1,2,3, e 4/Semana

# PROCLAMADO ESTADO PALESTINIANO

Em nome do Conselho Nacional Palestino (parlamento no exílio), reunido em Argel, Yasser Arafat proclamou a constituição do Estado independente da Palestina na margem ocidental do rio Jordão e na faixa de Gaza

Pág. 16/Semana

## Reunião do Comité Central do PCP

Resolução do CC e  
informação do  
Secretariado do CC  
nas págs. 10 e  
11/Semana



Pág. 14/Semana

## ORDENS DE LÉNINE E MARX ATRIBUÍDAS A ÁLVARO CUNHAL

Por ocasião do 75.º aniversário do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, foi-lhe atribuída pelo Presidium do Soviète Supremo da URSS e assinada pelo seu presidente M. Gorbatchov, a Ordem de Lénine. Igualmente lhe foi atribuída a Ordem de Marx pelo presidente do Conselho de Estado da RDA, por proposta do Bureau Político do CC do PSUA e assinada por E. Honecker, chefe de Estado da RDA.

Enviaram também felicitações: o Comité Central do Partido Comunista da União Soviética; E. Honecker, secretário-geral pelo CC do PSUA; W. Jaruzelski, 1.º secretário do CC do Partido Operário Unificado Polaco; T. Jivkov, secretário-geral

pelo CC do PC Búlgaro; M. Jakes, secretário-geral do PC da Checoslováquia; J. Kadar, presidente do Partido Operário Socialista Húngaro e K. Grosz, secretário-geral pelo CC do POSH; N. Ceausescu, secretário-geral do PC Romeno; Z. Batmung, secretário-geral pelo CC do Partido Popular Revolucionário Mongol; Kim Il Sung, secretário-geral pelo CC do Partido dos Trabalhadores da Coreia; Luis Corvalan, secretário-geral do PC do Chile; M. Vilner, secretário-geral pelo CC do PC de Israel; H. Mies, presidente do Partido Comunista da Alemanha, pelo CC; F. Muhri, presidente do PC da Austrália, pelo CC; e Kajanoja, presidente do Partido Comunista da Finlândia (Unidade), pelo CC.

## A mudança e os princípios

«**M**udança» é uma palavra que entrou nos últimos tempos com desusada frequência na terminologia do nosso debate ideológico e político. No plano em que é usada exprime claramente o sentido do «devir».

É compreensível que assim aconteça. No momento actual mudanças essenciais estão de facto na ordem do dia. Uma nova época está em gestação, dela somos contemporâneos e comparsas, a «mudança» processa-se sob os nossos olhos.

Categoria dialéctica que vem dos primórdios da filosofia, foi-se despojando da ganga da metafísica ao longo do processo de desenvolvimento do pensamento científico e é, com toda a sua carga subjectiva, um fenómeno eminentemente objectivo, com as suas leis, as suas características, as suas formas, os seus «tempos».

Tudo muda, tudo está em permanente mudança.

«Não é possível entrar duas vezes no mesmo rio» — dizia Heráclito; «Todo o mundo é composto de mudança» — escreveu lapidariamente o nosso Épico nacional.

O marxismo-leninismo ensinou-nos, porém, a dissecar, a analisar, a classificar o fenómeno; ensinou-nos a distinguir a sua natureza intrínseca, o seu sentido, as suas formas; apetrechou-nos para influir no processo e a determinar o processo.

Tudo isto, que nos é difícil pôr aqui em termos mais chãos, é útil lembrar no momento em que muito se fala entre nós de «mudança» e quando, dentro de breves dias, se vão iniciar os trabalhos do XII Congresso do nosso Partido que se propõe dar à «mudança» a resposta política adequada e concreta.

**C**omo é do conhecimento público, no debate actual que se desenvolve em torno da preparação e realização do nosso XII Congresso — das propostas políticas, das Teses e projectos de documentos básicos que lhe vão

ser submetidas — alguns membros do Partido, à margem da organização erigindo-se em arautos da «mudança», arrogam-se o papel de «renovadores» em oposição aos actuais dirigentes do Partido (que consideram «fossilizados» e «conservadores»).

Atacam em termos impróprios aquilo a que chamam de «resistência» e «medo à mudança», de «imobilismo» e de «falta de abertura» da parte dos organismos dirigentes do Partido que se mostram, em seu entender, coriáceos às propostas e opiniões divergentes.

A realidade dos debates que se travam à volta da preparação e realização do Congresso constitui um formal desmentido a tais acusações sem base.

No impressionante conjunto de opiniões e propostas (algumas necessariamente críticas) manifestadas pelos militantes e colectivos do Partido no pleno uso dos seus direitos democráticos e no quadro da ampla democracia interna do Partido, tem sido possível recolher uma contribuição muito variada e extremamente rica de conteúdo para a justa resposta política do Congresso às mudanças e desafios da época actual e da que se perspectiva a médio prazo.

Nos poucos dias que ainda faltam até à data limite para a entrega de propostas e emendas é desejável e é de admitir que essa indispensável contribuição dos militantes se enriqueça ainda mais e que cheguemos ao XII Congresso com um valioso património de ideias e propostas que dele farão um marco singular da vida e da história do nosso Partido.

**E**ntretanto, que mudanças se produziram e se estão produzindo e que mudanças preconizam aqueles camaradas que à revelia da organização e das regras estatutárias do Partido formulam críticas que ninguém impediu que fossem manifestadas no seio do seu Partido?

As Teses (Relatório da Actividade do Partido desde o X Congresso), os projectos do novo

Programa e de Alterações aos Estatutos, fornecem uma base de «leitura» válida e colectivamente elaborada da situação nacional e da sociedade portuguesa contemporânea, das alterações políticas, económicas e sociais produzidas nos últimos anos, dos avanços e recuos da revolução portuguesa e da política do PCP, uma «leitura» que está enriquecida e pode vir a sê-lo ainda mais com a contribuição dos militantes.

A luta por uma Democracia Avançada no limiar do século XXI, recolhe a experiência positiva e as conquistas da Revolução de Abril, «realização histórica do povo português», insere-as nos objectivos fundamentais a alcançar, tem como motor e decisivo elemento de concretização desses objectivos o PCP, partido da classe operária portuguesa, profundamente enraizado no povo, guiado pelos princípios do marxismo-leninismo, dentro de uma aliança de forças que se inscreve no quadro de uma democracia pluralista. Aponta, finalmente, a Democracia Avançada no limiar do século XXI para o futuro socialista de Portugal.

Algumas das ideias e propostas enunciadas pelos camaradas que as formularam à revelia da organização e dos Estatutos do Partido — numa actividade de tendências fraccionistas incompatível com a natureza e os princípios orgânicos e ideológicos do Partido — no meio de outras que poderiam ser acolhidas sem dificuldades, não podem aceitar-se como alternativa às propostas programáticas do Comité Central e à linha orgânica que inspira as suas propostas estatutárias.

Na essência, se tais ideias vingassem no interior e na acção do PCP, atentariam frontalmente contra o carácter de classe e os princípios do marxismo-leninismo do Partido, inflectiriam inevitavelmente o Partido uma via social-democratizante incompatível com a sua madre social e o seu passado histórico.

A «mudança» que preconizam representaria objectivamente uma viragem para trás e não com os olhos postos em frente um acertar o passo com as novas realidades emergentes e em perspectiva.

# Resumo

9

Quarta-feira

A CGTP anuncia a realização de uma conferência nacional sobre o desenvolvimento e a precariedade do emprego. Em conferência de imprensa, Carvalho da Silva diz que a precariedade no trabalho «é hoje indiscutivelmente o problema social mais grave e com grandes implicações na evolução da sociedade portuguesa.» ■ Documento do Instituto do Vinho e da Vinha afirma que o programa de reestruturação da vinha tem um custo total de 30,4 milhões de contos ■ Nova proposta de paz da União Soviética. A Academia de Ciências da URSS propõe a retirada de 40 divisões blindadas da Europa Central ■ Mais um dia de greve geral nos territórios árabes ocupados. Exército israelita reprime manifestantes e mata a tiro criança de quatro anos ■ A Câmara dos Comuns inglesa aprova um texto que permite aos tribunais tirar «conclusões apropriadas do silêncio de um acusado», acabando assim com o direito ao silêncio dos réus, uma tradição do direito britânico ■ Quarta-feira negra para o futebol português. Benfica, Sporting e Futebol Clube do Porto são afastados das competições europeias de futebol.



10

Quinta-feira

Vários dos seus postulados «renovadores» carecem de novidade. Em condições diferentes e formas diferentes foram contestados na sua época por Marx, Engels, Lênine e outros teóricos do marxismo-leninismo na polémica ideológica, foram além disso rejeitados pela experiência de luta dos povos quando submetidos à prova da vida.

É notório, à medida que se aproxima o dia da abertura dos trabalhos do Congresso, que se intensifica a campanha ideológica e política da direita contra o PCP, que se multiplicam os ataques, mentiras e calúnias contra os comunistas e a sua Direcção ao mesmo tempo que silenciam a sua contribuição concreta para a solução dos problemas nacionais mais candentes, a sua intervenção positiva e insubstituível na luta pela defesa da democracia, do progresso social, da Paz e da Independência nacional.

Uma «santa aliança» anticomunista mobiliza enxames de «comentadores», «colunistas» e «analistas», e os vastos recursos de que dispõe para tentar dismantelar e tornar inoperante o grande Partido da classe operária portuguesa, principal obstáculo aos planos restauracionistas da contra-revolução.

É sobretudo «tocante» a entusiasmada defesa que o anticomunismo faz de todos os que se opõem ou discordam da Direcção do PCP, e a ataques violentos contra os dirigentes que se mantêm fiéis ao seu Partido, a quem acusam de «estalinistas» e de inimigos da «perestroika»...

A técnica é velha, suficientemente conhecida e verificada em relação a outros Partidos comunistas irmãos da Europa Ocidental.

Não lhe faremos a vontade. O PCP sairá mais forte e mais unido do seu XII Congresso, os comunistas portugueses darão com a sua unidade, a sua determinação e coerência revolucionárias, com o reforço da sua ligação às massas e do seu Partido marxista-leninista a resposta aos complexos desafios da hora presente.

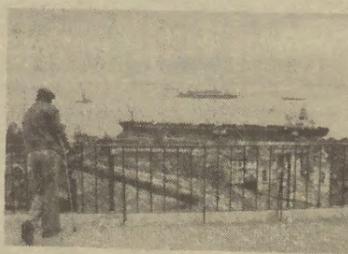
11

Sexta-feira

A Assembleia da República começa a debater a proposta governamental da Lei de Bases do Estatuto da Condição Militar ■ Membros das estruturas representativas dos trabalhadores bancários iniciam em Lisboa um encontro nacional, destinado a debater os efeitos da entrada em vigor do mercado único europeu, e ainda os direitos dos trabalhadores ■ O presidente do Parlamento da República Federal da Alemanha demite-se na sequência do escândalo provocado pela sua intervenção no decorrer da sessão solene evocativa do 50.º aniversário da noite de cristal ■ Em Genebra, recomeçaram as negociações quadripartidas sobre a paz em Angola e a independência da Namíbia.

12

Sábado



O responsável pelo Serviço de Combate à Poluição do Mar por Hidrocarbonetos afirma que as descargas poluidoras feitas no rio Tejo ocorrem frequentemente de noite e em condições de maré vazante, para permitir o seu rápido desaparecimento ■ A Conferência Nacional da CGTP subordinada ao tema «Emprego Seguro Defender a Constituição», conclui que nem o contrato efectivo é um privilégio, nem o contrato precário é normal ■ Os preços mais baixos dos produtos e os horários mais amplos dos hipermercados, são os dois principais factores apontados pelos comerciantes de Lisboa como lesivos do comércio tradicional. Esta uma conclusão de um inquérito elaborado pela Câmara Municipal de Lisboa e agora divulgado ■ Em Argel começa a reunião do Conselho Nacional Palestino. Em pers-

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, é condecorado, por ocasião do seu 75.º aniversário, com as ordens de Lenine e de Marx, as mais altas condecorações da União Soviética e da República Democrática Alemã, respectivamente ■ O Conselho de Ministros analisa a evolução dos trabalhos preparatórios do sistema retributivo da Função Pública ■ A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP faz o seguinte ponto da situação da realidade social do distrito de Lisboa: «desemprego, insegurança, trabalho precário e salários em atraso» ■ Escândalo na República Federal da Alemanha. O presidente do Parlamento tece elogios a Hitler na sessão comemorativa do 50.º aniversário da noite de cristal. Uma data que marca o começo do holocausto ■ Tropa brasileira reprime paralisação numa siderurgia estatal e mata oito operários, ferindo ainda outros 30 ■ Em Seul, milhares de sul-coreanos manifestam-se exigindo a prisão do antigo presidente do país, Chun-Doo-Hwan ■ O Belenenses, último representante português nas competições europeias de futebol, é eliminado da Taça UEFA pelo Velez Mostar.



pectiva, a declaração de um Estado Palestino independente na Cisjordânia e na Faixa de Gaza ■ O comandante-chefe do Novo Exército do Povo, das Filipinas, evade-se da prisão.

13

Domingo

Em Lisboa reúne-se o Comité Central do PCP. No final da reunião é

anunciada a destituição de Zita Seabra deste órgão do PCP, uma vez que o «afrontamento com o Partido é incompatível com a sua situação como membro do Comité Central» ■ O Partido Ecologista Português afirma que a adesão de Portugal à União Europeia Ocidental constitui uma decisão «incompreensível e repudiável» ■ «O aumento de uma actividade bélica no Campo de Tiro de Alcochete é um absurdo». Esta a opinião do geógrafo Jorge Gaspar, professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa, produzida durante uma sessão promovida pela Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão ■ Em Hamburgo, inicia-se a sessão de Outono da Assembleia Consultiva do Atlântico Norte. Uma sessão em que a «situação totalmente nova» da Nato face à actual política soviética, será o tema central das discussões ■ O Papa volta a declarar a «ilegalidade moral» da contracepção, dizendo que — no seu entender — «nenhuma circunstância pessoal ou social jamais foi, é ou será» motivo para excepção.

14

Segunda-feira

Um acordão do Supremo Tribunal Administrativo anula uma deliberação da Câmara Municipal de Lisboa que elegeu Abecasis para acumular a presidência da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, com a do município da capital ■ Em Londres, Portugal assina o protocolo da sua adesão à União Europeia Ocidental ■ O PCP manifesta o seu «total desacordo» com a adesão portuguesa à UEO, sublinhando o alinhamento do governo «com o reforço das tendências militaristas e agressivas» ■ Em audiência com o Primeiro-Ministro, a CGTP salienta que a inflação deve baixar, mas nunca «exclusivamente à custa dos salários dos trabalhadores» ■ A possibilidade de se alcançar um acordo prolonga as conversações quadripartidas entre Angola, Cuba, Estados Unidos e África do Sul ■ Em França, o governo envia a polícia para desbloquear as estações do correio, paralisadas há já três semanas e onde se acumulam cerca de 120 milhões de objectos para expedição.

15

Terça-feira

A CDU apresenta em conferência de imprensa os problemas que afectam a área metropolitana de Lisboa e as soluções que propõe para os mesmos ■ O presidente da Câmara de Lisboa, Nuno Abecasis, «renuncia ao cargo» de presidente da EPUL na sequência do Supremo Tribunal Administrativo ter anulado a sua designação para aquele cargo ■ A União dos Sindicatos de Lisboa denuncia que no distrito há mais de um milhão de contos de salários em atraso em apenas sete sectores de actividade ■ Um estudo publicado em Munique revela que Portugal faz parte do grupo de países que vão perder com o Mercado Único Europeu de 1992 ■ Dados do Instituto Nacional de Estatística mostram que a inflação nos últimos doze meses foi de 9,2 por cento ■ É aprovado em Genebra um «acordo de princípio» para a paz do Sudoeste africano ■ Realizam-se no Brasil eleições municipais ■ O dirigente soviético Mikhail Gorbatchev anuncia que se deslocará em Dezembro a Nova Iorque, Havana e Londres ■ Onze países reconhecem o Estado Palestino proclamado em Argel.

**Avante!**  
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa  
CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livrelra, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa  
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora  
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro  
Tel. 24417

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos  
6-B - 1100 Lisboa. Tel.  
77 69 36/77 67 50  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º  
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média do mês de Outubro: 25 275 exemplares

## Conferência da CGTP

# Um em cada cinco TPCO com emprego a afundar-se

• Reúne-se hoje  
o Conselho Nacional

A Conferência Nacional da CGTP ao aprovar sábado em Lisboa uma série de conclusões sobre a momentânea questão do emprego revelou que um em cada cinco trabalhadores por conta de outrem (TPCO) não tem colocação certa e segura em Portugal. Manuel Carvalho da Silva, coordenador da Central, afirmou que a precariedade do emprego é «o problema social mais grave da sociedade portuguesa».

Variada documentação apreciada pela Conferência revelou precisamente essa insuportável anomalia relacionada de muito perto com a pretendida revisão constitucional, designadamente no que respeita à alegada «liberalização» da economia com a entrega de grandes sectores produtivos ao capital privado.

que importa reter desta concorrida Conferência, de que os temas eram, como se sabe, o emprego precário, os direitos dos trabalhadores e a revisão constitucional, refira-se desde já «a desagregação da colectividade de trabalho».

Anteontem, a União dos Sindicatos de Lisboa (USL) afirmava que estão em causa

Ainda segundo a USL, no que respeita aos salários em atraso, em sete actividades no distrito de Lisboa, as dívidas atingem um total de 1 265 231 contos.

Inserimos a seguir a lista das empresas referidas pela União dos Sindicatos de Lisboa:

**Progresso Mecânico** - 100 00 contos; **CIM** - 52 mil contos; **Luso-Italiana** - 50 000; **Casa Hipólito** - 240 000; **Baptista Russo** - 9375; **Francisco J. Simões** - 104 000; **Aguilar e Dias** - 20 000; **Sociedade Comercial Romar** - 42 000; **Vicar** - 11 178; **Termos Triunfo** - 17 978; **Optipor** - 45 000; **Fábrica de Louças de Sacavém** - 240 000; **Joaquim Francisco dos Santos** - 34 500; **Mármore do Condado** - 42 000; **Icesa** - 50 000.

Esta lista foi divulgada anteontem pela USL/CGTP. Os sectores de actividade abrangidos pelas dívidas, que o Governo propagandeia que não existem, dizem respeito à construção, mármore e madeiras; metalúrgicos; comércio, escritórios e serviços; cerâmica e rodoviários, entre outras actividades.

Mas voltando ainda à desagregação da colectividade de trabalho, assinala-se para a CGTP o que está em causa não é a existência de trabalho temporário, «mas sim a contratação temporária de trabalhadores para a ocupação de postos de trabalho permanentes, situação que é claramente ilegal».

Voltaremos em breve ao assunto com mais pormenores.



Os salários em atraso não atingem apenas os têxteis, lanifícios, vestuário. São menos mas não pararam (foto de arquivo). Só no distrito de Lisboa há 37 empresas nessa situação. Ao divulgar esse número anteontem a USL destacava na construção civil a Icesa, que recorreu ao lock-out (ilegal) para se ver livre de 750 trabalhadores



Aspecto da Conferência em Lisboa. Entretanto, o departamento de informação da Central anunciava que o Primeiro-Ministro receberia uma delegação da CGTP, incluindo o seu coordenador, Manuel Carvalho da Silva

Hoje, quinta-feira, a partir das 10 horas da manhã, na sua sede em Lisboa, reúne-se o Conselho Nacional da CGTP-IN. Segundo nota da passada segunda-feira, na agenda de trabalhos está a preparação do Plenário Nacional de Sindicatos, a efectua amanhã. O Plenário que se realiza em Lisboa, n Teatro Villaret com início às 10 da manhã, deve encerrar por volta das 18 horas, depois de debater e aprovar o orçamento da CGTP para 1989, de fixar a data do Congresso, que decorrerá no próximo mês de Maio, e de «analisar a situação político-sindical presente e a política reivindicativa» dos sindicatos.

Na resolução final aprovada pela Conferência destaca-se que o emprego precário, além da sua falta pura e simples, resulta da «ausência de uma política de desenvolvimento» a qual para verdadeiramente o ser deveria incluir a dignidade do homem, o que nem de perto nem de longe acontece com a política governamental.

Entre outras verificações

8697 postos de trabalho só no distrito de Lisboa. Os sectores mais afectados são a metalurgia; construção, mármore e madeiras; comércio, escritórios e serviços; vidros e afins. Isto no imediato e devido ao encerramento de empresas, aplicação do Decreto-Lei 177/86, falências, não pagamento de salários, precariedade de emprego e lock-out.

## Conferência no retalho

# Bastam 60 horas semanais

A Conferência Nacional dos Trabalhadores do Comércio Retalhista, reunida sábado em Lisboa, entre outras reivindicações a que voltaremos com mais vagar noutra altura, reclamou «a limitação do período máximo de abertura dos estabelecimentos comerciais a 60 horas» por semana.

Perto de 170 trabalhado-

res do ramo vindos de todo o País para participar naquela iniciativa organizada pelos sindicatos e pela federação sindical do sector, FEPCES, assinalaram que «tudo o que diz respeito ao comércio diz respeito aos trabalhadores» e que, dentro dessa lógica fácil de compreender, as organizações sindicais ou estruturas dos trabalhadores do

comércio deverão ser ouvidas e participar «em tudo quanto se relacione com o sector», desde que diga respeito, «tenha implicações ou consequências» no trabalho e na vida do pessoal do ramo em debate naquela Conferência Nacional.

Uma moção aprovada sobre a recuperação da zona do Chiado é acompanhada

por uma plataforma reivindicativa em seis pontos dos quais consta: «a reestruturação e modernização do comércio retalhista; potencializar o emprego, aumentar a formação, dignificar o trabalho, melhorar a prestação de serviços; melhores salários; horários de trabalho (que não deverão ultrapassar as 40 horas por semana); funciona-

mento dos estabelecimentos comerciais; melhores condições de vida e de trabalho».

As PME's, pequenas e médias empresas, mereceram atenção especial. A Conferência do retalho, quando reivindica um período máximo de abertura semanal (60 horas, como se disse) pretende limitar «a concorrência desi-

qual entre as PME's e as grandes superfícies», ou seja, super e hipermercados, centros comerciais e outros estabelecimentos do ramo do comércio a retalho para o qual a Conferência exigiu, inclusive, a «adequação do sistema estatístico nacional por forma a permitir a realização de estudos» que melhorem o conhecimento do sector.

## Perder a cabeça e as estribeiras

Falando apenas do que por cá se passa — se fôssemos a debruçar-nos sobre os acontecimentos que, sem abalo, fizeram o mundo dar mais um passo em frente (foi proclamado um Estado palestino independente, os negociadores sobre a questão da África do Sudoeste chegaram a um acordo), teríamos muito que conversar — falando apenas do que por cá se passa não é difícil verificar que novos factores vêm não só pôr a nu a política demagógica e antipopular do Governo como acentuar o seu isolamento social. E político também, a despeito de sondagens que, diga-se de passagem, não têm abonado grandemente o executivo cavaquista.

Vejamos: enquanto, mês a mês, os números reais vão desmentindo os algoritmos de Cadilhe — com a inflação a subir aos 9,2 por cento (relativamente aos dez primeiros meses deste ano sobre idêntico período do ano passado a coisa vai situar-se pelos 9,5 por cento...) —, as movimentações sociais de protesto de contestação ao Governo ultrapassam largamente as reivindicações operárias e daqueles trabalhadores a quem mais dói as subidas de preços.

Os juízes, pela primeira vez, arregaçam as togas e fazem greve de zelo, acompanhados por grande parte dos funcionários judiciais. Houve corte de relações entre os magistrados do ministério público e o ministro da Justiça por «incompatibilidade de pontos de vista». Os professores continuam a bater-se pela dignificação e valorização profissional. Após o êxito da greve recentemente realizada, não está excluída nova jornada pois o ministério faz orelhas moucas, conforme foi acusado. O dia 18 já está marcado para nova greve nacional, por «impasse negocial do estatuto da carreira docente dos ensinos básico e secundário e da educação pré-escolar».

As «orelhas moucas», porém, não são apenas atributo de um só ministro. Todo o gabinete de Cavaco Silva, o próprio Primeiro-Ministro e os seus veneradores e obrigados deputados na Assembleia da República, à força de não quererem ver o isolamento em que se encontram, reagem mal a cada uma e a todas as posições que os contestam.

De Cadilhe estamos fartos de ver e ouvir a arrogância a tentar desmentir o indelével fracasso da sua política económica e financeira.

Na Assembleia da República, entretanto, os deputados do PSD julgam os juízes e condenam a sua decisão. Aham! «perfeitamente ilegítima e injustificada, da parte de juízes de direito, esta forma de luta»...

Quanto ao inefável Roberto Carneiro, cada vez mais se desfaz — para quem ainda tivesse dúvidas — a imagem que queria impor, de dialogante e ameno negociador.

Como se isso não bastasse, vem da Alemanha Federal, uma vizinha a desmentir a propaganda oficial de que tudo são rosas na adesão à CEE e de que é possível ganhar o «desafio» do Mercado Único de 1992. Um relatório publicado em Munique dá como certo que Portugal é um dos países que «vai perder» em 1992. É que, com os monopólios, não se pode ganhar sempre... Aliás, apenas alguns, poucos, vão ganhar. Quatro perdem. Os que talvez percam são ainda bastantes. Só a RFA é dada como o «grande vencedor». Nós, por cá, já sabíamos.

Os reveses são mais que muitos. Até os aliados — e os adversários que acordaram com o PSD uma revisão da Constituição para libertar as mãos ao Governo do PSD — se ressentem. Abecasis foi forçado a abandonar a presidência da EPUL. O PS pediu três semanas de «reflexão», o que obrigou a Comissão de Revisão a suspender os seus trabalhos.

É natural que o Governo e o partido que o suporta comecem a perder a cabeça e as estribeiras. Sinal disso mesmo foi o que terá acontecido em Viana do Castelo. Um vespertino deu notícia de que o presidente do município, do PSD, destituído das suas funções por mor de lutas internas entre os sociais-democratas, tentou reocupar o seu gabinete, ali se manteve durante horas, assinando cheques e exarando despachos. É natural. É revelador.

Mas é sobretudo perigoso.

■ L. M.

### Trabalhadores

## Volta Redonda Protesto da CGTP

Com o título «CGTP-IN repudia repressão contra trabalhadores brasileiros da Siderurgia de Volta Redonda», o gabinete de informação da Central portuguesa torna público o envio de um telegrama sexta-feira passada ao presidente da República do Brasil, José Sarney, a quem exprimiu o «mais veemente repúdio» pela intervenção militar que na altura provocara «um número ainda não determinado de mortos e feridos».

A CGTP, que se dirigiu também sobre o mesmo

assunto às centrais sindicais brasileiras, CUT e CGT, apela ao presidente Sarney para que intervenha no sentido de repor «a legalidade democrática» e de observar os «preceitos legais consignados na nova Constituição da República, aprovada recentemente».

A CGTP-IN dirigiu-se ainda aos familiares dos trabalhadores, manifestando-lhes pesar e sentidas condolências pela repressão que mortalmente os atingiu.

## Sumário sindical

**STFPSPA** — Com um suplemento sobre a nova sede, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores acaba de distribuir pelos associados o seu tfp, boletim de Outubro. O principal assunto da primeira página é a **revisão salarial**. Os TFPs reivindicam, como se sabe, um aumento intercalar (88) de 2,5 por cento; aumentos de 12 por cento para o próximo ano e uma reforma da Administração dentro dos próximos quatro anos, isto é, até 1992, o já célebre «Ano Europeu» do Governo Cavaco.

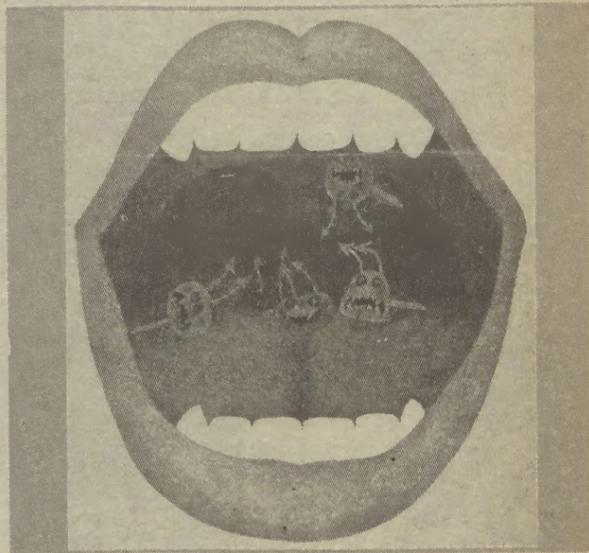
**FCT** — A **Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações**, que apropriadamente abreviou já há muito a sua sigla para FCT, publicou o n.º 2 da revista **VD** («Vencer Distâncias»). Do extenso sumário (a publicação tem 34 páginas) destacamos o tema **Telecomunicações que trata da desregulamentação, luta e cooperação das telecomunicações na Europa**. Além da revista a FCT dispõe de outras publicações.

**USC** — A **União dos Sindicatos de Coimbra**, ao elaborar recentemente um resumido balanço de lutas no distrito, destaca o processo conduzido no **Casino Peninsular da Figueira da Foz** onde se conseguiu, pela primeira vez, um **acordo de empresa** que abrange todos os sectores de actividade. A USC sublinha também nesse campo das lutas sindicais a movimentação e os processos reivindicativos no **Centro Regional de Informática do Centro; Serviços Sociais da Universidade de Coimbra; Cerâmica da Carriça-Coja (Arganil); e na Função Pública**. Na Companhia de Papel de Góis e na Foz Nave havia **salários em atraso** em finais do mês passado.

**CGTP-IN** — A Confederação Sindical, em telegrama enviado sexta-feira passada à sua congénere angolana (UNTA), recorda e saúda o 11 de Novembro. No 13.º aniversário da independência da República Popular de Angola, a Central portuguesa, através do seu Conselho Nacional, saúda «fraternal e calorosamente os trabalhadores e o povo angolanos». O órgão dirigente da CGTP aproveita a celebração da data para declarar «o seu apreço pelo empenhamento e boa vontade que a RPA tem manifestado para que seja encontrada rapidamente uma solução pacífica para a África Austral». O CN da CGTP conclui o seu telegrama dirigido à União dos Trabalhadores de Angola com uma saudação pelo «esforço da RPA no sentido da reconstrução nacional em prol do desenvolvimento e progresso social».

**STADE** — O **Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas**, que acaba de anunciar uma série de plenários a efectuar entre 12 do corrente e 24 de Março do próximo ano, atribuiu aos governos da Península Ibérica «a responsabilidade plena das **situações de desem-**

**prego** que ameaçam directamente 85 000 postos de trabalho e mais de 100 000 indirectos». A direcção do STADE, que nos escreveu sobre o assunto com data de 9 do corrente, refere-se a um encontro que teve em 29 de Outubro com a Federação de Transportes, Comunicações e Mar da Catalunha. As duas delegações portuguesa e espanhola, que se encontraram em Barcelona, na qualidade de «organizações sindicais maioritárias e representativas» do sector a nível peninsular, manifestaram «entendimento mútuo e preocupação pelas consequências da concretização do **mercado único**» europeu. Consideraram nomeadamente que «as administrações aduaneiras da Península Ibérica devem promover a modernização e a eficácia da sua gestão, atendendo de forma prioritária à formação profissional». Para as duas delegações sindicais representativas, que se avistaram num «clima de franco entendimento», o objectivo dessa gestão que preconizam é «alcançar uma actuação uniforme em que a competência se exerça em igualdade de condições em todo o novo território aduaneiro», afirma o STADE.



**A praga verde**. Acompanhando este sugestivo «boneco», o boletim editado com o título «**Publicidade**» pelo CESL-Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa, e pela respectiva Federação, protesta contra a **praga dos recibos verdes** e adverte que, «se o trabalhador actuar sob as ordens, direcção e fiscalização da entidade patronal, estamos perante um contrato de trabalho e não perante um contrato de prestação de serviços». A coisa é importante porque **«mesmo o trabalhador que passa (isto é, assina) recibos verdes não está impedido de fazer valer os seus direitos»**.

## Salários em atraso

Os salários em atraso continuam. Apesar das declarações propagandísticas do Governo, o «processo» ainda não foi abandonado. Exemplos flagrantes do que acabamos de dizer, além dos já conhecidos (**Eurofil, Indep e Trafo**) que referimos na semana passada na página um da «Semana», são os casos que a direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil de Aveiro (STSTA) divulgou ultimamente. Trata-se da **Empresa de Confecções Alberto** (Paramos, Espinho), **Confecções Zina** (Oliveira de Azeméis), **Confecções Guibel** (da mesma localidade) e **Criações Rogina** (S. João da Madeira).

**Desenvolvimento explosivo e selvagem**  
A direcção do STSTA afir-

mava em 9 do corrente que «não deixa de ser significativo» o facto de essas «dificuldades» — é o termo usado — se verificarem no subsector das confecções e vestuário que «conheceu há relativamente pouco tempo um explosivo e selvagem desenvolvimento».

Nas **Criações Alberto**, os responsáveis pela empresa fecharam as portas sem aviso, obrigando as 75 trabalhadoras a concentrarem-se junto das instalações. No passado dia 8 não estavam pagos nem os salários de Outubro, nem havia qualquer garantia do seu pagamento, como acontecia aliás com os próprios postos de trabalho.

Na **Zina** de Oliveira de Azeméis a dívida aos 80 tra-

balhadores atingia em 9 do corrente os 6 912 000 escudos. Continuavam por pagar os salários de Setembro e Outubro na totalidade e os de Agosto (7 por cento).

Na **Guibel** da mesma localidade o total dos débitos aos 40 trabalhadores atingia os 3 840 000 escudos. Os patrões não pagaram os meses de Agosto, Setembro e Outubro deste ano.

Na **Rogina** de S. João da Madeira, sede do STSTA, ainda se encontravam por liquidar no passado dia 9 os meses de Setembro e Outubro findos aos 45 trabalhadores da empresa.

No que respeita ainda às **Confecções Alberto**, o mesmo sindicato (STSTA) adiantava naquela data que um

dos administradores se encontrava na altura no estrangeiro e que se desconhecia o paradeiro do outro.

Ao mesmo tempo que comunicava o sucedido nesta última empresa à Inspecção do Trabalho («tomou conta da ocorrência»), os dirigentes sindicais do STSTA adiantavam que «todos esses factos, em particular o ressurgir do drama dos salários em atraso», comprovam «o **agravamento da situação económica e social do sector têxtil de Aveiro**».

Os outros factos que o mesmo sindicato também refere e que testemunham a degradação do sector naquele distrito — são o trabalho ao domicílio, o trabalho infantil e o trabalho a prazo.

Trabalhadores

# Greves no Estado

**«Nenhuma reforma do sistema educativo será possível com professores social e profissionalmente desvalorizados pelo poder político», afirmou o Secretariado Nacional da FENPROF depois de uma audiência concedida pelo Presidente da República.**

Ainda sem data precisa, mas prevista para o final deste mês anuncia-se uma greve dos trabalhadores da Função Pública. A semelhança dos professores, que antecorrem mantinham marcada para amanhã, 18, nova greve, a paralisação dos TFP seria também de âmbito nacional, de acordo com texto aprovado em reunião do Secretariado da Frente Comum dos Sindicatos do mesmo sector (Administração Central, Regional e Local) que inclui os sindicatos representativos dos professores e a sua federação, Fenprof.

Na reunião daquele Secretariado em Lisboa em 8 do corrente um dos pontos de mais realce foi a questão do Orçamento do Estado. No ponto um de um comunicado com data do dia seguinte, a Frente assinala que, «apesar de já ter entregue o Orçamento do Estado para 1989 à Assembleia da República, o Governo não tem ainda uma proposta concreta de aumentos salariais» para o próximo ano, nem se sabe se os aumentos a vigorar depois de Janeiro incidirão ou não sobre o aumento intercalar que o Governo pretende limitar a 1,5 por cento e os sindicatos representativos — excluindo naturalmente as estruturas partidárias para os sindicatos, como é o caso dos TSD — exigem que atinja os 2,5 por cento sobre os seis e meio, ou seis, com os quais os TFPs foram «contemplados» pelo Governo Cavaco no ano corrente.

Entretanto e à semelhança do que tem sucedido nas outras regiões do País, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte anunciava a realização, entre 14 e 18 do corrente, de assembleias em 54 locais de trabalho de onze concelhos do distrito de Bragança.

Além dos problemas específicos defendidos principalmente pelo STAL (Administração Local), incluindo o Sindicato da CML, que também anunciou formas de luta, e dos graves problemas que persistem na Escola de Dança, os trabalhadores da Direcção-Geral da Inspeção Económica marcavam para amanhã uma concentração-manifestação junto do Ministério do Comércio e Turismo. A iniciativa de luta foi convocada pela Federação Nacional e pelos Sindicatos da Função Pública do Norte, Centro e Sul. Estes trabalhadores pretendem ver aprovado o seu projecto de regime de trabalho e «a dignificação profissional dos trabalhadores da carreira inspectiva».

Em Coimbra, reunido entretanto o Plenário dos TFPs do Centro, afirmava-se publicamente que o «Ministério da Educação rasteira os sindicatos», quando nomeadamente evita apresentar «uma contraproposta de grelha salarial que sirva de base à abertura de negociações sobre essa matéria».

## Audiência com o PR

Depois da audiência que o Presidente da República, Mário Soares, concedeu à Fenprof (Federação Nacional dos Professores) o Secretariado Nacional desta última organização, que não se encontra filiada em nenhuma estrutura de tipo confederativo a nível nacional, afirmava em público que tinha sublinhado naquela audiência com Mário Soares «o mal-estar que grassa entre os professores». No seguimento da greve nacional de 28 de Outubro e sem obter do ME qualquer resposta concreta às suas principais

reivindicações, a Fenprof sublinhou junto do PR que esse mal-estar «radica sobretudo no facto de o Ministério da Educação e o Governo não terem dado qualquer prova de apreço pela importância social da função docente».

A delegação da Fenprof, recebida pelo Presidente da República segunda-feira passada, entregou a Mário Soares um «dossier contendo as principais peças do processo negocial» (com o ME) que de momento se encontra suspenso.

Segundo Paulo Sucena, do Secretariado da Fenprof, a delegação recebida em Belém pelo PR exprimiu a este órgão de soberania «a sua convicção de que nenhuma reforma do sistema educativo será possível com professores social e profissionalmente desvalorizados pelo poder político».

# «Prémio» gera protesto nos Estaleiros de Viana

A Comissão Intersindical dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) afirmou em 9 do corrente que o «prémio» de 600 contos oferecido pelo Governo a cada um dos gestores daquela empresa pública «gerou grande repúdio entre os trabalhadores», pois, segundo a mesma Comissão, «o actual conselho de gerência nada fez que justificasse tal prémio». Entre as formas de protesto destacou-se uma paralisação que durou dez minutos e foi cum-

prida «a quase cem por cento» no mesmo dia 9. Logo que souberam de «tão estranho procedimento» da parte do Governo, acrescenta a CI dos ENVC, os trabalhadores, além de paralisarem o trabalho depois de um plenário geral onde essa decisão foi tomada, emitiram — ainda como forma de protesto — um comunicado público «denunciando a situação» e concentraram-se em frente aos gabinetes dos gestores. Num documento que lhes foi entre-

gue, os trabalhadores não se limitam a repudiar a medida do Governo. Criticam o conselho de gerência por ter «atribuído aos chefes de departamento a regalia de adquirirem gasolina paga pela empresa no valor de 12 contos mensais». O descontentamento nos ENVC é ainda mais manifesto pelo facto de o Governo Cavaco Silva não ter permitido que os trabalhadores dos Estaleiros de Viana fossem aumentados em mais de 7 por cento, conclui a Intersindical.

# Aumentos salariais 9,6% em Beja

Mil trabalhadores do comércio retalhista do distrito de Beja, com novos salários a partir de 1 de Setembro (retroactivos), acabam de conseguir um aumento global «na ordem dos 9,6 por cento», revela o CES-SUL, sindicato negociador do processo de revisão.

O novo contrato colectivo de trabalho (CCT) foi assinado em 8 do corrente nas instalações distritais do Ministério do Emprego e Segurança Social, onde o processo se encontrava em fase de conciliação.

Aquele sindicato, que co-

bre os sectores do comércio, escritórios e serviços e tem sede em Setúbal, recorda que o novo CCT passou por «várias vicissitudes». As comissões negociadoras de ambas as partes foram inclusivamente impedidas de trabalhar no respectivo processo de revisão pelo presidente da agremiação patronal, que chegou a utilizar o insulto para fazer vingar neste caso «a política salarial do Governo».

O CES-SUL recorda que o mesmo processo de revisão do CCT se desenrolou num «ambiente de continuada

hostilidade», que impediu as negociações directas (associação patronal-sindicato) e obrigou à conciliação através do Ministério.

De qualquer modo, a famosa invenção desinflationista de Cadilhe levou mais um golpe e os trabalhadores do comércio retalhista de Beja, além do aumento de 9,6 por cento nos salários, incluindo os retroactivos a 1 de Setembro, auferem também um aumento nas diuturnidades e na ajudas de custo no montante global de 10,8 por cento relativamente ao CCT anterior.

# Reclama-se na hotelaria 30 mil devem passar a efectivos

Ao advertir que poderá passar para a fase da luta aberta no período das festas do fim do ano, o Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal (FESHOT) destaca entre as reivindicações, que aprovou recentemente e entregou ao patronato do sector, a exigência da passagem a efectivos de 30 mil trabalhadores a prazo no sector.

O CN da FESHOT, que se reuniu sexta-feira passada em Lisboa, considera que esses trinta mil trabalhadores foram contratados a prazo ilegalmente.

Foram as seguintes as reivindicações aprovadas pelo Conselho Nacional da FESHOT, organização filiada na CGTP:

«Que 30 000 trabalhadores contratados a prazo ilegal e abusivamente passem a efectivos e cessem todas as outras formas de emprego precário no sector turístico-hoteleiro.

«A redução imediata dos períodos normais de trabalho para 40 horas e o alargamento do período de descanso semanal para 2 dias.

«Aumentos salariais imediatos não inferiores a 15%, que se justificam pela necessidade de repor e melhorar o poder de compra dos salários e fazer reverter em proveito dos trabalhadores os altos índices de aumento de produtividade que se têm registado no sector.

«Que o patronato hoteleiro assuma as suas responsabilidades no que se refere à formação profissional e também à negociação de novas carreiras e condições de trabalho, que transforme o sector de actividade num sector efectivamente atractivo para as camadas jovens, indispensável à padronização dum elevado espírito de profissionalismo».

# Vodratex Mil e cem entre o diálogo e a greve

Mil e cem trabalhadores da Vodratex, empresa têxtil de Seia, depois de um prolongado período de paralisações de trabalho podem voltar novamente à greve, se o patronato não ceder perante reivindicações mínimas, constantes de um caderno reivindicativo apresentado à administração, que tem evitado um acordo com o sindicato e com os representantes eleitos pelos trabalhadores.

Depois das greves dos dias 25, 26 e 27 de Outubro findo, com uma adesão de 95 por cento do pessoal, embora os administradores da Vodratex tenham recebido entretanto uma delegação sindical, não pagaram, como promete-

ram até ao passado dia 8, os salários de Outubro e recusaram-se a efectuar o desconto directo da quotização sindical.

Os trabalhadores da Vodratex, que têm decidido as formas de luta em plenários, com participação praticamente a cem por cento, apresentaram à consideração dos administradores da Vodratex um caderno reivindicativo, que inclui um subsídio de almoço de 240 escudos.

Nem esta reivindicação mínima foi aceite. O patronato daquela empresa têxtil — sector onde os lucros prometem aumentar ainda mais — nem sequer aceitou pagar 200 escudos aos trabalhadores para

uma refeição diária.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Lanifícios dos distritos da Guarda e Viseu anunciava entretanto que não aceitará qualquer proposta sem ouvir o plenário dos trabalhadores da Vodratex.

Estes voltaram novamente à greve no passado dia 8 pelo pagamento do salário de Outubro e por um acordo quanto ao caderno reivindicativo. As paralisações parciais por turnos foram novamente um êxito de participação. Apurou o «Avante» que a adesão no dia 8 atingiu os 95 por cento.

Ao frisar que «a unidade dos trabalhadores é funda-

mental para o êxito de qualquer objectivo», o Sindicato representativo, com sede em Gouveia, lembra que a administração da Vodratex comprometeu-se a criar uma cantina comparticipada pela empresa para todos os trabalhadores.

Como o comportamento da administração não garante a confiança das promessas feitas, que incluem «um estudo de quanto custará uma refeição e de quanto pagará o trabalhador», não estava afastada, segunda-feira passada, a marcação do novo período de paralisações ou de outras formas de luta que o plenário da Vodratex venha a decidir.

# Encontro nas tintas

Depois de amanhã, sábado, na Cooperativa Sacavenense, a Federação Sindical da química farmacêutica, organização intermédia da CGTP, realiza o 1.º Encontro dos Trabalhadores da Fabricação de Tintas e Vernizes. Segundo aquela organização sindical (FSIQF), são 65 as empresas do sector, empregavam em finais do ano passado três mil trabalhadores. A Federação, que faz uma extensa caracterização do ramo, sublinha as

duas condições de trabalho naquelas actividades e chama a atenção para o facto de «entrada de Portugal na CEE ter provocado, como «efeito imediato» o abandono da fabricação de alguns tipos de tintas que passaram a ser importadas.

O Encontro que decorrerá entre as 9 e 30 e as 18 horas do próximo sábado na Cooperativa Sacavenense, em Sacavém, é aberto à comunicação social.

**Trabalhadores****INDEP continua com salários em atraso****Repressão não é solução**

Ainda não estão esquecidas as lutas dos trabalhadores da INDEP no final de 1987 pelo pagamento dos subsídios de Natal e dos salários de Novembro, Dezembro, Janeiro... Também não estão esquecidas as promessas do Governo garantindo que os problemas estavam resolvidos... Mas a verdade é que os problemas continuam — nomeadamente os atrasos no pagamento de salários — e, depois da redução dos postos de trabalho, está a ser preparada a alienação de património.

Como os trabalhadores, que conhecem bem a situação e têm feito ao longo dos anos propostas para a resolução dos problemas das Indústrias Nacionais de Defesa EP, não estão dispostos a aceitar passivamente a destruição da INDEP e a intensificação da exploração, o Governo e a sua Comissão Executiva na empresa puxam pelo argumento da repressão — que não resolve nada, antes pelo contrário, uma vez que qualquer solução tem que contar com a opinião e o empenhamento de quem trabalha na empresa. Depois de um documento que elaboraram em 1985 e actualizaram em 1987 — intitulado «Contributos para viabilizar» e do qual o «Avante!» oportunamente falou — as estruturas representativas dos trabalhadores endereçaram recentemente uma carta aos órgãos de soberania, à administração da INDEP e a outras entidades ligadas à defesa nacional. Aí se recordam as principais propostas para garantir o futuro da empresa e dos seus trabalhadores e se avança com a exigência da substituição do presidente da administração, general Casimiro Proença.

Uma das principais razões para esta substituição é o clima de repressão e intimidação criado na INDEP desde que este general foi nomeado para chefiar a Comissão Executiva.

Sobre estas propostas e a situação na empresa o «Avante!» ouviu a opinião das organizações representativas dos trabalhadores da INDEP. No próprio dia em que 37 trabalhadores foram ouvidos na polícia sobre os processos instaurados pela administração na sequência dos acontecimentos de 29 de Dezembro de 1987, falámos com **Lima Carvalho**, da CT, e **Luis Pais Figueiredo**, da comissão sindical dos metalúrgicos.

**O Governo não fez...**

Começando do princípio, quisemos saber a que se deve a difícil situação que hoje enfrentam a INDEP e os seus trabalhadores.

— **O que se passa na INDEP deve-se ao facto de se vender menos armas?**

— Neste momento, e de há uns anos a esta parte, tem-se efectivamente vindo a verificar um decréscimo no volume de vendas — reconheceu Lima Carvalho.

— **E é isso que está a criar problemas aos trabalhadores da INDEP?**

— Isso e outras situações. Esta criará problemas de tesouraria e de autofinanciamento da empresa, fundamentalmente. Como é evidente, isto está ligado ao facto de em devido tempo não terem sido tomadas medidas para cuja necessidade, é bom recordar, as ORTs alertaram. Sempre administrações e governos reconheceram que era necessário investir e reestruturar a tempo as indústrias de defesa. Só que nunca o fizeram...

E a situação foi-se arrastando, com a instabilidade a agravar-se e a situação dos trabalhadores a piorar, culminando nos acontecimentos

mite ver o desfecho da *reestruturação* e que interesses é que vão vencer» na guerra dos bastidores.

Isto, no que toca às indústrias de defesa em geral. Em relação à INDEP entendem os representantes dos trabalhadores que, no fundamental, «as medidas avulso que o Governo e a administração estão a tomar têm o objectivo de reduzir o máximo os postos de trabalho».

— **Pode-se já fazer um balanço das medidas que o Governo decidiu no início do ano para a INDEP? —** perguntámos.

— Esse balanço quanto a nós é negativo: em vez de viabilizar a INDEP estão mas é a destruí-la gradualmente — foi a resposta pronta. Os fundamentos desta afirmação vieram de seguida, com Luis Pais Figueiredo e Lima Carvalho a completarem-se mutuamente.

— A dívida da empresa tem vindo a aumentar; em resposta, o Governo e a Comissão Executiva decidem alienar património (Barcarena, Moscovide), que é de extrema importância para a empresa, pois todos os sectores estão interligados.

— Entretanto, não houve nenhum esforço dos responsáveis para conseguirem para a INDEP uma encomenda significativa, de vulto. O volume de trabalho previsto



No ano passado, por esta altura, os trabalhadores exigiam do Governo e da Comissão Executiva da INDEP o pagamento dos salários em atraso e a viabilização da empresa (na foto o corte simbólico do trânsito ferroviário na estação de Braço de Prata). A resposta de Cavaco Silva e do general Casimiro Proença foi a repressão: hoje quase todas as pessoas que trabalham na INDEP tiveram já, pelo menos, uma apreensão por escrito. Os salários, esses, continuam a ser pagos com atraso, e o futuro da empresa continua ameaçado

das, como a SPEL, que conseguiu uma encomenda de alguns milhões de contos. Ora a INDEP precisa, pelo menos, de um volume de trabalho de 3 milhões de contos por ano para poder sobreviver. E isto é a terça parte da sua capacidade total, note-se. A negligência da administração vê-se também no cumprimento do plano de encomendas de 1988, no relacionamento com os fornecedores...

**... os trabalhadores é que pagam**

— **E no relacionamento com os trabalhadores?**

— Aí não é negligência, é uma nitida marca desta política. Diziam, o Governo e a Comissão Executiva do general Casimiro Proença, que os trabalhadores tinham os seus problemas resolvidos. Ora a realidade é outra, os problemas não foram nem estão a ser resolvidos.

Mas, acrescentaram aqueles membros das ORTs da INDEP, «para além de se viver hoje na empresa um ambiente tenso, repressivo, em que os trabalhadores se sentem mal e sem motivações, somos ainda confrontados com cortes nas regalias sociais» — em concreto referiram-se áreas como o acesso à cantina e mercearia, o fim das salas de estudo para os filhos dos trabalhadores e do subsídio escolar para os filhos e para os trabalhadores-estudantes, o fim da participação dos trabalhadores na gestão dos refeitórios e salas de estudo, o fim das facilidades na aquisição de gasolina, disseram-nos que «promoções e progressões na carreira profissional é coisa de que nem se fala».

Aqueles membros das ORTs da INDEP sublinharam que «estas regalias têm sido cortadas sem qualquer tipo de diálogo com as organizações dos trabalhadores e passando mesmo por cima de acordos estabelecidos entre as ORTs e a administração».

Esta é outra característica da gestão na empresa: «os trabalhadores não obtêm resposta nenhuma da administração às propostas que fazem para a resolução dos problemas — quer da anterior Comissão Executiva, quer desta, nomeada há cerca de dois meses e que continua a ser chefiada pelo general Casimiro Proença, um homem que desde que está na INDEP tem marcado a sua actuação com esta falta de diálogo e esta forma arbitrária de impor as decisões».

— Mais, este procedimento, quanto a nós — sublinharam Lima Carvalho e Luis Pais Figueiredo —, foi introduzido na empresa pelo general Casimiro Proença; por isso, para melhorar o clima na própria empresa é necessário que o general Casimiro Proença abandone a administração, ele é o principal responsável pela perseguição que tem sido movida aos trabalhadores e seus representantes.

Informaram-nos que ainda hoje, passado quase um ano, «estão a ser levantados actos de culpa a trabalhadores da INDEP a pretexto dos acontecimentos de Janeiro/Fevereiro, estão a ser chamados trabalhadores para prestarem declarações sobre isso. Foi contratada uma advogada para, em paralelo com o advogado da empresa, tratar desses processos. Ainda no mês passado foram alguns trabalhadores notificados, a alguns deles foram mesmo instaurados processos disciplinares. Para além de terem aplicado repressões por escrito a quase todos os 1500 trabalhadores da empresa, incluindo mesmo alguns quadros de chefia. A sanha disciplinadora foi de tal ordem que processaram um trabalhador que não estava na empresa no dia em que se deram os acontecimentos, apenas porque pela fotografia que serviu para a queixa havia uma cara parecida à dele... mas que não era ele».

Neste momento — disseram-nos ainda — estão impedidos de entrar na INDEP os

reformados e os trabalhadores colocados no quadro de excedentários, entre os quais se encontram membros da comissão de trabalhadores e da comissão sindical que, pela lei, não podem ser alvo de tal proibição.

Vão ficando sem resposta os problemas antigos, vão-se agravando situações que deveriam merecer uma atenção constante dos responsáveis. Falaram-nos, por exemplo, do que se passa com as condições de trabalho:

— Nos últimos anos vem-se a assistir a uma degradação cada vez maior das instalações e das condições de higiene e segurança. Isto não se tem reflectido no aumento dos acidentes de trabalho porque os sectores onde eles mais se registavam estão praticamente paralisados. Mas a falta de higiene está à vista de todos e tem provocado aparecimento de alergias e outros problemas de saúde, com mais recurso ao médico da empresa... Já houve, inclusive, uma oficina que teve que ser fechada para desinfectação.

E recordaram que «num acidente recente, há um mês, em Moscovide quatro trabalhadores ficaram seriamente queimados. Os trabalhadores que faziam normalmente a queima de pólvora foram arumados, para o quadro de excedentes, ficaram no serviço outros camaradas que, embora com muitos anos de empresa, não faziam este tipo de trabalho».

Para os representantes dos trabalhadores da INDEP, perante tal panorama o futuro da empresa «é duvidoso» e nada das afirmações recentes dos responsáveis responde às muitas questões que o ensombram.

— De facto, se por um lado não mexerem nas indústrias de defesa quando fizeram a revisão da Lei de Delimitação dos Sectores, agora o secretário de Estado da Defesa aponta para a revisão do conceito de indústria de defesa, uma maneira de abrir as portas ao capital privado torneando aquele diploma.

**Os trabalhadores propõem**

No documento entregue pela comissão de trabalhadores da INDEP ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo, à Comissão Executiva da empresa e a outras entidades ligadas à área da defesa nacional recordam-se (e actualizam-se) as linhas principais das propostas para a viabilização da empresa.

Entende a CT da INDEP que «é imprescindível a dotação de capital à empresa, por forma a colocá-la numa situação de equilíbrio financeiro», e propõe que seja renegociada a dívida de curto prazo para médio e longo prazo, com uma taxa de juro nula.

«É fundamental — afirma-se no documento — uma política de investimentos adequada, tendo em atenção as necessidades nacionais e fundamentalmente o plano de aquisições NATO»; propõe-se que o Governo «faça aprovar e constar na Lei de Programação Militar o reequipamento das Forças Armadas com uma nova arma a produzir pela INDEP».

Os trabalhadores exigem «uma política de gestão adequada, através de uma administração capaz e competente», e sublinham ser «de toda a importância» a substituição do general Casimiro Proença, presidente da Comissão Executiva da INDEP, reservando para os restantes gestores, recentemente nomeados, «um prazo de expectativa».

A CT da INDEP propõe a reintegração de todos os trabalhadores considerados excedentários, e que o governo altere a sua resolução sobre a alienação de parte substancial do património da empresa.

dições para mais tarde entregar estas empresas, a sua parte mais rentável, que dá maiores lucros, ao sector privado».

No concreto, disseram Lima Carvalho e Luis Pais Figueiredo que «há muita coisa escondida, que vai saindo a pouco e pouco» — e referiram a «entrevista, que é quase como um recado», do secretário de Estado da Defesa do «Semanário económico» de 4 de Novembro: «vai avançando com alguma matéria, mas que ainda não per-

para esse ano não garante o pagamento dos salários. Mas, perguntamos, nós, houve alguma iniciativa da administração no sentido de garantir uma grande encomenda? Não, não houve, absolutamente nada: de há três anos a esta parte não conseguiu uma grande encomenda.

— **Isso tem a ver com a tal crise da indústria de armamento de que se fala por aí?**

— Não, nós pensamos que não. O que é facto é que outros têm obtido encomen-

PCP



Imagens do novo CT da DORS

# Natal e fim de ano vão ajudar campanha em Setúbal

No distrito de Setúbal a campanha de fundos para o novo Centro de Trabalho da Direcção Regional está na ordem do dia. O mesmo se pode dizer da obra que, em pleno coração da capital do Sado, vai ganhando forma e conteúdo como o mostram as fotos que aqui publicamos.

Agora, com o Natal e o fim de ano à vista, a campanha promete mais animação. Estão previstos vários mercados e bancas de Natal nos Centros de Trabalho, um pouco por todo o distrito. E — atenção — já no próximo dia 20, abrem os primeiros bazares.

Entretanto, algumas organizações do Partido começam a preparar as festas de fim de ano, para que 1989, como diz a SIP/DORS, «nasça com a alegria das nossas vozes».

As iniciativas que aqui apontámos constituirão certamente extraordinários avanços na recolha de fundos.



Na Av. 5 de Outubro, no coração da cidade de Setúbal, o novo Centro de Trabalho da Direcção Regional do PCP já está assim. Solidariedade, iniciativa e empenhamento vão continuar e o velho sonho brevemente será realidade



Camaradas Falecidas

**Adelino Ferreira Marques**

Faleceu no passado dia 31 de Outubro o camarada **Adelino Ferreira Marques**, membro da célula do PCP na Quimigal, em Estarreja, e residente em Pardilhó, naquele concelho do distrito de Aveiro.

**Manuel Cunha**

Faleceu o camarada **Manuel Cunha**, membro da Co-

missão Concelhia do PCP de Lousada. Natural de Macieira, residia na freguesia de Cristelos.

**Carlos Fernandes**

Faleceu recentemente em Fiolhal (Castanheiro do Norte, Carrazeda de Ansiães) o nosso camarada **Carlos Fernandes**, membro da organização concelhia de Carrazeda.

O camarada era membro fundador da Associação de

Agricultores de Carrazeda de Ansiães.

**Manuel Lopes**

A Comissão de Freguesia de Corte do Pinto (Mértola) informa que faleceu recentemente o nosso camarada **Manuel Lopes**, de 81 anos, natural de Vaqueiros (Alcoutim), residente há longos anos em Corte do Pinto. Entre 1982 e 1985 foi secretário da Junta de Freguesia. Presentemente era vogal da AF.

**Irene Brioso**

Natural de Vialonga, concelho de Vila Franca de Xira, faleceu a militante comunista **Irene Brioso**, de 62 anos.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Assembleia da República

## Reforma educativa O fosso entre as palavras e a realidade

A discussão em torno de uma autorização legislativa que prevê, por um lado, o aumento do montante máximo e mínimo das coimas aplicáveis e, por outro, a criação de novas sanções acessórias ocupou o período da ordem do dia da sessão plenária de terça-feira.

Trata-se de mais uma autorização legislativa sobre uma matéria em que estão em causa direitos dos cidadãos e sua defesa perante as autoridades administrativas, razão só por si suficiente para justificar as fortes críticas que, provenientes dos vários quadrantes da oposição, choveram sobre a proposta do Executivo.

Definindo a posição do PCP, José Manuel Mendes acentuaria a discordância da sua bancada em relação ao diploma em causa, não apenas no seu aspecto formal, como também quanto ao plano material. A este respeito, acentuou estar-se em presença de mais um cheque em branco passado ao Governo, por este utilizado para aumentar o valor das multas e criar novas sanções sem que sejam conhecidos os critérios a adoptar para tais agravamentos.

Proclamação do Estado da Palestina

Ainda na mesma sessão, mas no período antes da ordem do dia, foi entretanto saudada a proclamação do Estado da Palestina pelos legítimos representantes do povo palestiniano.

A iniciativa partiu da bancada comunista, através do deputado Jorge Lemos, que a este propósito salientou ser este acontecimento «um ponto alto» na luta do povo palestiniano pelo seu direito inalienável de construir uma pátria na sua própria terra.

Jorge Lemos referiu que pela importância de que este evento se reveste e pelas perspectivas de paz que abre para o Médio Oriente justificar-se-ia que a Assembleia da República viesse a sublinhar de um ponto de vista institucional esta relevante deliberação do Conselho Nacional Palestiniano.

Coube ainda a Jorge Lemos falar de um outro assunto de capital importância para o futuro do País: a reforma educativa. Tratou-se de pôr em destaque o fosso que separa as palavras do Governo, designadamente quando este afirma a sua prioridade para a batalha educativa, da dura realidade que se vive neste sector.

Uma realidade que corre o risco de se agravar se não forem corrigidas as propostas orçamentais para 1989 em que a despesa com a educação, como salientou o deputado comunista, «sofre quebras percentuais significativas, quer em termos de despesa pública, quer em termos de PIB».

Depois de salientar que a batalha para o desenvolvimento do sistema educativo é «uma batalha de todos» e que não será possível acreditar na implementação da Lei de Bases do Sistema Educativo se houver regressão no investimento na educação, Jorge Lemos deteve-se na luta dos professores pela publicação de um novo Estatuto da Carreira Docente.

«É preocupante o silêncio e a indefinição que têm marcado a actuação governamental até ao momento» — diria a propósito, acrescentando: «está desde logo em causa o cumprimento da lei de bases do sistema educativo. Está a urgência de por mais tempo não adiar justas reivindicações dos docentes nelas incluídos, naturalmente, a revalorização material da profissão com revisão dos modelos em vigor e adopção de uma nova grelha salarial».

Ambiente: o caso do Reijin

Mas não é só no campo da Educação que existe um fosso a separar as palavras do Governo da realidade. No domínio do ambiente a situação é idêntica, como tratou de demonstrar a deputada comunista Ilda Figueiredo ao chamar a atenção do hemiciclo para um facto recente que ilustra bem a descoordenação e arbitrariedade que pautam a actuação das autoridades oficiais e a sua ignorância quanto à lei de Bases do Ambiente.

Paradigma desta política, prejudicial aos interesses das populações e das autarquias, é sem dúvida o caso do navio Reijin que continua encalhado na praia da Madalena, em Vila Nova de Gaia, ameaçando poluir toda a zona, enquanto tudo indica, alertou a deputada comunista, que «mais uma vez as autoridades portuguesas cederam aos interesses dos armadores, das seguradoras e do proprietário da carga do navio».

«A irresponsabilidade e ligeireza do Governo em todo este processo do cargueiro Reijin — concluiria Ilda Figueiredo — evidenciam o carácter demagógico e mistificador das propaladas preocupações ecológicas governamentais e clarificam as razões do atraso na regulamentação da lei de bases do Ambiente».

## Assembleia da República

### Utilização terapêutica do sangue

# Debate consensual conduziu: Serviço Nacional precisa-se!

Um largo consenso quanto à oportunidade e à justeza da marcação feita pelo Grupo Parlamentar do PCP para discutir a criação do Serviço Nacional de Sangue, constituiu um dos aspectos mais salientes dos trabalhos parlamentares inteiramente dedicados a esta matéria faz hoje uma semana.

Talvez mais ainda do que este consenso verificado quanto à oportunidade da iniciativa, do maior relevo parece ser também a unanimidade registada por todas as bancadas quanto à necessidade de uma nova estrutura que venha substituir a actual cujas provas de debilidade e incapacidade, não por culpa dos seus profissionais, foram já sobejamente demonstradas.

Em causa, como desenvolvadamente referimos no último «Avante!», esteve a criação de um Serviço Nacional que coordene a colheita, preparação, embalagem, fiscalização de qualidade, distribuição e obtenção de produtos de separação ou fraccionamento de sangue.

Tratava-se de encontrar em conjunto uma solução que contribua para resolver e colmatar as lacunas e insuficiências existentes no nosso país quanto à utilização terapêutica do sangue e seus derivados.

Uma situação que atingiu níveis preocupantes e que pode ser sintetizada, de acordo com as intervenções proferidas no decorrer do debate pelos deputados comunistas Fernando Gomes e Vidigal Amaro, ambos médicos, no baixo nível de colheitas de sangue, na inexistência de controlo técnico-laboratorial a cem por cento das unidades e transfundir, na inexistência de indústria de fraccionamento de sangue com o consequente recurso à importação, nas carências de sangue e derivados, e na existência de um comércio de sangue com redes de autênticos candonqueiros.

Perante tão grave situação de Saúde Pública afigurava-se pois como perfeitamente desejável e natural que se estabelecesse entre todas as

bancadas um largo consenso — como de resto veio a suceder — importando registar a este respeito que qualquer dos três diplomas apresentados a debate (da iniciativa do PCP, do PRD e do Governo), para além da validade das propostas, contém em si a busca de soluções semelhantes ou que se complementam, tendo ainda todos em comum o fim da comercialização do sangue humano.

No projecto de lei do PCP, tal como os restantes agora submetidos à discussão na Comissão de Saúde, após a aprovação na generalidade, prevê-se também para lá da já referida proibição da comercialização do sangue, a criação do Serviço Nacional de Sangue (responsável por toda a colheita, preparação e embalagem, fiscalização de qualidade e distribuição do sangue e derivados), a estruturação dos órgãos do Serviço Nacional de Sangue e respectivas normas de funcionamento e a criação de normas transitórias por forma a garantir um correcto aproveita-

mento das estruturas existentes e a acautelar os direitos dos trabalhadores dos serviços actuais com responsabilidades no sangue.

No decorrer da sessão, perto do final do debate, a ministra da Saúde, Leonor Beleza deu entretanto a conhecer aos deputados o resultado de um inquérito efectuado na sequência de alarmes lançados há alguns meses quanto à forma de utilização e controlo do sangue. Desfazendo aquilo que classificou de falsos alarmismos, Leonor Beleza garantiu a qualidade e rigor das transfusões de sangue realizadas no nosso país com o despiste do vírus da Sida, não sem que, todavia, tenha admitido que «nem tudo vai bem».

Comentando as palavras da ministra, Vidigal Amaro salientou que o inquérito veio demonstrar que «as coisas não estavam bem» e que há «coisas a corrigir», reafirmando ainda que os resultados apurados vieram comprovar a «justeza do pedido de inquérito feito pelo PCP em Abril».

## Governo atropela Lei de Autonomia Universitária

O Grupo Parlamentar do PCP solicitou a apreciação pela Assembleia da República do decreto-lei n.º 373/88 (17 de Outubro) que, a pretexto da articulação da Universidade do Algarve com o Instituto Politécnico de Faro, pretende manter uma situação que contraria o disposto na Lei de Autonomia das Universidades aprovada por unanimidade pela Assembleia da República no final da passada sessão legislativa.

Sintomático desta atitude, na opinião do Grupo Parlamentar comunista, o facto de o Governo conseguir, num diploma publicado após a entrada em vigor desta verdadeira lei quadro do sistema universitário, ignorar pura e simplesmente a sua existência, atropelar o conteúdo das suas disposições, legislando como se não existisse, nem sequer a mencionando no preâmbulo do referido diploma.

Para os parlamentares comunistas, como assinala uma nota à imprensa do seu Secretariado, em causa está fundamentalmente o facto de o Governo pretender «perpetuar o regime de instalações daquela universidade», situa-

ção em que já se encontra há mais de dois anos, permitindo-se desse modo continuar a pôr e dispor naquela instituição universitária.

«Ao proceder deste modo o Governo pretende negar à Universidade do Algarve — asseveram os deputados comunistas — o direito que lhe é conferido pelo artigo 31 da lei de autonomia de iniciar de imediato e nos prazos legalmente previstos a elaboração dos respectivos estatutos e eleger os seus órgãos de Governo próprios e colocá-la desse modo numa situação de menoridade relativamente às demais instituições universitárias do País».

Classificando esta atitude governamental de acto de «rebelião» contra legislação unanimemente aprovada pelo Parlamento, o PCP considera entretanto que ela não constitui um caso isolado como se pode verificar através da leitura da proposta de Orçamento do Estado para 1989 na qual o Executivo se propõe suspender uma lei relativa à situação profissional dos ex-regentes escolares cuja entrada em vigor está prevista para o início do próximo ano.

## Desenvolvimento do distrito de Évora Problemas actuais não são fatalismo

Uma população em quebra (menos 22,2 por cento entre 1950 e 1987) e em acentuado envelhecimento, taxas de activos inferiores à média do País, aumento constante do número de desempregados, uma agricultura insuficientemente desenvolvida, uma industrialização fraca, eis, em breves pinceladas, o quadro existente no distrito de Évora sobre o qual se debruçaram as Jornadas Sobre o Desenvolvimento Económico e Social daquele distrito, recentemente promovidas pela PCP.

Tratou-se, sobretudo, de encontrar soluções que garantam o desenvolvimento da região, debater as diversas alternativas existentes e definir uma estratégia coerente que sirva as populações e potencie os recursos existentes.

Foi o resultado desse frutuoso e aberto debate e de algumas das soluções e contributos que dele emergiram que o deputado comunista Lino de Carvalho levou na passada semana ao conhecimento da Câmara, começan-

do desde logo por deixar claro que os actuais problemas com que se debate a região não são «fruto de geração espontânea, não constituem um fatalismo nem decorrem de hipotéticas condições naturais».

A sua causa, disse, radica-se em políticas que ao longo de décadas procuraram travar qualquer processo de desenvolvimento que pudesse contrariar a lógica de acumulação fácil gerada pelo latifúndio, políticas essas que nos dias de hoje «são pros-

seguidas pelos governos de direita com relevo especial para o Governo PSD».

Mas falar do distrito de Évora ou do Alentejo é falar obrigatoriamente da Reforma Agrária e do Poder Local democrático. Lino de Carvalho não fugiu à regra, pondo em destaque, nomeadamente, o extraordinário trabalho desenvolvido pelas autarquias na resolução de problemas como o abastecimento de água, saneamento básico, arruamentos, redes viárias, electrificação e na criação de

condições de base para a aceleração do desenvolvimento económico e social. Quanto à Reforma Agrária, são conhecidas as suas capacidades — e Lino de Carvalho enumerou-as, uma por uma, da tribuna — e as importantes modificações que gerou nos campos do Sul, a começar desde logo pela alteração das relações de produção e das produtividades, pelo ordenamento cultural, pela melhoria do aproveitamento dos solos, pela criação de emprego e de riqueza.

Apesar das adversidades,

Lino de Carvalho não deixou no entanto de traçar um quadro com algum optimismo, lembrando que o distrito de Évora «tem recursos e potencialidades» que lhe permitem encetar um processo de crescimento económico e melhorar as condições de vida materiais e culturais da população, sendo todavia importante, para que isso suceda, que a «estratégia de desenvolvimento» seja equacionada «num quadro de desenvolvimento regional» e que se tenha em conta, no plano institucional, a regionalização.

## Na Idanha e em Malpica Incúria destrói anos de trabalho

A recente destruição de mais de milhar e meio de cortiços na região de Malpica do Tejo, em resultado não só da pulverização aérea de plantações agrícolas como pela queima ao ar livre de produtos químicos altamente tóxicos pela empresa CELBI, foi objecto de um requerimento dirigido ao Governo e entregue na Mesa da Assembleia faz hoje oito dias.

Subscrito pelo deputado comunista Manuel Filipe, e tendo em vista a salvaguarda dos agricultores, a defesa de economia e a protecção do meio ambiente e da fauna da região, o requerimento questiona o Ministério da Agricultura sobre a oportunidade de um inquérito que apure as condições em que decorreram aquelas pulverizações e sobre eventuais medidas

preventivas que pense adoptar de forma a evitar que no futuro se repitam casos semelhantes.

Esta questão é considerada de grande importância uma vez que os efeitos nefastos de pulverizações deste tipo já se fizeram sentir noutras ocasiões, como ainda este ano sucedeu no concelho de Idanha, desta feita por responsabilidade da empresa SAPE, com a consequente morte de milhares de peixes na barragem de Idanha e do rio Ponsul.

Registe-se que a apicultura tem para aquela região uma importância crescente e que a utilização indiscriminada de produtos altamente tóxicos veio destruir o trabalho desenvolvido durante muitos anos.

## Redução do horário de trabalho

Encontra-se já aberto à discussão pública, designadamente das comissões de trabalhadores e sindicatos, o projecto de lei do PCP que reduz a duração semanal do trabalho normal.

Iniciada no passado dia 4, com a publicação do projecto de lei em separata do Diário da Assembleia da República, este debate público agora em curso até ao dia 5 de Dezembro realiza-se ao abrigo de disposições constitucionais e do regimento da Assembleia da República as quais prevêem a participação das organizações de trabalhadores na elaboração da legislação de trabalho.

Importantes são, pois, a partir de agora, todos os contributos, sugestões e críticas que as diferentes estruturas e

organizações de trabalhadores façam chegar à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Família da Assembleia da República de molde a enriquecer o diploma elaborado pelos parlamentares comunistas.

Este, recorde-se, prevê a redução da semana de trabalho para as 40 horas, como já hoje sucede na generalidade dos países europeus, sem prejuízo dos regimes mais favoráveis. Quanto ao trabalho nocturno e aos trabalhos insalubres, penosos ou perigosos do ponto de vista físico ou psíquico, prevê-se a redução para as 35 horas semanais.

No intuito de precaver eventuais efeitos perversos por iniciativa de alguns em-

presários menos escrupulosos, o projecto proíbe que da redução imposta resultem para os trabalhadores diminuição das suas condições económicas (abaixamento do nível de salários) ou qualquer outro desfavorecimento nas suas condições de trabalho.

Importa ainda dizer que ao avançarem para mais esta iniciativa legislativa os parlamentares comunistas tiveram em vista, por um lado, o aumento do tempo de repouso e lazer a que o trabalhador tem direito, cumprindo assim alguns preceitos constitucionais, e, por outro, contribuir para a chamada «partilha do emprego», ou seja, a diminuição do desemprego por virtude da necessidade de contratar mais pessoal para ocupação das horas reduzidas.

Assembleia da República

Hoje, no Parlamento

# Deputados discutem moralização do exercício dos seus mandatos

A interdição aos deputados do exercício de actividades privadas que envolvam directa ou indirectamente a prestação de quaisquer serviços ao Estado, entidades públicas, empresas públicas, mistas, participadas ou concessionárias de serviços públicos, constitui uma das medidas preconizadas pelo PCP por forma a dignificar o mandato de deputado.

Esta medida, tal como outras que prevêm a incompatibilidade da actividade dos deputados com funções de direcção (ou consultadoria) em empresas públicas ou quaisquer outras de algum modo sujeitas ao controlo económico do Estado, insere-se num projecto de lei do Grupo Parlamentar comunista, cujo conteúdo será hoje submetido a exame no decorrer dos trabalhos parlamentares.

Em debate, ocupando a totalidade da sessão plenária, estarão também duas outras iniciativas legislativas da autoria do PS, uma, de sentido idêntico à advogada pela bancada comunista, outra, versando a questão da incompatibilidade dos membros do Governo.

De inegável interesse qualquer das iniciativas, a suscitar certamente o bom acolhimento da Câmara, muito especialmente a do PCP, uma vez que tem em vista não um vasto conjunto de al-

terações ao Estatuto dos deputados (a merecer apreciação na altura própria) mas tão só «dar resposta a situações no domínio das incompatibilidades cuja resolução não pode deixar de ser considerada urgente».

Esse é de resto um dos objectivos pelo qual de há muito o Grupo Parlamentar do PCP se vem batendo, como o comprovam várias iniciativas legislativas anteriormente apresentadas, todas elas norteadas pela preocupação de alargar a capaci-

dade de intervenção dos deputados e da própria Assembleia da República, designadamente através do reforço dos poderes dos deputados e dos meios ao seu dispor para um contacto mais estreito com os eleitores e os cidadãos em geral.

O Grupo Parlamentar do PCP não deixa no entanto de notar que para efectivar essa melhoria na intervenção dos deputados torna-se indispensável uma «mais rigorosa definição do regime de incompatibilidade e de uma mais adequada regulamentação de alguns institutos e meios de actuação» e, bem assim, de uma melhoria das instalações e serviços de apoio.

Nesta direcção têm sido, aliás, dirigidas todas as iniciativas levadas a cabo até ao momento, subordinadas pela ideia de que a dignificação do órgão de soberania Assembleia da República não pode passar, como refere o preâmbulo do projecto de lei do PCP, «pela redução de direitos da oposição, nem pelo esvaziamento da iniciativa e

actividade dos parlamentares e seu sacrifício em benefício da acção governamental», como parece pretender o PSD.

Trata-se pois, para os parlamentares comunistas, com esta sua proposta, de contribuir de forma positiva para o exercício independente da actividade parlamentar, designadamente em relação ao Governo e para a dignificação do órgão de soberania Assembleia da República.

Para os socialistas, de acordo com a nota preambular do seu projecto, em causa está a forma de garantir a independência dos parlamentares face ao Governo e à administração, «subtrair a sua actuação a quaisquer motivações orientadas pelo interesse privado em caso de conflito de interesses e, em última instância, garantir a liberdade do próprio eleitor impedindo certas pessoas de beneficiarem da influência que elas adquiririam em função do exercício de funções assim como favorecer a fiscalização dos seus actos».



## Estatuto da Condição Militar

### Proposta governamental é «oca» e «restritiva»

Matéria considerada da maior importância quer para as Forças Armadas quer para os cidadãos militares que as integram quer ainda para a definição do modelo de relacionamento das Forças Armadas com a sociedade, o Estatuto da Condição Militar foi tema de debate na Assembleia da República.

A suscitá-lo, uma proposta de lei do Governo na qual se definem as bases gerais daquele Estatuto, proposta essa apresentada pelo ministro Eurico de Melo que no decorrer da discussão viria a merecer fortes críticas das bancadas da oposição por enfermar, segundo algumas intervenções produzidas, de graves «omissões», ser «oca», «demasiado genérica» e «restritiva».

Esta foi aliás uma das acusações dirigidas ao diploma governamental pela bancada comunista que através do deputado João Amaral considerou estarem em questão, no essencial, duas concepções: uma, advogando que o «Exército é cego e mudo», isto é, que as Forças Armadas devem viver para si mesmas «sem conexão funcional e social com a comunidade em que se inserem»; outra, propugnando para as Forças Armadas a «interpenetração com as estruturas e as instituições da sociedade e do País, a titularidade do regime de liberdades e direitos gerais, a compreensão profunda das aspirações e dos sentimentos do povo, da comunidade nacional».

Escusado será dizer que do ponto de vista da bancada comunista a segunda tese reflecte a concepção adequada e necessária, devendo em sua opinião o Estatuto da Condição Militar, de acordo com as palavras de João Amaral, ter como enfoque decisivo o «princípio de que o militar é antes de tudo um cidadão» e que de acordo com este princípio do militar/cidadão o referido Estatuto deve ser «uma verdadeira «carta», um instrumento de garantias cívicas e profissionais, um agente de transformação e modernização das mentalidades e das estruturas».

Nesse sentido, para o PCP, a aprovação de um Estatuto da Condição Militar deve claramente caracterizar «a condição militar na base da assunção consciente e responsável das específicas obrigações que a integram e não pela sujeição cega e

crítica a essas obrigações», devendo também definir como princípio o do «respeito pelo exercício de todas as liberdades e direitos garantidos aos cidadãos e como excepção eventuais limitações de direitos, as quais nunca poderão ultrapassar as balizas constitucionais».

Na opinião do PCP, segundo João Amaral, o Estatuto da Condição Militar deve igualmente conceptualizar «as balizas do exercício da autoridade num sistema hierarquizado e as garantias e limites do dever de obediência no quadro de um sistema disciplinar baseado no primado da lei».

Por outro lado, cingindo-nos ainda às palavras do deputado comunista, o Estatuto «deve consagrar e desenvolver as virtualidades democráticas dos sistemas de participação e colaboração», «definir o leque necessário e fundamental dos chamados princípios orientadores das carreiras», instituir adequados «mecanismos de transparência e de defesa» e garantir as necessárias compensações e as especiais protecções de que o militar deve gozar.

Detendo-se na proposta de lei do Executivo, designadamente sobre a sua oportunidade e conteúdo, João Amaral considerou que ela se caracterizava «pelo atraso monumental com que activa o processo legislativo, pelas omissões flagrantíssimas de conteúdo efectivo e real que o tornam um diploma oco (sem miolo), pela concepção restritiva, retrógrada e limitadora do papel cívico do militar que a enferma».

## Debate do Orçamento

# Prosseguem contactos com associações juvenis

No prosseguimento de contactos e reuniões que de há semanas a esta parte vêm realizando com associações juvenis e estudantis e com responsáveis do Ensino Superior, os deputados jovens do Grupo Parlamentar do PCP avistaram-se na passada semana, em encontros separados, com Associações de Estudantes da Academia de Lisboa e com a Federação das Associações Juvenis do Porto.

Realizados no quadro da preparação do debate do Orçamento do Estado para 1989, estes encontros tiveram em comum a troca de pontos de vista, opiniões e sugestões sobre matérias que poderão ajudar à elaboração de propostas concretas

por parte dos deputados comunistas nos debates que sobre o Orçamento terão lugar a partir do próximo dia 23.

Em destaque, na reunião com as AEs de Lisboa, estiveram as verbas para funcionamento e investimento na Universidade, tendo na oportunidade os deputados Rogério Moreira e Paula Coelho tomado conhecimento de alguns dos problemas que mais afectam os diversos estabelecimentos ensino, designadamente as Faculdades de Letras e Farmácia e a Escola Superior de Belas Artes de Lisboa.

Objecto de discussão foram ainda as verbas a transferir do Orçamento para as AEs e as questões relativas

aos serviços sociais universitários, decorrentes do propósito anunciado pelo ministro da Educação de aumentar as propinas já no próximo ano lectivo. A este propósito, assinala-se, foi anunciada pelos jovens deputados do PCP a sua intenção de muito em breve apresentarem um projecto de lei que vá ao encontro dos legítimos interesses dos estudantes em matéria de serviços sociais.

Quanto à reunião do Porto com a Federação das Associações Juvenis há a registar a análise circunstanciada efectuada pelos participantes sobre as verbas propostas no OE para a área da juventude. Assim, de acordo com as opiniões expressas pelas associações presentes, existem

preocupações relativamente aos obstáculos surgidos a alguns dos apoios previstos (construção e reparação de instalações) e bem assim quanto aos projectos de construção de centros de juventude e de centros de informação para jovens.

O estatuto do animador juvenil assim como o funcionamento de alguns programas governamentais na área da cultura e da ocupação dos tempos livres foram ainda dois temas amplamente abordados na reunião, tendo na ocasião os deputados comunistas anunciado a apresentação de propostas suas no sentido do reforço das verbas a afectar às organizações juvenis e do alargamento das isenções fiscais às mesmas.

## Timor-Leste

A luta do povo maubere pela autodeterminação e independência de Timor-Leste voltaram de novo a estar em foco na Assembleia da República. Motivo: a votação, faz hoje oito dias, de uma proposta de lei que revoga o Decreto-Lei n.º 308-A/75 relativo à conservação de nacionalidade portuguesa por cidadãos domiciliados nos novos países africanos.

Aprovado apenas com os votos favoráveis do PSD, este diploma vem tornar mais difícil e desfavorável o regime de todos aqueles que hoje vivendo em Timor-Leste pretendam eventualmente no futuro aceder à cidadania portuguesa.

Para este aspecto tratou de chamar a atenção o deputado comunista José Manuel Mendes ao sublinhar na declaração de voto que proferiu em nome da sua

bancada que esta votação significa da parte da maioria o seu alheamento pela situação desses cidadãos que, a partir de agora, em caso de desejarem adquirir a nossa cidadania, «irão disfrutar de um regime mais penoso» do que aquele que possuíam aqueles outros que se encontravam nas ex-colónias.

Na opinião do deputado comunista o resultado desta votação traduz ainda de forma clara as «incongruências dos procedimentos» do Governo e da maioria e faz recair sobre estes uma «alta responsabilidade», sem dúvida acrescida se atendermos a que esta votação ocorre após a recente visita de Suharto ao território ocupado pela força pela Indonésia e após declarações da Administração Reagan cujo conteúdo suscitou uma onda de repúdio geral.

PCP

## Comunistas dos Açores arregaçam as mangas

# As tarefas da actualidade

As tarefas que se colocam na actualidade e numa perspectiva de futuro imediato às forças democráticas mais consequentes e aos comunistas em especial constituem um dos temas desenvolvidos na **resolução política** aprovada recentemente pela Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) do PCP.

O gabinete de Imprensa da SIP/DORAA divulgou ao «Avante!» o conteúdo integral dessa resolução política, documento de especial interesse para a vida do arquipélago, resultante duma análise aprofundada da situação política específica decorrente das eleições de 9 de Outubro.

O plenário da DORAA, que esteve reunido em Ponta Delgada, avança uma severa condenação das políticas erradas e das arbitrariedades do PSD de Mota Amaral, comenta a questão da bipolarização (ao serviço nítido do PSD), aprecia as consequências negativas do resultado global da CDU em 9 de Outubro, destaca o significado dos resultados obtidos na ilha das Flores, e aponta algumas das novas e melhores condições para a luta e afirmação democrática.

Os dirigentes do PCP na RA dos Açores, ao analisarem a situação política específica que marca a actualidade do arquipélago, sublinham a necessidade de abrir caminho para políticas económicas e sociais mais justas e de enfrentar os grandes desafios que se colocam, inserem de novo o problema da bipolarização na análise da situação (é um fenómeno que contribui para evitar as transformações que são necessárias e possíveis), apresentam a consolidação da autonomia constitucional e a democratização do seu funcionamento como questões de primeiro plano. As tarefas que se colocam actualmente nos diferentes sectores (tema que aqui deixamos à apreciação do amigo leitor) e a importância do PCP e da CDU no contexto das forças em presença na Região completam a resolução da DORAA, intitulada «**Por uma completa afirmação democrática na Região Autónoma dos Açores**».

### No plano institucional

Cabe às forças democráticas regionais a intensificação da iniciativa nas instituições onde estão presentes por forma a que haja um integral aproveitamento da nova relação de forças existente.

Na Assembleia Regional a representação parlamentar do PCP irá manter e aprofundar o esforço desenvolvido na 3.ª Legislatura no sentido de levar a esse órgão problemas de toda a Região; irá concretizar, através de iniciativas próprias, os pontos constitutivos do compromisso da CDU para aprofundamento do papel político da Assembleia, participará na discussão de todas as iniciativas que sejam presentes à Assembleia e irá encarar, de forma particular, as múltiplas questões, situações, interesses e problemas referentes à ilha das Flores, correspondendo assim através de posições próprias, detalhadas e apropriadas à confiança que o eleitorado do círculo eleitoral respectivo depositou na lista da CDU.

Nas Assembleias Municipais e restantes órgãos autárquicos em que participam os eleitos comunistas e os seus aliados continuarão a desenvolver o trabalho empenhado e competente que caracteriza a sua acção, procurando dignificar esses órgãos e procurando contribuir para a justa e rápida solução de numerosos problemas que afectam as populações.

Cabe também às forças democráticas regionais intensificar as acções que levem à

cooperação correcta e permanente entre os órgãos de Governo próprio da Região e os órgãos de soberania.

A Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP continuará a defender o diálogo construtivo com a soberania nacional, recusando todas as atitudes centralistas que possam surgir e condenando todas as práticas de confrontação que até ao momento a direcção do PSD/A incentivou.

Em concreto o PCP defende a completa normalização das relações dos órgãos regionais com o Ministro da República; o aprofundamento do diálogo directo, a propósito de questões de interesse regional, entre a Assembleia Regional e a Assembleia da República e a realização de contactos e consultas permanentes entre os Governos Regional e da República, por forma a que as questões da administração pública tenham um tratamento adequado e eficaz.

No que lhe diz directamente respeito, a DORAA e a representação parlamentar do PCP manterão e aprofundarão as relações de cooperação com o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República no sentido de todas as questões de interesse regional poderem ter, em ambos os órgãos legislativos, o mais cuidado e rigoroso tratamento.

A DORAA do PCP manterá, por outro lado, a prática de diálogo institucional que sempre seguiu, quer na Assembleia Regional, quer com o Governo Regional, quer com o Ministro da República. Cabe ainda às forças de-

mocráticas regionais a intensificação das iniciativas junto de órgãos da Comunidade Europeia, designadamente o Parlamento Europeu, no sentido de serem criadas todas as condições para que a economia regional tenha, no quadro da CEE, perspectivas de desenvolvimento, através do integral aproveitamento das potencialidades, capacidade produtiva e forças produtivas principais que a caracterizam.

A DORAA manterá e aprofundará relações de cooperação que tem mantido através dos deputados comunistas portugueses, com o Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu, visando assim que o Relatório do Programa Integrado de Desenvolvimento sirva os interesses regionais e contribuindo para que se encontrem outras medidas que salvaguardem os nossos justos interesses.

### No plano social

A DORAA do PCP sempre entendeu que não é possível criarem-se condições para a construção de uma verdadeira alternativa sem o empenhamento dos trabalhadores e do Povo dos Açores na defesa dos seus interesses e na luta pela resolução dos seus problemas.

Assim, o constante reforço da acção e da capacidade de intervenção das forças e sectores sociais que defendem os interesses dos trabalhadores, os interesses da maioria dos produtores, os interesses específicos de camadas sociais diversas e os interesses culturais de todo o povo, é essencial para que o descontentamento existente e em parte já manifestado se venha a transformar em força suficiente e esclarecida no sentido de serem realizadas políticas favoráveis à maioria dos açorianos.

Os comunistas dos Açores e os seus aliados empenham-se, com muitos outros cidadãos, numa acção constante no movimento social no sentido deste, em todas as suas expressões, se reforçar de forma permanente. Assim continuará a ser.

Constituem direcções de trabalho e tarefas a desenvolver nesse sentido:

- O reforço constante do **movimento sindical**, melhorando a sua capacidade reivindicativa e as suas condições de trabalho e acção, combatendo e isolando o revisionismo que o visa enfraquecer. O reforço do movimento sindical é essencial à criação da consciência colectiva de que as mudanças e modernizações a conseguir só são possíveis com a participação criativa dos trabalhadores e nunca contra eles.

- O aprofundamento e generalização da acção das **Associações da Lavoura e da Agricultura**, com a adopção de orientações que defendam os justos interesses da maioria dos produtores (produtores de leite e de carne, agricultores, vitivinicultores e outros). Tal trabalho é determi-

nante no sentido de impedir que se façam transformações económicas que levariam a maioria dos produtores à ruína e no sentido de conseguir que a modernização do sector primário se faça não só respeitando os pequenos e médios produtores, mas, principalmente, promovendo os seus próprios interesses.

- A criação de um **amplo movimento juvenil** perspectivado no sentido de defender os interesses dos jovens trabalhadores e estudantes e no sentido de aumentar fortemente a participação dessa importante camada da população na vida colectiva desta Região.

Sendo certo que é importante e necessária a acção das organizações políticas juvenis, não é menos certo que cabe às forças políticas juvenis que defendem uma perspectiva transformadora a iniciativa de incentivarem uma ampla movimentação da juventude.

A dinamização de associações juvenis de diverso tipo, a criação de movimentos de juventude com fins específicos, o lançamento de iniciativas juvenis de vária índole a par da institucionalização da acção juvenil, através da criação de um Conselho Regional da Juventude, vivo, actuante, pluralista e independente do poder regional, são objectivos essenciais a prosseguir.

A JCP-Açores, organização açoriana juvenil do PCP e a Juventude CDU-Açores, movimento de opinião juvenil de apoio à Coligação Democrática Unitária têm visto a sua implantação e capacidade de actuação aumentar sensivelmente em diversas ilhas e não deixarão de trabalhar empenhadamente no sentido de contribuírem para a criação e animação permanente de uma ampla movimentação jovem, elemento essencial para a construção de uma sociedade futura mais justa.

- O desenvolvimento de acções que incentivem a **participação da mulher** na resolução dos problemas desta nossa sociedade contrariando tudo quanto é actualmente feito para afastar as mulheres da participação viva na vida política e social e que visa apenas afastar da decisão política consciente milhares de cidadãs que, pela sua experiência de vida e de trabalho, estão em condições, com um mais forte grau de participação, de contribuírem decisivamente para um dinamismo e equilíbrio social favorável à esmagadora maioria que vive do seu trabalho.

- O apoio a todos os **movimentos e associações que visam defender interesses sociais específicos** (reformados, pensionistas e idosos; deficientes e outros) ou que visam organizar **interesses diversos** (associações de classe; associações de beneficiários da segurança social e outras) e que são parte significativa no peso do movimento social.

- A transformação de toda a actividade de divulgação cultural e criação intelectual,

num amplo, criativo e interviente **movimento cultural**, que preserve as nossas especificidades culturais, que combata as práticas de bloqueio e isolamento cultural existentes e, fundamentalmente, que promova a participação permanente das populações na vida cultural.

A todas as forças sociais e políticas transformadoras e a todos os cidadãos empenhados na divulgação cultural e na criação intelectual, cabe a responsabilidade, de, sem elitismos nem isolacionismos, dar esse importante passo qualitativo que é urgente.

### As eleições de 1989

No próximo ano realizar-se-ão, em datas presumivelmente diversas, eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais.

As eleições para o Parlamento Europeu assumem para a Região Autónoma dos Açores uma importância assinalável, uma vez que se torna necessário encontrar os caminhos para que a economia regional, no novo quadro que a integração europeia coloca, possa voltar a encontrar as perspectivas que perdeu.

O PCP e a CDU apresentarão na preparação dessas eleições a sua visão e as suas propostas para o desenvolvimento da nossa economia com a garantia de um permanente e intenso trabalho no Parlamento Europeu no sentido de tais perspectivas serem levadas à prática.

O papel já desenvolvido pelo PCP na Região e no Parlamento Europeu, no sentido dos interesses específicos dos Açores serem tidos em conta, no quadro da CEE, serão a garantia da importância e utilidade da votação na CDU-Açores para o Parlamento Europeu.

As eleições para as autarquias locais assumem grande importância no processo de democratização da vida política regional.

A participação da CDU nas assembleias municipais, câmaras municipais, Assembleias e juntas de freguesia é essencial para que a democratização das autarquias seja realizada numa perspectiva não só formal mas também de conteúdo, colocando as autarquias ao serviço da resolução dos interesses das populações.

O reforço da participação da CDU nas autarquias dos Açores é uma necessidade que resulta directamente da perspectiva política própria que a CDU introduz no Poder Local.

O PCP e a CDU intervirão nos actos eleitorais, sem qualquer sentido de exclusivismo, mas sabendo que o seu contributo é indispensável.

### Aumentar a participação democrática dos cidadãos

A participação nas insti-

tuições, a acção nas movimentações sociais e a participação nos actos eleitorais, são actividades realizadas pelos comunistas e os seus aliados na CDU sempre na perspectiva de contribuírem para o aumento da intervenção democrática dos cidadãos.

Tal orientação de trabalho, que será mantida e reforçada, radica na certeza profunda de que uma transformação democrática séria só é possível com o empenhamento dos cidadãos nesse objectivo.

A transformação, cada vez mais profunda e vigorosa do descontentamento em intervenção social e política, continua a ser a tarefa democrática essencial.

Neste processo tem que ser tido em conta quer o descontentamento em relação aos domínios e arbitrariedades do Governo Regional e do PSD, quer o descontentamento que resulta das propostas e posições políticas concretas, tomadas pelo PS, e que sejam semelhantes, como tem acontecido muitas vezes, no País e na Região, às do PSD.

O PCP orientará a sua intervenção no sentido de alertar os cidadãos para a necessidade das diferenças políticas, em relação ao poder, serem concretas e não apenas formais.

Com esta actuação o PCP contribuirá para esclarecer que uma verdadeira alternativa democrática tem que ser construída pelos cidadãos e tem que assentar em políticas concretas diferentes, melhores e mais justas que as do PSD.

### Combater os exclusivismos

O PCP e os seus aliados na CDU nunca se reclamaram de qualquer exclusivismo em relação às transformações democráticas que são necessárias na nossa Região.

O PCP e os seus aliados na CDU afirmam sim que o seu contributo é indispensável para que se possa vir a construir uma alternativa regional.

A DORAA condena a actuação da Direcção Regional do PS, ao reclamar-se como «alternativa exclusiva» salientando que essa táctica eleitoral foi em grande parte responsável pelo facto do PSD não ter perdido a maioria absoluta em 9 de Outubro, o que teria modificado grandemente a situação regional.

Salientando embora as diferenças que existem entre as principais forças democráticas, a DORAA pensa que a convergência política democrática é essencial desde que assente em políticas que visem transformações verdadeiras.

O PCP sublinha que a convergência de posições e perspectivas diferentes, mas transformadoras, é essencial nesse processo.

PCP

## Comunistas comentam e propõem soluções

# Os acessos ao novo porto de Aveiro

Têm surgido nos últimos tempos sucessivas e repetidas tomadas de posição por parte de diversas entidades e instituições sobre a questão dos acessos ao porto de Aveiro, surgindo também novas ideias ditas «de alternativa» ao que já se encontra em fase de execução. Entenderam as Comissões Concelhias de Aveiro e de Ílhavo do PCP divulgar algumas conclusões sobre o assunto. Aqui fica o comentário.

É inadmissível que as obras do novo porto de Aveiro tenham sido projectadas, decididas e executadas sem que atempadamente tivessem sido definidos acessos rodoviários e ferroviários que garantissem a compatibilização da exploração racional do porto com os interesses das populações adjacentes e com a salvaguarda das características ambientais e potencialidades turísticas desta região.

Há já vários anos que os comunistas — particularmente os eleitos nas autarquias do concelho de Ílhavo — vinham denunciando o absurdo da situação que se estava a criar, na covicção de que quanto mais tempo passasse mais difícil seria executar uma solução adequada, porventura diferente da que está em execução e da «alternativa» conhecida, e maior seria o perigo de se caminhar para uma situação de facto consumado, como parece estar a acontecer.

### Silêncio cúmplice

Porque temos consciência de que alertámos a tempo e repetidamente para o problema, possuímos a autoridade para responsabilizar os sucessivos governos (por onde

passaram o PS, o CDS e o PSD) pela situação criada, bem como para denunciar a hipocrisia de quantos (Câmaras e algumas entidades e personalidades) que durante anos a fio optaram pelo silêncio cúmplice e agora, com obras a andar, vertem lágrimas de crocodilo alegadamente em defesa de bens e de valores que são queridos pela população dos nossos concelhos.

**As Comissões Concelhias de Aveiro e de Ílhavo do PCP condenam veementemente a solução em curso**, porque é implementada e segue por diante sem os estudos imprescindíveis que já referimos, e porque avançou sem o debate necessário entre todas as partes interessadas (órgãos autárquicos, estruturas sociais e económicas e forças representativas das populações dos municípios envolvidos), que deveria ter-se realizado e não se realizou, acarretando prejuízos irreparáveis.

Porém, é também condenável a atitude hipócrita dos que chegaram ao ponto de apresentar uma «alternativa» de características perfeitamente demagógicas que, por muito que se afirme o contrário, constituiria um atentado muito maior

contra a zona lagunar. Se a «solução» em curso é má, a alternativa constituiria um mal ainda maior.

### Preocupações

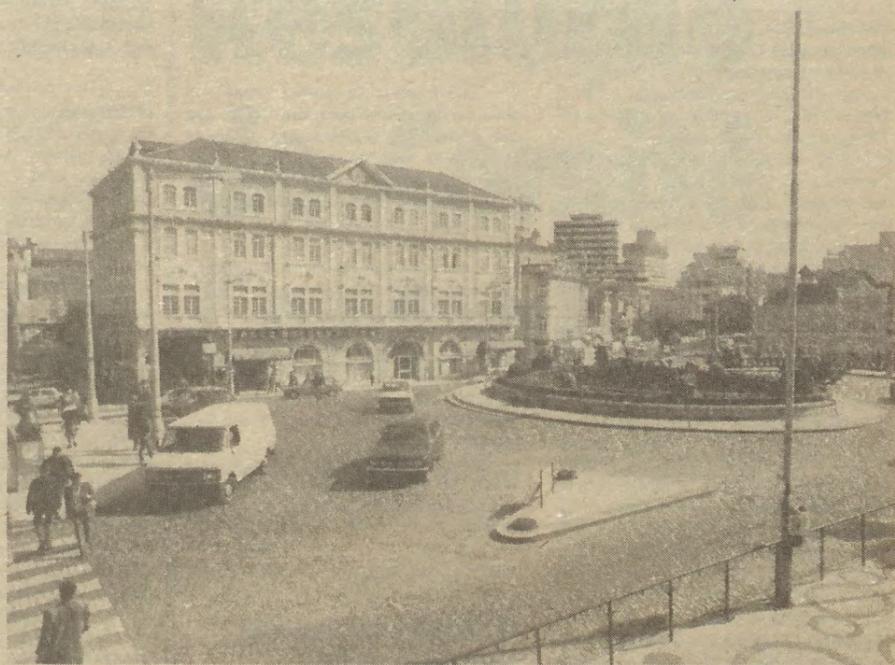
Num quadro de concorrência entre as diferentes estruturas portuárias do norte e centro do País, as Comissões Concelhias de Aveiro e de Ílhavo do PCP consideram ser do interesse da região de Aveiro e das suas populações que o seu porto seja rapidamente servido por acessos rodoviários e ferroviários que concorram para a sua eficácia.

Por tal razão e porque os sucessivos governos foram incapazes de prever bem e executar com tempo, torna-se necessário centrar a atenção nas obras que já estão a ser executadas por forma a reduzir o seu impacto negativo. É dentro desta perspectiva que se avançam as seguintes ideias:

- Deve ser atendida a proposta da Junta de Freguesia da Vera Cruz no sentido de afastar a passagem dos acessos, na zona do canal de S. Roque, o mais para norte possível, de forma a salvaguardar o repouso dos habitantes da zona adjacente ao Canal e para criar uma zona disponível para alguns projectos futuros (nova praça do peixe, zona desportiva ou outros);

- Deve ser considerada com particular atenção a passagem dos acessos sobre o Canal das Pirâmides, de forma a compatibilizar as obras de engenharia necessárias com as características que possui aquele *ex-libris* da cidade de Aveiro;

- Devem ser atendidas as preocupações colocadas pe-



Os comunistas de Aveiro (foto) e Ílhavo, através das respectivas Comissões Concelhias, divulgam um breve comentário sobre «a questão dos acessos ao porto de Aveiro»

los autarcas da Gafanha da Nazaré relativamente ao previsível agravamento do fluxo de trânsito na estrada da Barra, quer devido do porto, quer devido à abertura do IP 5. Por isso, devem ser consideradas as soluções apontadas às autoridades competentes (construção de um nó rodoviário à entrada da Gafanha, a vedação da via, um separador central, uma pista para ciclistas e a construção de passagens desniveladas para que a Gafanha não fique cortada em duas).

As Comissões Concelhias de Aveiro e de Ílhavo do PCP reafirmam que, tal como acontece com os acessos, outras áreas existem em que as implicações da construção do porto sobre o meio e as comunidades envolventes continuam por analisar. Tal é o caso — referem aqueles

organismos do PCP — de previsível explosão urbana na Gafanha da Nazaré, vila que continua sem plano director, sem saneamento básico e sem outras infraestruturas já

hoje imprescindíveis. Quanto maior for a demora na abordagem destes problemas, mais difíceis soluções virão a conhecer, alertam os comunistas.



## Corrida da Festa divulgada na Nazaré

A edição do próximo ano da Corrida da Festa do «Avante!» marcou presença na 14.ª meia-maratona da Nazaré, realizada no último domingo com a participação de cerca de 3700 atletas nacionais e estrangeiros (foto). Anunciada para 10 de Setembro de 1989, a Corrida da Festa está já integrada no calendário da Federação e da Associação de Atletismo de Lisboa, como refere a tarjeta divulgada na Nazaré no belo domingo de sol deste S. Martinho/88

**Festival da Juventude**



Viva a Festa

12 A 26 DE NOVEMBRO - 88

- 4 Torneios de Futebol — POMBAL, M.ª GRANDE, CALDAS, PENICHE
- Video Gigante — VIEIRA DE LEIRIA
- Encontro Concelhio Jovens — PENICHE
- Bailes Populares — LEIRIA, M.ª GRANDE
- 2.º Expo-Arte — MARINHA GRANDE, SPORT OPERÁRIO MARINHENSE, 20 a 24 de Novembro

IX Aniversário da Juventude Comunista Portuguesa  
DIRECÇÃO DISTRIAL DE LEIRIA

Está a decorrer na região de Leiria um festival promovido pela JCP neste ano do 9.º aniversário da organização juvenil. O programa, que se estende até dia 26, com o lema «Viva a Festa», inclui actividades desportivas, culturais e recreativas. Alguns exemplos: em Peniche, Caldas e Marinha Grande vão realizar-se torneios de futebol de sete no próximo fim-de-semana; também na Marinha Grande estará patente entre os próximos dias 20 e 24 a 2.ª Expo-Arte, um espaço de criação artística aberto a jovens até aos 30 anos; amanhã (dia 18) haverá uma sessão de video gigante em Vieira de Leiria e lá para dia 26 um novo baile da juventude na capital do distrito.

## Encontro CDU na Marinha Grande

Analisar o trabalho desenvolvido nos diversos órgãos autárquicos do concelho, debater os principais problemas que se colocam ao desenvolvimento local e perspectivar o futuro são os objectivos do encontro de âmbito concelhio que a CDU vai realizar no próximo sábado, dia 19, na Marinha Grande.

Estarão presentes na iniciativa, que decorrerá entre as 15 e as 18 e 30 horas, na colectividade «A Ordem», os deputados João Amaral (PCP), Herculano Pombo («Os Verdes») e Corregedor da Fonseca (Intervenção Democrática).

A comissão promotora do encontro apresenta assim a iniciativa de sábado:

Decorridos três anos do actual mandato é tempo de se fazer o balanço. Um balanço crítico, responsável e virado para o futuro. Do que

se fez e não se fez. Do que se pode e deve fazer. Dos principais problemas que ainda se colocam no concelho e dos caminhos a trilhar para os resolver.

O Encontro será, pois, um espaço que se pretende amplo e aberto, de reflexão e debate. Do passado que fomos, do presente que somos e do futuro a que aspiramos.

Dele sairão orientações e objectivos para o futuro próximo. E também para o futuro mais longínquo. A preparação dos actos eleitorais a decorrer em 1989 (Parlamento Europeu e Autarquias Locais) será igualmente debatida.

O Encontro é aberto não só aos activistas da CDU, mas também a todos os democratas interessados no desenvolvimento do concelho e na melhoria das condições de vida das suas populações.

# Informação do Secretariado do Comité Central sobre a

## 1. Antecedentes

1 — Zita Seabra entrou para o PCP antes do 25 de Abril de 1974, na clandestinidade. Foi dirigente da União dos Estudantes Comunistas (UEC). Fazendo parte das listas propostas pelo Comité Central cessante, foi eleita membro suplente do Comité Central no VIII Congresso realizado de 11 a 14/Nov./1976 e membro efectivo do IX-Congresso, realizado de 1 a 3/Junho/1979. No X Congresso realizado em Dezembro de 1983 o Comité Central elegeu-a membro suplente da Comissão Política. Fazendo parte das listas da APU, foi eleita deputada à Assembleia da República nas eleições legislativas de 1976, 1980, 1983 e 1985.

2 — Ao longo de todos estes anos Zita Seabra, participando no trabalho dos organismos de que fazia parte, designadamente do Comité Central a partir de 1976, e na Comissão Política a partir de 1983, participando em Congressos, Conferências Nacionais e numerosas iniciativas, manifestou sempre inteira concordância com os documentos aprovados e as decisões tomadas. Nem uma só vez votou contra e nem uma só vez se absteve. Só em fins de 1987 começou a afirmar ter divergências com a orientação geral do Partido.

3 — Mas já antes alguns aspectos da sua actividade começaram a merecer reparos de camaradas que mais de perto acompanhavam a sua actividade.

Vários camaradas chamaram a atenção para atitudes de Zita Seabra: sobrepor a sua opinião à do colectivo, tratar sobranceiramente camaradas menos responsáveis, procurar sistematicamente a sua própria promoção na comunicação social.

Reparos sobre estes e outros aspectos da maneira de se conduzir eram feitos junto do Secretariado do Comité Central que, entretanto, considerou que, sendo necessário ajudar Zita Seabra a corrigir certos traços da sua actuação, os factos não invalidavam as suas reais qualidades como militante do Partido.

4 — Um acontecimento entre outros pôs em evidência estes traços negativos de Zita Seabra: a preparação da Conferência Nacional do Partido «A Emancipação da Mulher no Portugal de Abril» que se realizou em 15 de Novembro de 1986.

Examinando-se em 1986, na Direcção do Partido, a realização de uma grande iniciativa relativa à situação da mulher portuguesa e à luta pela sua emancipação, foi tomada a decisão de realizar uma **Conferência Nacional do Partido** e não uma Conferência das Mulheres Comunistas nem uma iniciativa unitária promovida pelo Partido, como alguns camaradas sugeriam.

Zita Seabra, que nessa altura era na Comissão Política a responsável pela Comissão de Mulheres junto do Comité Central, conduziu os trabalhos preparatórios segundo a sua opinião individual, no sentido da realização de uma Conferência das Mulheres e não uma Conferência Nacional do Partido.

Contrariando a orientação que fora decidida, elaborou um documento cujas teses foram consideradas pela Comissão Política politicamente incorrectas em questões essenciais. Como exemplo, a luta pela emancipação da mulher era colocada completamente à margem e independente da luta de libertação dos trabalhadores e do povo e das transformações económicas, sociais e políticas progressistas.

A sua recusa a considerar as orientações traçadas levou à sua substituição nesse trabalho por outro camarada da Comissão Política.

Dentro da orientação estabelecida, a Conferência do PCP realizou-se com sucesso em 15 de Novembro de 1986.

Ultimamente, já em confronto aberto com a Direcção, Zita Seabra citou a sua substituição na direcção da preparação da Conferência como uma prova (!?) de que «a afirmação de que no nosso Partido a opinião é livre desde que exposta no próprio organismo não é infelizmente exacta».

5 — Em 1987 novos e numerosos factos chamaram a atenção da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central para o comportamento político de Zita Seabra, não conforme com a sua condição de membro do Comité Central e da Comissão Política.

Muitos camaradas, inquietos com atitudes e afirmações de Zita Seabra, referiam: a) as opiniões acusatórias e calúnias muitas-vezes insultuosas de Zita Seabra contra a Direcção do Partido e contra a orientação do Partido junto de camaradas, amigos, conhecidos e familiares, procurando ganhá-los para as suas opiniões; b) os contactos regulares com camaradas do «grupo dos 6» e outros a estes inti-

mamente ligados que apareciam, imediatamente depois desses encontros com Zita Seabra, conhecedores do que se passava em reuniões, não só do Comité Central, mas também da Comissão Política, incluindo decisões, intervenções, frases, expressões, etc.

6 — Zita Seabra, ao mesmo tempo que dava conhecimento para fora (ainda que com deturpações tendenciosas) do que se passava nas reuniões do Comité Central e da Comissão Política em que participava, e das opiniões expressas por camaradas da Direcção do Partido, não dava à Direcção do Partido, designadamente à Comissão Política, de que era membro suplente, conhecimento das acções que outros camaradas, com a sua participação ou presença, desenvolviam contra a orientação e a Direcção do Partido.

Esta situação caracterizava por si só uma **conduta imprópria da confiança dos organismos de direcção a que pertencia**.

Numerosos camaradas começaram a insistir em que se impunha esclarecer o comportamento partidário e político de Zita Seabra.

## 2. O abandono das reuniões e das tarefas e o rompimento das relações com a Direcção

1 — No dia 23 de Fevereiro de 1988, da parte da manhã, com a participação de Zita Seabra, realizou-se uma reunião da Comissão Política do Comité Central.

Nessa reunião, com excepção de Zita Seabra, todos os camaradas criticaram a actuação de grupos fraccionistas e pediram a Zita Seabra que explicasse aspectos do seu comportamento já então conhecidos, considerando-o impróprio de um membro da Direcção do Partido. Zita Seabra pela primeira vez se propôs explicitar algumas das suas divergências com a orientação do Partido. Não havendo tempo para discutir essas questões porque da parte da tarde teria lugar uma reunião plenária do Comité Central, foi decidido, com o acordo de Zita Seabra, a continuação da reunião da Comissão Política à noite, logo depois do termo da sessão do Comité Central, para que Zita Seabra pudesse explicitar as suas opiniões.

Ulteriormente (carta de 15/3/88), já em confronto aberto com a Direcção do Partido, Zita Seabra diz que o que se passou nessa reunião da Comissão Política foi «inesquecível»: «acusações destemperadas», «lembrações insultuosas», «insinuações, suspeições e insultos», «impensável credibilidade atribuída às mais abjectas calúnias» — o que é inteiramente falso.

2 — No mesmo dia 23, na reunião plenária do Comité Central foram debatidos problemas políticos e a situação no Partido. Diversos membros do Comité Central criticaram as actividades fraccionistas, mas o comportamento de Zita Seabra não foi levantado pela Comissão Política.

Nessa noite, Zita Seabra, sem prevenir de qualquer forma da sua ausência, não compareceu à reunião da Comissão Política. Os outros camaradas esperaram inutilmente pela sua chegada e tentaram sem resultado estabelecer contacto com ela.

No dia seguinte, 24 de Fevereiro, segundo dia de reunião do Comité Central, Zita Seabra não compareceu, sem que tivesse dado qualquer explicação para o facto. Foram infrutíferas todas as tentativas para contactá-la, quer durante a reunião do Comité Central quer nos dias seguintes, quer por telefone, quer pessoalmente por um camarada da Comissão Política que se dirigiu a sua casa. Zita Seabra recusou-se expressamente a ter qualquer contacto com a Direcção do Partido.

3 — Ao mesmo tempo que tomava esta atitude, Zita Seabra abandonou as tarefas de que na altura estava encarregada. Deixou de acompanhar o Encontro Nacional sobre a Saúde, que se realizou três dias depois da reunião do Comité Central, recusou-se a ir ao telefone atender membros do Secretariado que tentavam contactá-la e não respondeu à pergunta da Direcção do Partido (feita a quem atendia o telefone) se ia ou não ao Encontro sobre a Saúde, o que obrigou a medidas de emergência e sobre a hora para assegurar a realização dessa iniciativa. Ao contrário do que anteriormente afirmou, não deu nenhum passo para informar da sua situação as organizações de que era responsável, embora

soubesse que estavam marcadas reuniões nacionais.

Desde a reunião do Comité Central em 23 de Fevereiro até ao dia 11 de Março, manteve-se esta situação, não havendo qualquer contacto de Zita Seabra com a Direcção do Partido.

4 — Só no dia 11 de Março, portanto **passados mais de 15 dias** desde o abandono da reunião do Comité Central e das suas tarefas, uma vez mais por iniciativa do Secretariado do Comité Central do Partido e não de Zita Seabra, se conseguiu contactá-la pelo telefone, ao que se seguiu um encontro em sua casa, com um camarada do Secretariado.

Sendo-lhe pedida uma explicação acerca da situação criada, **não deu a mínima explicação para a sua conduta** e recusou-se a definir a sua posição face ao Partido e às suas tarefas, dizendo apenas que estava a escrever um documento que enviaria à Comissão Política.

Nem nas primeiras conversas com camaradas do Secretariado, nem na carta enviada à Comissão Política em 23 de Março, Zita Seabra explicou a sua conduta.

Ao Secretariado chegou indirectamente a notícia de que, junto de pessoas suas amigas, afirmava pensar, entre outras coisas, como sua perspectiva, abandonar o quadro de funcionários e ir estudar. Mesmo sem esta última informação, a conduta anteriormente referida permite admitir que, nesses dias, **Zita Seabra estava inclinada à ruptura com o PCP**.

5 — Só em 29 de Março (mais de um mês (!) após o abandono de tarefas), em carta enviada ao Secretariado, Zita Seabra avançou, como justificação, **razões de doença**, porque (como escrevia) tinha ficado «**impossibilitada de participar das actividades programadas e responder a contactos exteriores**».

É significativo que esta explicação e afirmação categórica de, por motivos de saúde, estar «impossibilitada de responder a contactos exteriores», só tenha aparecido mais de um mês depois do abandono de tarefas! E é esclarecedor acerca do comportamento político e ético de Zita Seabra o facto de que, comprovadamente, **Zita Seabra se deslocou mesmo nos dias que se seguiram imediatamente à reunião do Comité Central para vários lados, continuou a frequentar o Ginásio Clube Português onde fazia ginástica e a realizar contactos com membros do Partido com os quais não tinha tarefas partidárias!**

## 3. A carta de 15/3/88

1 — A carta de Zita Seabra ao Secretário-geral e à Comissão Política, datada de 15/3/88, é um documento revelador.

2 — O que se estava a examinar com ela não eram as suas ideias. A explicação que justa e necessariamente era pedida referia-se ao seu grave comportamento, designadamente ao abandono da reunião do Comité Central, à falta à Comissão Política, ao abandono de tarefas, à recusa a quaisquer contactos com a Direcção durante mais de 15 dias.

No primeiro contacto com o Secretariado, em 11/3/88, recusou-se a dar oralmente qualquer explicação, dizendo que a daria em carta que iria enviar.

3 — Mas na carta datada de 15/3/88 **não deu a mínima explicação do seu comportamento e desenvolveu ao longo de 31 páginas, com um infindável número de deturpações e mentiras, um ataque cerrado à orientação e à actividade do Partido e da Direcção**.

É uma evidência que esta carta pretendia substituir a «explicação do seu comportamento» por uma violenta contestação da orientação, da actividade e da Direcção do Partido, fabricando assim uma base para poder dizer que o seu «caso» não resultava do seu comportamento partidário mas das suas opiniões discordantes e críticas e que, portanto, era «vítima» de perseguição política por ousar ter opiniões diferentes e críticas.

4 — **A qualquer membro do Comité Central e da Comissão Política** que tivesse abandonado a reunião do Comité Central, que não comparecesse à reunião da Comissão Política convocada com o interesse que o próprio tivesse manifestado, que abandonasse as tarefas, que recusasse, embora insistentemente procurado, qualquer contacto com a Direcção (ao mesmo tempo que era visto deslocar-se na cidade), a qualquer membro do Comité Central e da Comissão Política que tivesse um tal comportamento, seria não só lícito, mas in-

dispensável, pedir uma explicação de tal comportamento, independentemente das ideias, coincidentes ou não com a orientação do Partido e com a Direcção.

Com a sua carta de 15/3/88, Zita Seabra procurou manifestamente introduzir no seu «processo», um instrumento escrito que pudesse em qualquer ocasião vir a citar para «provar» que a críticas ou eventuais medidas disciplinares de que fosse objecto, teriam como causa, não o seu comportamento partidário, mas as suas ideias.

5 — Embora o conteúdo da carta esteja fora do quadro do comportamento que se procurava esclarecer, interessa anotar algumas das ideias expostas nessa carta.

O documento não é uma contribuição para o melhoramento do trabalho do Partido. Considerando que «o PCP atravessa uma gravíssima crise», o documento é um libelo acusatório exaltado e recheado de falsidades, deturpações e opiniões caluniosas, contra todos os aspectos da realidade e da actividade partidária.

Segundo Zita Seabra, o Partido «adapta métodos de análise do tipo "quem não está conosco é contra nós" e este "conosco" nem se refere ao Partido mas só à Direcção» (!). «A Comissão Política não dirige politicamente o Partido» (!). «O Comité Central é a caixa de ressonância (!) do estio de trabalho da Comissão Política». «Não se procedeu ainda à democratização da estrutura partidária e foram mantidos os traços fundamentais da clandestinidade» (!). «Cada militante que discorda no respectivo organismo não vai alterar uma virgula à decisão já tomada» (!). «Não há livre debate das opiniões contrárias» (!). «Tenta-se sistematicamente calar a crítica interna» (!). A política de quadros seguida transforma o Partido em «Partido de cinzentos, quadros pardos onde o brilho (!) é tido como um grave defeito» (!). «Quadro que se destaque (...) corre o risco de ser objecto de uma multiplicação de suspeições e opiniões críticas (...) que conduzem à sua prudente substituição por um quadro "menos brilhante mas mais firme e mais modesto"» (!). «O papel de vanguarda do Partido e da sua Direcção não se afirma com critérios deste tipo, que resultam afinal de um espírito de concorrência doentia» (!). Transformámo-nos «num partido do tipo função pública com lugares vitalícios» (!). «Não se promovem quadros novos» (!). «A falta de rumo político é a questão fundamental» (!). «Joga-se erradamente com as forças disponíveis anos a fio em jogadas aventureiras» (!) como a palavra de ordem «Cavaco rua» (!). «Entregamos nos braços do PS a revisão» da Constituição (!). Temos «uma postura geral negativa e pessimista que nega tudo» (!). «Metemos a cabeça debaixo da areia para não ver» (!). Existe «um clima verdadeiramente persecutório» (!).

Vê-se que o estilo é conforme com as ideias. Pelas suas falsidades, esta carta não é um retrato do Partido, mas é um retrato da sua própria autora.

6 — Nessa carta, Zita Seabra refere alguns casos concretos (além do relativo à Conferência sobre a emancipação da mulher atrás citado) sobre os quais dá uma falsa versão.

Assim:

a) Afirma que houve uma **deliberação da Comissão Política** «que vincula todos os seus membros a não exprimirem perante o Comité Central (de que são membros de pleno direito) as suas opiniões divergentes» e logo caracteriza tal deliberação como «eticamente condenável». É falso. O que foi considerado incorrecto e eticamente condenável é que um membro da Comissão Política não dá conhecimento à Comissão Política das suas divergências e vá expô-las no Comité Central. É isto que consta aliás da acta da reunião da Comissão Política de 21/12/87, que Zita Seabra tem desde então em seu poder.

b) Considera facto «inédito na história do Partido, sendo suplente da Comissão Política ter sabido que havia uma **reunião apenas com os membros efectivos**». Não é inédito e é uma prática conforme com os princípios estatutários. A prática é a participação nas reuniões da Comissão Política (assim como do Comité Central) dos suplentes, mas tal participação não é obrigatória. E entendeu-se fazer só com os efectivos a reunião porque se considerou necessário examinar a fuga de informações das reuniões da Comissão Política, e que camaradas do «grupo dos seis» e outros camaradas a eles ligados mostravam conhecer em pormenor e que comprovadamente eram passadas por Zita Seabra.

c) Diz ter tido **conversas com o Secretário-geral do Partido** em que expôs as suas opiniões críticas. É verdade que expôs algumas. Mas não quis então expô-las

na Comissão Política. E na mesma ocasião, chamando-lhe o Secretário-geral a atenção, no sentido de ajudá-la como quadro do Partido, para certos aspectos do seu comportamento que causavam apreensão, declarou que «não tinha um milímetro do seu comportamento a rectificar».

d) Cita uma **mudança no seu gabinete** na sua ausência, insinuando que lhe tinham mexido nos papéis. A verdade é que o gabinete era não só de Zita Seabra mas de vários outros membros da Comissão Política e a transferência de todos eles fez-se por razões técnicas e necessidades do trabalho pelo responsável da gestão do edifício.

## 4. As informações do Secretariado e da Comissão Política

1 — O comportamento de Zita Seabra não pode ser considerado como questão menor na actuação de um quadro responsável, nem como questão menor na vida do Partido.

O desenvolvimento da situação que acaba de ser referido e recentes experiências de passagem para a comunicação social de questões internas da vida do Partido, levantaram no Secretariado e na Comissão Política a legítima preocupação de que os membros do Partido (ignorando completamente o que se estava a passar) fossem surpreendidos por notícias em jornais que conduzem a campanha contra o Partido, e, como é habitual, com versões deformadas e falsas.

2 — Perante a situação criada pela recusa expressa de Zita Seabra de qualquer contacto com a Direcção do Partido, pelo abandono das tarefas, pela ruptura efectiva com a Direcção e com o trabalho partidário e, ultimamente, quando retomado o contacto, pela recusa a dar qualquer explicação válida do seu comportamento, o Secretariado do Comité Central e a Comissão Política entenderam ser seu dever informar os quadros responsáveis do Partido acerca da situação (10/3/88).

O Secretariado e a Comissão Política tiveram em conta que relativamente a outras situações e a outros membros do Partido, cujas atitudes e comportamentos foram revelados por órgãos de comunicação social, numerosos camaradas criticaram os organismos Executivos do Comité Central por não ter dado conhecimento ao Partido dessas atitudes e comportamentos, logo que a situação tenha evoluído de forma a poder prever-se a sua passagem para a opinião pública dentro de um curto espaço de tempo.

3 — Após o primeiro encontro realizado de um camarada do Secretariado com Zita Seabra (11/3/88) e perante a recusa de Zita Seabra em dar qualquer explicação da sua conduta (o que fazia pressagiar a continuação de uma evolução negativa) a Comissão Política, na sua reunião do dia 14/3/88, decidiu unanimemente dar aos organismos de direcção e organismos intermédios do Partido uma «informação interna sobre a situação partidária da camarada Zita».

4 — No segundo encontro de dois membros do Secretariado com Zita Seabra (25/3/88) foi entregue a Zita Seabra uma «Nota de trabalho do Secretariado», onde se explicitavam as questões cujo esclarecimento se considerava essencial para a clarificação da sua situação partidária. Foi-lhe também dado a conhecer a «Informação interna» de 14/3/88.

A segunda Nota informativa não foi entregue a Zita Seabra mas foi-lhe dito que, no essencial, era idêntica à primeira.

Além dos encontros referidos (11 e 25/3/88), os dois membros do Secretariado tiveram encontros com Zita Seabra nos dias 7 e 22/4/88.

Em todos estes contactos Zita Seabra continuou a não dar explicações satisfatórias quanto ao seu comportamento, insurgindo-se entretanto contra o facto de terem sido dadas informações ao Partido a respeito da situação que estava criando!

## 5. A «explicação» de Zita Seabra sobre o seu comportamento

1 — Nas cartas que escreveu à Comissão Política, datadas de 15, 23 e 29 de Março e 13 de Abril, Zita Seabra, em vez de expli-

## situação partidária de Zita Seabra

car o seu comportamento passa ao ataque, acusa os organismos Executivos do Comité Central de uma «operação» lançada contra ela, de «caluniosa» por assentar em informações falsas (!), «estatutariamente irregular e eticamente reprovável», «por quebra de regras básicas de lealdade» (!). Sendo de sublinhar que fala em lealdade quem faltou aos mínimos deveres de lealdade para com os seus camaradas e os órgãos do Partido a que pertencia.

2 — Em relação ao abandono da reunião do Comité Central, à falta à reunião da Comissão Política, ao abandono de todas as tarefas e de recusa a quaisquer contactos com a Direcção do Partido desde 23/2/88 a 11/3/88, Zita Seabra assume a atitude de negar completamente os factos e utiliza com tanto à-vontade a mentira que se tem de concluir que esse tipo de «defesa» já então não tinha o propósito de esclarecer a situação, mas de poder ser utilizada ulteriormente contra a Direcção do Partido e contra o próprio Partido.

Na sua carta de 13 de Abril fala na sua «prontidão» de «repor publicamente a verdade de toda a situação», o que implica a «disponibilidade» ou o propósito de levar à opinião pública um relatório de falsidades.

Assim:

a) Zita Seabra diz que é «falsa a afirmação (...) segundo a qual me recusei a estabelecer contacto com a direcção do Partido» (carta de 13 de Abril)! Que comentário se pode fazer a esta afirmação, quando ao longo de mais de 15 dias, de 23/2/88 a 11/3/88, Zita Seabra, ao mesmo tempo que tinha contactos com outros camaradas, recusava explicitamente qualquer contacto, mesmo telefónico, com a Direcção do Partido?

b) Zita Seabra diz que foram razões de saúde que a impediram de assegurar tarefas (carta de 23/3/88) e que após a reunião do Comité Central de 23 de Fevereiro, por ter adoecido, ficou «impossibilitada de participar em qualquer das actividades programadas e de responder a contactos exteriores» (carta de 29/3/88).

Esta afirmação, a impossibilidade de «responder a contactos exteriores», procura assim «explicar» a razão por que de 23 de Fevereiro a 11 de Março (ao longo de 15 dias) recusou qualquer contacto, mesmo muito breve e telefónico, com a Direcção do Partido apesar das repetidas tentativas e diligências do Secretariado, e por si clarifica a falta de verdade com que Zita Seabra aborda o seu próprio comportamento.

Contava talvez que não houvesse «provas» irrefutáveis que pudessem desmentir-lhe. Mas para pouca sorte sua, não foi qualquer outro camarada, mas um membro da Comissão Política que, no dia 25 de Fevereiro (logo a seguir à reunião do Comité Central) viu ocasionalmente Zita Seabra, longe de sua casa, falando com um outro camarada. Este facto foi frontalmente apontado a Zita Seabra na reunião da Comissão Política de 3 de Maio (que antecedeu a reunião do Comité Central de 5 de Maio).

c) Zita Seabra diz que é «inaceitável» a afirmação de que «não são satisfatórias» as «explicações» que deu sobre o seu comportamento.

A verdade é que não só continuam a não ser satisfatórias as «explicações» que deu, como são em si mesmas testemunhos de intolerável comportamento partidário e de um inqualificável comportamento ético.

### 6. A reunião da Comissão Política de 3/5/88

1 — No dia 3 de Maio de 1988, Zita Seabra participou na reunião da Comissão Política em que foi examinada a sua conduta partidária.

Na reunião foram lembrados os factos essenciais referidos. Nas intervenções dos vários camaradas da Comissão Política foram citados factos e testemunhos comprovativos do afirmado acerca da fuga de «informações sobre a actividade do Partido e da sua Direcção», acerca da sua participação em círculos caracterizados por difamações insultuosas à Direcção do Partido e a vários dos seus dirigentes, abandono de tarefas, ruptura com a Direcção e o Partido, etc.

Zita Seabra não confirmou nem desmentiu. Numa curtíssima intervenção afirmou ter dado por escrito resposta cabal às acusações feitas na «Nota de trabalho» do Secretariado e que nada mais tinha a acrescentar.

O único facto que acabou por confirmar, perante o testemunho directo de um membro da Comissão Política, foi o ter estado longe de casa no dia seguinte ao da reunião do Comité Central de 24 de Fevereiro (quando até então afirmara e realimara que, gravemente doente, estava impossibilitada de «responder a contactos exteriores»).

À pergunta relativa às suas intenções quanto ao futuro, declarou-se «disposta a aceitar o normal funcionamento do Partido e o cumprimento dos Estatutos tal como estão actualmente».

Esta declaração pesou na proposta que a Comissão Política levou ao Comité Central, no sentido de ser afastada da Comissão Política mas manter-se como membro do Comité Central e na decisão do Comité Central aprovando esta proposta.

O comportamento ulterior de Zita Seabra evidenciou a falta de sinceridade de tal «declaração de honra».

### 7. A decisão do Comité Central

1 — O Comité Central na sua reunião plenária de 5 de Maio examinou o comportamento de Zita Seabra. Foi dada ao Comité Central uma informação pormenorizada dos factos e feita a proposta da Comissão Política.

2 — Zita Seabra leu um longo documento, do qual quis entregar uma cópia à mesa. A mesa não aceitou a cópia por ponderar várias razões:

1.ª — A intervenção escrita de Zita Seabra, apresentada pela própria como «a sua defesa» estava desenvolvida em termos tais, falseando com tanta desenvoltura os factos e o tratamento do seu caso, que desde logo se admitiu que tal «defesa» não se destinava à apreciação do Comité Central (perante o qual o conteúdo era claro) mas a ser eventualmente utilizada no futuro, publicamente, contra a Direcção do Partido e contra o Partido;

2.ª — O Comité Central tinha experiência anterior de camaradas que, entregando à Direcção do Partido documentos críticos e solicitando eles próprios que os documentos fossem mantidos em reserva, os passaram depois para a comunicação social, insinuando que teria sido a própria Direcção do Partido a passá-los! A falta de confiança em Zita Seabra (que os factos inteiramente justificavam) levou a mesa da reunião, com a aprovação do Comité Central, a não aceitar a cópia do documento.

3 — Na sua intervenção, Zita Seabra repetiu muitas das ideias críticas e acusações contidas na carta à Comissão Política de 15 de Março.

O que estava a ser examinado não eram as ideias e discordâncias políticas de Zita Seabra (para as quais sempre foi reconhecido o direito de defendê-las) mas o seu comportamento, sobre o qual continuou a não dar qualquer explicação.

4 — O Comité Central na sua reunião plenária de 5 de Maio, na base da informação circunstanciada relativa ao comportamento de Zita Seabra, aprovou com apenas um voto contra (o de Zita Seabra) e uma abstenção o seu afastamento da Comissão Política.

### 8. O comportamento de Zita Seabra após o afastamento da Comissão Política

1 — A decisão do Comité Central de afastar Zita Seabra da Comissão Política, mantendo-a como membro do Comité Central, deveria ter sido entendida por Zita Seabra como uma oportunidade de rectificar a sua conduta, de se inserir no trabalho colectivo do Partido e da sua Direcção e respeitar as normas estatutárias.

2 — Lançando-se numa actividade pública em confronto directo com a orientação do Partido e incompatível com a sua responsabilidade de membro do Comité Central, Zita Seabra confirmou a justeza das críticas que lhe haviam sido feitas e as irrecusáveis razões de falta de confiança política por parte da Direcção. Mostrou que Zita

Seabra não estava disposta a corrigir o seu incorrecto comportamento partidário. Pôs a nu que não havia da sua parte o mínimo de sinceridade no compromisso assumido perante a Comissão Política e dado a conhecer ao Comité Central de «estar disposta a aceitar o normal funcionamento do Partido e dos Estatutos tal como estão actualmente».

3 — Os aspectos mais significativos do comportamento de Zita Seabra após o seu afastamento da Comissão Política do Comité Central são os seguintes:

a) **Declarações e entrevistas** (sem procurar qualquer opinião da Direcção do Partido como fazem todos os membros do Comité Central) aos mais variados órgãos de comunicação social e, com a sua manifesta aquiescência, a utilização da sua posição, das suas atitudes e das suas opiniões na campanha anti-PCP.

b) **Participação activa em iniciativas de vertente anticomunista ou nas quais o PCP resolveu não participar**, nomeadamente a iniciativa do GRAEL-Aliança Verde Alternativa Europeia, em 8/6/88, em que Zita Seabra foi apresentada como do «PCP, renovadora, Grupo dos Seis»; participação no Conselho Promotor do «Forum da Esquerda em Debate», noticiado pelo «Diário Popular» de 20/6/88; no debate de carácter anti-Partido promovido pelo jornal «Primeiro de Janeiro» do Porto.

c) **Apresentar-se como vítima de perseguição política por parte da Direcção do Partido, em virtude das suas opiniões, divergências e críticas e identificação dos membros da Direcção do Partido com os métodos do stalinismo**, (declarações à RTP e à rádio imediatamente após a decisão do Comité Central de 5 de Maio de a afastar da Comissão Política; ao «Semanário» de 7/5/88; entrevista a «Eles e Elas» de Junho de 88; artigo no «DN» de 26/7/88; entrevista ao «Jornal do Brasil» de 7/7/88).

d) **Desenvolvimento de insinuações e ataques velados ou explícitos ao Partido e à sua Direcção e a defesa de posições contrárias às do Comité Central** de que Zita Seabra é membro e cuja qualidade é as mais das vezes invocada ou referida (ataques ao funcionamento interno do Partido, citados por «O Jornal» de 22/7/88 e as referências ao discurso do secretário-geral do Partido na Festa do «Avante!», falsificando grosseiramente o seu conteúdo).

e) **Invocação sistemática, abusiva e insidiosa da «perestroika», opondo a «perestroika» ao PCP e o PCP à «perestroika»**, e arvorando-se em apoiante, defensora e «porta-voz» da «perestroika», em oposição à Direcção do Partido (entrevista à Antena Um citada pelos jornais de 18/5/88; artigo do «Diário de Notícias» de 7/6/88; participação no colóquio da Marinha Grande em 15/7/88, «DN» — 26/7/88).

f) **Tomada de posição frontalmente contrária à assumida pelo PCP em questões internacionais de maior importância** (sobre a crise checoslovaca de 1968, no «Diário de Notícias» de 1/9/88).

4 — Um facto novo e qualitativamente diferente produziu-se recentemente. A partir de 8 de Novembro, os jornais noticiaram que Zita Seabra iria publicar um livro e que a partir de meados de Novembro participaria no seu lançamento, designadamente em Lisboa, Porto, Aveiro, Coimbra e Marinha Grande. Segundo esses jornais, o assunto é a situação partidária e o seu afastamento da Comissão Política e a publicação daquilo a que Zita Seabra chamou «a sua defesa», ou seja, a sua intervenção na reunião de 5 de Maio do Comité Central, que então foi considerada uma declaração cheia de deturpações, mentiras e acusações caluniosas.

Até então, Zita Seabra declarava publicamente diversas vezes que não desejava informar a comunicação social das questões internas do Partido, incluindo o seu afastamento da Comissão Política. A preparação da publicação de tal livro e os termos do seu lançamento mostram que Zita Seabra prepara uma operação contra o Partido nas vésperas do Congresso, invocando a sua qualidade de membro do Comité Central.

5 — Todos estes numerosos factos mostram que a conduta de Zita Seabra, escolhendo o caminho do confronto com o Partido, é incompatível com a sua condição de membro do Comité Central.

Em consequência, o Secretariado e a Comissão Política propõem que o Comité Central, ao abrigo do artigo 51 b) dos Estatutos, resolva destituir Zita Seabra do Comité Central.

13 de Novembro de 1988

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

# Resolução do Comité Central

1. No dia 5 de Maio o Comité Central resolveu, ao abrigo do artigo 51 b) dos Estatutos, destituir Zita Seabra de membro suplente da Comissão Política.

As razões desta decisão foram faltas graves na sua conduta partidária devidamente confirmadas. Tanto anteriormente, como na reunião do CC, foi dada a Zita Seabra inteira possibilidade de justificar a sua conduta. A decisão de afastar Zita Seabra da Comissão Política foi tomada com um único voto contra (o de Zita Seabra) e uma abstenção.

Ao manter Zita Seabra como membro do Comité Central, o Comité Central teve em conta o passado de Zita Seabra e a declaração feita por Zita Seabra na reunião da Comissão Política e levada ao conhecimento do Comité Central de que estaria «disposta a aceitar o normal funcionamento do Partido e o cumprimento dos Estatutos tal como estão actualmente».

2. Os acontecimentos posteriores mostraram que Zita Seabra não compreendeu o significado e alcance da decisão do Comité Central. Numa progressiva escalada, entrou em público confronto com a orientação do Partido e a Direcção de que faz parte, inserindo abertamente a sua acção na campanha que se desenvolve contra o Partido.

3. Os aspectos mais significativos do comportamento político de Zita Seabra após o seu afastamento da Comissão Política do Comité Central são os seguintes:

a) **Declarações e entrevistas** (sem procurar qualquer opinião da Direcção do Partido como fazem todos os membros do Comité Central), aos mais variados órgãos de comunicação social e, com a sua manifesta aquiescência, a utilização da sua posição, das suas atitudes e das suas opiniões como prato forte da campanha anti-PCP.

b) **Participação activa em iniciativas de vertente anticomunista ou nas quais o PCP resolveu não participar**, nomeadamente a iniciativa do GRAEL-Aliança Verde Alternativa Europeia, em 8/6/88, em que Zita Seabra foi apresentada como do «PCP, renovadora, Grupo dos Seis»; participação no Conselho Promotor do «Forum da Esquerda em Debate», noticiado pelo «Diário Popular» de 20/6/88; participação em 20/6/88 no debate de carácter anti-Partido promovido pelo jornal «Primeiro de Janeiro» do Porto.

c) **Apresentar-se como vítima de perseguição política por parte da Direcção do Partido, em virtude das suas opiniões, divergências e críticas e identificação dos membros da Direcção do Partido com os métodos do stalinismo**, (declarações à RTP e à Rádio imediatamente após a decisão do Comité Central de 5 de Maio de a afastar da

Comissão Política; ao «Semanário» de 7/5/88; entrevista a «Eles e Elas» de Junho de 88; artigo no «Diário de Notícias» de 26/7/88; entrevista ao «Jornal do Brasil» de 7/7/88).

d) **Desenvolvimento de insinuações e ataques velados ou explícitos ao Partido e à sua Direcção e a defesa de posições contrárias às do Comité Central** de que Zita Seabra é membro e cuja qualidade é as mais das vezes invocada ou referida. Destacam-se ataques ao funcionamento interno do Partido (citado por «O Jornal» de 22/7/88); as referências ao discurso do secretário-geral do Partido na Festa do «Avante!», falsificando grosseiramente o seu conteúdo.

e) **Invocação sistemática, abusiva e insidiosa da «perestroika», opondo a «perestroika» ao PCP e o PCP à «perestroika»**, e arvorando-se em apoiante, defensora e «porta-voz» da «perestroika», em oposição à Direcção do Partido (entrevista à Antena Um, citada pelos jornais de 18/5/88; artigo do «Diário de Notícias» de 7/6/88; intervenção em debate no Porto em 20/6/88; artigo no «Diário de Notícias» de 12/7/88; participação no colóquio da Marinha Grande em 15/7/88, «DN» — 26/7/88).

f) **Tomada de posição frontalmente contrária à assumida pelo PCP em questões internacionais de maior importância** (sobre a crise checoslovaca de 1968, no «Diário de Notícias» de 1/9/88).

4. A partir de 8 de Novembro, os jornais noticiaram que Zita Seabra iria publicar um livro e que participaria no seu lançamento, designadamente em Lisboa, Porto, Aveiro, Coimbra e Marinha Grande. Segundo esses jornais, o assunto é a situação partidária e o seu afastamento da Comissão Política e a publicação daquilo a que Zita Seabra chamou «a sua defesa», ou seja, a sua intervenção na reunião de 5 de Maio do Comité Central, que então foi considerada uma declaração cheia de deturpações, mentiras e acusações caluniosas. Estes factos mostram que prepara uma operação contra o Partido nas vésperas do Congresso invocando a sua qualidade de membro do Comité Central.

5. Todos estes numerosos factos mostram que a conduta de Zita Seabra, escolhendo o caminho do confronto com o Partido, é incompatível com a sua situação como membro do Comité Central.

Em consequência, o Comité Central, ao abrigo do artigo 51 b) dos Estatutos, resolveu destituir Zita Seabra do Comité Central.

13 de Novembro de 1988

O Comité Central do Partido Comunista Português

## Poder Local

# CDU apresenta alternativa para transportes e trânsito em Lisboa

É já um lugar comum dizer-se que «os transportes e o trânsito em Lisboa são um caos»; a frase segue entre aspas porque no passado fim-de-semana foi reafirmada muito especialmente num hotel da capital, durante um debate promovido pela Câmara Alternativa CDU de Lisboa subordinado à consigna «**Para uma Política Alternativa de Transportes e Trânsito para Lisboa**». Aí com a participação de dezenas de pessoas – muitas delas com responsabilidades autárquicas na cidade – foram analisados os quês e os porquês que explicam o caos dos transportes e trânsito da zona da capital. Mas as propostas de solução são mais importantes que o alinhamento das explicações, sobretudo quando nos defrontamos com matéria tão urgente como esta; é aí, no terreno concreto das soluções, que reside o interesse fundamental desta primeira discussão pública das propostas da CDU para uma área que, como foi dito no debate, «afecta extraordinariamente a vida de quem habita ou trabalha em Lisboa».

A intervenção inicial do debate esteve a cargo do vereador **Rego Mendes**, da CDU, que durante mais de uma hora e utilizando a projecção de um eficiente conjunto de materiais de apoio, fez uma completa exposição quer da análise da CDU aos problemas de transportes e trânsito na região de Lisboa, quer das suas propostas concretas para alterar a situação e ordenar o caos que caracteriza, actualmente, o trânsito e os transportes nesta importante zona do País. Mais tarde o vereador **Victor Alves** daria a palavra aos presentes, abrindo o debate ao público.

Após definir como caótica a situação que se vive em Lisboa nos domínios dos transportes e do trânsito, a CDU considerou que a alteração desta situação implica, em primeiro lugar, uma nova política que deverá ser direccionada para os seguintes objectivos: **melhoria da qualidade de vida da população; optimização dos custos sociais de funcionamento do sistema; financiamento justo, quer do funcionamento quer dos investimentos.**

Partindo deste pressuposto, a CDU aponta acções concretas – consideradas fundamentais – que deverão ser desencadeadas por duas autoridades distintas: a administração central e a Câmara Municipal de Lisboa.

São cinco, as medidas que a CDU define como da responsabilidade do Poder Central nesta matéria, a saber: a

**construção das circulares regionais interna e externa; a construção de uma nova ponte a montante da actual (Ponte 25 de Abril); a fixação de tarifas que correspondam a uma taxa de cobertura dos custos de exploração que seja cerca de metade do actual; o desenvolvimento dos transportes públicos; a criação de uma Comunidade de Transportes.**

A referida «Comunidade de Transportes» (que pode ter outra designação, evidentemente) será um órgão representativo das várias entidades com intervenção no planeamento, execução e gestão urbanística e de transportes. É evidente a importância da criação de um órgão deste género, que permitiria articular permanentemente as diversas acções de planeamento, execução e gestão com implicações directas ou indirectas nos transportes e trânsito de uma área tão saturada como a de Lisboa.

Quanto ao desenvolvimento dos transportes públicos na região, a CDU preconiza o aumento de uma oferta da CP nas zonas de transvia, a implantação de um sistema pré-metro ligando o metropolitano no topo Norte do Campo Grande a Odivelas, a recuperação dos eléctricos das colinas, a construção da rede de eléctricos rápidos, o desfazer da bifurcação do metropolitano na Rotunda através de uma derivação para o Cais do Sodré – o que duplicaria a possibilidade

de oferta, ao contrário do que aconteceu com a recente ampliação – e o melhoramento dos serviços rodoviários.

## O diagnóstico

No que toca às acções concretas da responsabilidade da Câmara Municipal de

contrário do que é prática actual) e a criação de melhores condições de segurança para os peões.

Para melhor se aferir a importância e urgência destas medidas preconizadas pela CDU e a implementar quer pelo Poder Central, quer pela Câmara Municipal de Lisboa, será útil recordar o diagnósti-

## Não é uma fatalidade

Todavia a actual situação não é uma fatalidade, como bem demonstrou a CDU no debate: para a alterar basta uma política diferente quer da Administração Central quer da Câmara Municipal de Lisboa que assente, como pro-

nalmente, atendidos pelo Governo e pelo município...

São as seguintes, as 11 linhas gerais apontadas pela CDU:

1 – **planificação coordenada da política de ordenamento do território com os transportes e as suas infra-estruturas para a Área Metropolitana de Lisboa;** 2 –



**A planificação coordenada da política de ordenamento do território com os transportes e as suas infra-estruturas, será a única forma de atacar e vencer o caos do trânsito e dos transportes na área metropolitana de Lisboa** (na foto, Sete Rios)

Lisboa, a CDU aponta três, consideradas, naturalmente, indispensáveis.

Uma é a **elaboração de um Plano Director Municipal** – instrumento de gestão autárquica, aliás, que os comunistas e os seus aliados na CDU vêm há anos reclamando para o principal município do País.

A segunda reivindica uma **gestão urbanística** que respeite os índices máximos admitidos para ocupação do solo e os valores mínimos recomendados para estacionamento privado e público.

A terceira quer uma **gestão da via pública** que concretize algumas urgências e operacionalidades, nomeadamente o aumento da velocidade comercial dos transportes públicos, o desenvolvimento da rede viária, particularmente as vias de circulação circular, a ligação Norte/Sul, a remodelação do nó de Alcântara e da Rotunda do Aeroporto, a recuperação dos pavimentos de uma forma rápida e com qualidade (ao

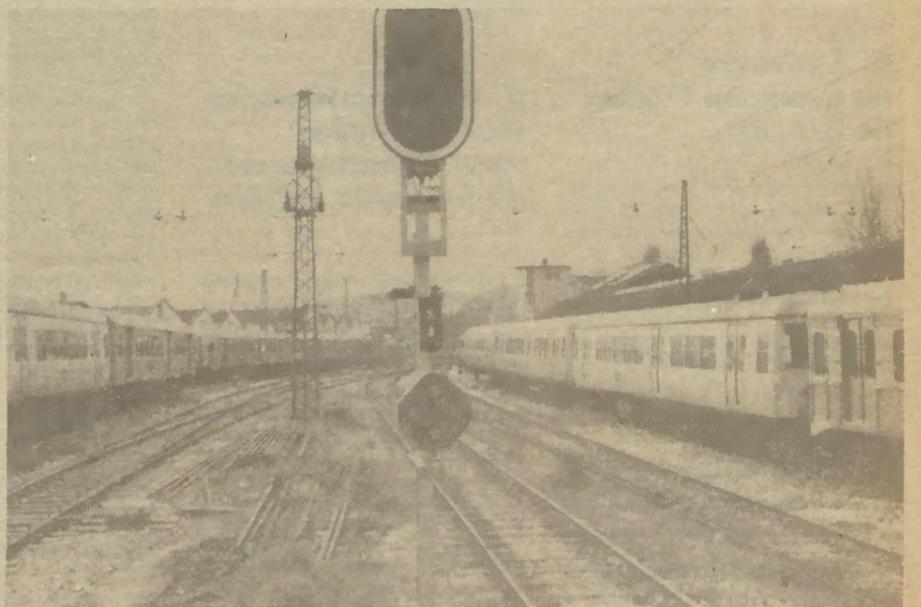
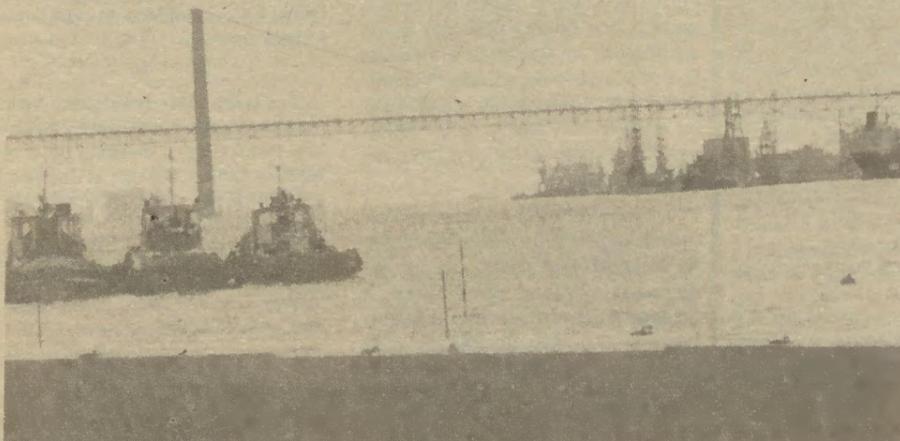
co da situação actual nesta matéria feito pela Câmara Alternativa CDU de Lisboa também durante o debate.

São oito, as principais causas da situação caótica nos transportes e trânsito da capital: 1 – **o desequilíbrio entre população activa e o volume de emprego;** 2 – **a ausência de uma rede viária com capacidade de resposta;** 3 – **a rede de metropolitano inadequada e com oferta insuficiente;** 4 – **a ausência de meios de transportes pesados, de superfície, com resposta eficaz;** 5 – **a gestão urbanística que facilita elevados índices de ocupação do solo e estruturas funcionais desequilibradas;** 6 – **a ausência de uma política de efectiva prioridade aos transportes públicos;** 7 – **a ignorância das reais necessidades de movimentação da população;** 8 – **a insuficiente oferta de estacionamento e a fiscalização ineficaz.**

põe a CDU, em três princípios estratégicos: melhoria da qualidade de vida da população, redução dos custos sociais de funcionamento do sistema e financiamento justo do funcionamento e dos investimentos.

Para atingir esses objectivos, a CDU de Lisboa propõe um conjunto de 11 linhas gerais da política a praticar. Embora algumas delas já estejam referidas atrás, será útil transcrevê-las tal como a Coligação Democrática Unitária as resumiu no debate, dando assim uma ideia clara e directa das suas propostas para uma política alternativa de transportes e trânsito para Lisboa. A pormenorização e desenvolvimento dessas propostas irão ainda dar certamente muito que falar, tratando-se, como se trata, de um exaustivo, competente e imaginativo estudo do problema que fundamenta e propõe soluções não apenas adequadas, mas exequíveis. Assim os interesses da região e dos seus habitantes sejam, fi-

**coordenação de todas as intervenções na área dos transportes e das estruturas viárias;** 3 – **gestão urbanística no estrito respeito pelos índices máximos de ocupação do solo, por uma equilibrada estrutura funcional e pela correcta distribuição dos equipamentos;** 4 – **optimização dos meios existentes;** 5 – **desenvolvimento dos transportes públicos, particularmente dos meios pesados;** 6 – **estabelecimento de uma efectiva prioridade aos transportes públicos;** 7 – **aplicação de uma política tarifária justa e desincentivadora do uso do transporte individual;** 8 – **adequação da oferta às reais necessidades de movimentação da população;** 9 – **desvio da malha urbana de Lisboa, do tráfego que não lhe interessa directamente;** 10 – **adequação da rede viária às necessidades de circulação de viaturas e peões;** 11 – **melhoria das condições de segurança.**



**É fundamental uma ponte a montante desta... Entretanto o aumento da oferta da CP nas zonas de transvia é uma das medidas a tomar pela Administração Central que poderá influir decisivamente no fluir do tráfego de passageiros**

Poder Local

CDU apresenta aos jornalistas

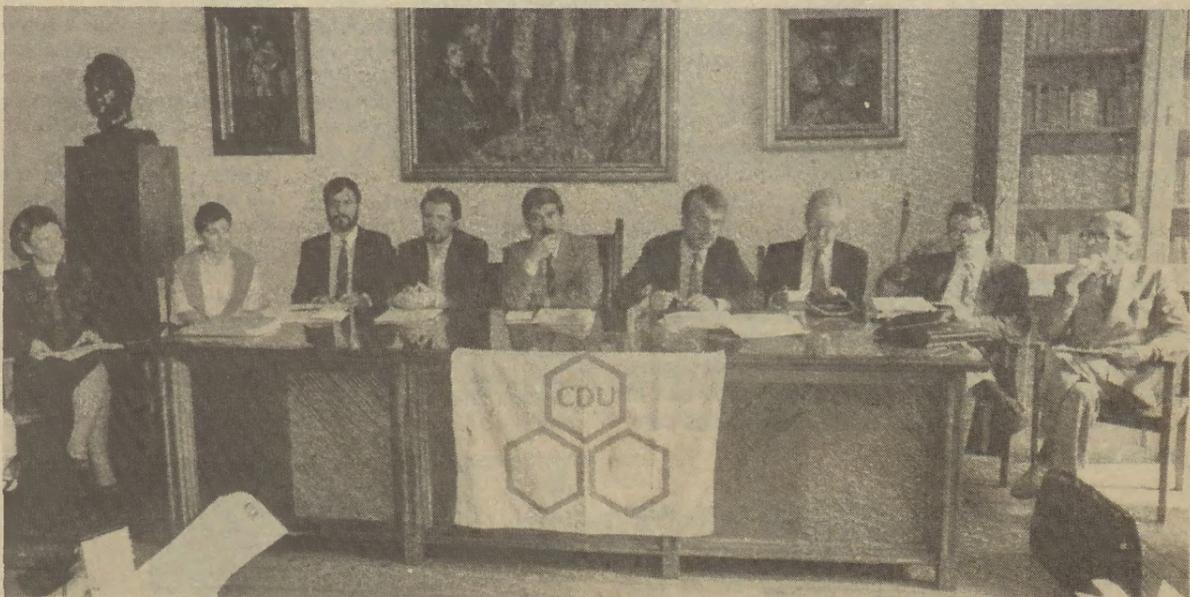
Propostas nos domínios prioritários para Área Metropolitana de Lisboa

Anteontem a CDU organizou um encontro com os jornalistas na Casa da Imprensa, em Lisboa, para apresentar as suas **Propostas para a Área Metropolitana de Lisboa** nos domínios prioritários — vias de comunicação e transportes, habitação e reabilitação urbana, ambiente e desenvolvimento económico. Se recordarmos que a Área Metropolitana de Lisboa é um território que se estende pelas duas margens do estuário do Tejo e abrange os Concelhos de Lisboa, Amadora, Cascais, Loures, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira (do Distrito de Lisboa) e os Concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal (do Distrito de Setúbal) ficamos com uma ideia da importância destas propostas, que procuram resolver problemas de uma região que, albergando 25% da população nacional, gera qualquer coisa como metade dos impostos directos cobrados pelo Estado e 53,4% da indústria transformadora do total nacional, segundo valores do INE referentes a 1987 e 1986, respectivamente.

Denunciando «o bloqueio e a incapacidade da Administração Central e do Governo em dar resposta aos problemas da Área Metropolitana de Lisboa», a CDU propõe que **se avance na prática** com propostas concretas, a concertação de acções e reclamações e «o esboço do modelo institucional que permita que se faça aquilo que a Administração Central sozinha não quer e não é capaz de fazer». Entretanto outro facto que contribuiu para que a CDU tenha tomado agora esta iniciativa «está no próprio conteúdo do Orçamento de Estado para 1989, apresentado pelo Governo e neste momento em apreciação na Assembleia da República» e onde «os cortes em programas essenciais para a Área Metropolitana de Lisboa, a falta de resposta às reclamações e necessidades mais sentidas, as promessas incumpridas e mais uma vez adiadas, tornam a

proposta de Orçamento de Estado um documento totalmente incapaz, que frustra todas as expectativas e adia todas as soluções», como foi sublinhado.

A CDU recordou que a Área Metropolitana de Lisboa, apesar do seu dinamismo socioeconómico, dos elevados valores de produção económica, «está dominada pela desordem urbanística, pelo alargamento constante dos dormitórios periféricos, pela crescente concentração do emprego em Lisboa, com as consequentes dificuldades de circulação sobretudo nas deslocações casa-trabalho, responsáveis pela perda diária de horas e horas a cada um de nós». Mais: é preciso não ter pudor de dizer que, se na Grande Lisboa há quem viva bem, a verdade é que, também aqui, a grande maioria da população vive mal. Desde logo por causa dos transportes, que são um nó de estrangulamento per-



A mesa que presidiu ao encontro com os jornalistas (da esquerda para a direita): **Maria Emília** (presidente da CM de Almada), **Maria da Luz** (Com. Dist. de Autarquias de Lisboa), **Eufrazio Filipe** (presidente da CM do Seixal), **André Martins** (Os Verdes), **Manuel Sobral** (DORS do PCP), **João Amaral** (deputado do PCP), **António Gonçalves** (Intervenção Democrática), **Daniel Branco** (presidente da CM de Vila Franca de Xira) e **Severiano Falcão** (presidente da CM de Loures)

manente, mas «há outros três aspectos centrais», a saber:

«Um, o da habitação. Continuam as barracas, não há oferta de habitação social, permanecem os clandestinos sem recuperação, enquanto a Área Metropolitana de Lisboa tem 40% das carências nacionais em habitação. Quando é que se mete mãos à obra? Que interesses inconfessáveis tolem a solução destes problemas?»

A segunda questão de salientar é a do ambiente. «O que se passa em Lisboa nesta área não pode continuar! Não é possível aceitar que continue a aumentar o nível de poluição, que se destrua património natural e

construído. A área do ambiente, na Área Metropolitana de Lisboa, deve ser uma clara prioridade da política.»

O terceiro problema é o desenvolvimento económico. «Situações como o da Península de Setúbal ou de certos sectores da indústria particularmente afectados exigem efectiva consideração», havendo ainda uma outra questão — os problemas sociais. Segundo a CDU, «as próprias condições de uma grande zona urbana, aliadas à crescente desumanização das condições de vida (decorrentes desde logo da falta de planeamento em equipamentos sociais) e aliadas ainda ao desemprego e a outros fenómenos, torna toda esta área uma verdadeira área crítica de fenómenos sociais mais graves, incluindo as manchas de pobreza que uma errada política alimenta».

Por isso «a questão que se coloca é esta: Responde o Orçamento de Estado a estas preocupações? Ou, de outra forma: Se é certo que discursos ministeriais sobre tudo isto houve muitos, será que eles encontram alguma correspondência no Orçamento?»

A resposta é um rotundo não, considera a CDU explicando depois o porquê, num acervo de dados que não transcrevemos por falta de espaço, mas que futuramente merecerão atenção.

Quatro áreas

Entretanto são as seguintes, as propostas da CDU para a Área Metropolitana de Lisboa em quatro domínios prioritários:

1. Na área das vias de comunicação e transportes:

— Melhoria dos acessos rodoviários a Lisboa, através das circulares regionais CRIL e CREL; das Radiais de Odivelas, Pontinha, Sintra e via

de cintura de Sintra; construção dos nós de ligação da Auto-Estrada do Norte em Alhandra e S. J. da Talha e ligação da AE1 à AE2 (Norte/Sul) e consequente alargamento da Ponte 25 de Abril;

— Obras de ligação em via dupla da linha de Sintra à linha de Cintura entre a Cruz da Pedra e o Terminal do Rego; quadruplicação da linha de Sintra em duas fases, até à Amadora e até ao Cacém; melhoria do serviço suburbano prestado na linha do Norte até à Azambuja;

— Estudo da nova Ponte sobre o Tejo, entre Montijo/Alcochete e Sacavém, com ligação à CRIL; estudo de um meio pesado de transporte de passageiros entre Almada e Montijo ao longo da zona ribeirinha, com ligações à margem Norte, através da Ponte 25 de Abril e da futura ponte; estudo da variante à EN10; construção do IC19 e L3; estudos para a futura utilização da Base Aérea do Montijo para fins civis (comerciais); ligação ferroviária Pinhal Novo/Pragal; estudos e execução do reordenamento e expansão dos Portos de Lisboa e Setúbal e áreas portuárias de Sesimbra, Trafaria e Barreiro;

— Implementação da Comunidade de Transportes da Região de Lisboa.

2. Na área da habitação e reabilitação urbana:

— Apoio à conservação, reabilitação e valorização de núcleos e centros históricos (Lisboa, Sintra, Palmela, Setúbal, Seixal, Alcochete, entre outros);

— Apoio à recuperação de áreas clandestinas, por aplicação de medidas de excepção e calamidade previstas na Lei de Finanças Locais;

— Na construção de habitação social em promoção directa ou apoiada.

3. Na área do ambiente:

— Apoio à instalação do Centro de Excelência do Am-

biente; do sistema de monitorização dos parâmetros de qualidade ambiental (ar, água, ruído e solos); Parque Natural da Arrábida; Zona Protegida Sintra/Cascais; Reserva Natural do Estuário do Tejo; estudos para a desactivação do campo de tiro de Alcochete; estudo dos aquíferos da Península de Setúbal; inventário sistemático das fontes poluidoras;

— Obras de regularização e correcção de cursos de água na prevenção contra cheias; grandes sistemas interceptores de saneamento e despoluição da Costa do Estoril, da bacia do Trancão e de todo o Estuário do Tejo;

— Preservação da área correspondente ao anel circundante da AML, como zona predominantemente urbana, destinada a servir como pulmão verde da região.

4. Na área do desenvolvimento económico:

— Apoio à recuperação de terrenos e construções industriais disponíveis;

— Apoio à construção de mercados de origem;

— Construção dos mercados abastecedores da margem Norte e margem Sul;

— Estudos de desenvolvimento e ordenamento da aquicultura nos estuários do Tejo e do Sado;

— Estudo e apoio à implementação de pólos tecnológicos na Península de Setúbal e Distrito de Lisboa;

— Instalação de um centro tecnológico da cortiça no Montijo;

— Estudo e apoio aos planos de rega e desenvolvimento das várzeas de Loures e Sintra;

— Apoio e incentivos à transformação e reconversão das indústrias tradicionais da AML;

— Apresentação pelo Governo português de programas e projectos da Administração Central, Local e Empresários no âmbito do PEDIP.

Por queixa da CDU

Tribunal destituiu Abecasis da EPUL

Afinal a CDU tinha razão: o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Cruz Abecasis ocupou ilegalmente a presidência da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), segundo a decisão do Supremo Tribunal Administrativo que anulou, no princípio desta semana, a deliberação da Câmara Municipal de Lisboa que, em 8 de Abril de 1986, elegera o engenheiro Abecasis para a presidência desta empresa pública, acumulando com o cargo de presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Logo na altura os vereadores da então APU contestaram tal deliberação, considerando-a ferida de ilegalidades já que Cruz Abecasis se autopropôs, participou na deliberação e conferiu posse a si próprio no cargo de presidente da Comissão Administrativa da EPUL.

Na sequência disto os vereadores da APU levaram o caso ao Tribunal Administrativo de Lisboa, que deu razão à sua queixa e, como tal, convidaram Abecasis

a deixar o cargo. Este não aceitou o convite e recorreu da decisão de primeira instância, vindo agora o Supremo Tribunal Administrativo a confirmar a primeira sentença, o que forçou, finalmente, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa a abandonar a chefia da EPUL.

Entretanto os vereadores da CDU consideram que a decisão do Supremo Tribunal Administrativo vem pôr em causa todos os actos praticados por Abecasis como presidente da EPUL e que envolvem milhões de contos, nomeadamente adjudicações de empreitadas e alienações de terrenos.

Considera-se igualmente que a decisão do STA é também susceptível de levar à perda do mandato de Abecasis na Câmara de Lisboa nos termos da alínea e) do Número I do Artigo 70 do Decreto-Lei 100/84, de 29 de Março, que estabelece como causa para a perda de mandato o facto de qualquer eleito incorrer neste tipo de ilegalidade.

## Internacional

# Em Lagos municípios ibéricos contra as armas nucleares

«Depois de séculos de história partilhada, conquistada que foi por ambos a democracia pela qual tanto se lutou, os povos dos dois países envolvem-se activamente na grande descoberta do nosso tempo: a descoberta da Paz, de um clima de sã convivência e diálogo norteador das relações internacionais, um ambiente de amizade e cooperação» — diz-se no **Apelo-proclamação** aprovado em Lagos, em 5 de Novembro, no 1.º Encontro Ibérico de Municípios ZLAN, zonas livres de armas nucleares. E sublinha-se ainda — «Os laços históricos e culturais que ligam os dois países aos quatro cantos do mundo e muito em particular àqueles que, mais dramaticamente, vivem os dramas da fome, da subnutrição e da doença, do subdesenvolvimento, do racismo e do *apartheid*, exigem de ambos uma política de diálogo e cooperação visando, no pleno respeito pelos direitos e soberania de cada Estado, as melhores e mais justas soluções para aqueles problemas».

A realização deste 1.º Encontro Ibérico de Municípios ZLAN constitui em si um contributo nosso, significativo, dos povos de Portugal e Espanha, para uma mais global conquista da paz em termos do continente europeu, e em termos mundiais.

Assume ainda um significado muito particular, no confronto com um passo bem diferente, da parte dos governos de Portugal e Espanha, consumado nestes mesmos dias.

Enquanto em Lagos se falava de diálogo e cooperação — para a paz, em Londres, com a assinatura do protocolo de adesão de Portugal e Espanha, era bem de outro diálogo e cooperação que se tratava. Com algumas reservas, em particular no que respeita ao armamento nuclear, por parte de Espanha. Sem nenhuma reserva da parte de Portugal.

No seu discurso, Deus Pinheiro, falou com grande clareza da «necessidade de uma partilha adequada dos encargos e riscos de uma política de segurança comum, e também a indispensável presença de forças convencionais e nucleares norte-americanas na Europa Ocidental, com inequívoco

co empenhamento na sua defesa».

Entretanto, em Lagos, o Encontro aprovava um Apelo «aos órgãos de soberania, e muito especialmente aos Governos dos dois países:

«— que declarem publicamente os respectivos territórios como Zona Livre de Armas Nucleares, não permitindo, em qualquer momento, o estacionamento, trânsito ou instalação de armas nucleares na Península Ibérica;

«— que não permitam a utilização por terceiros do espaço aéreo, terrestre e marítimo

mo nacionais para o lançamento ou apoio a acções bélicas;

«— que mobilizem todos os recursos disponíveis para o desenvolvimento económico e social, a eliminação das assimetrias regionais e a melhoria das condições de vida das populações;

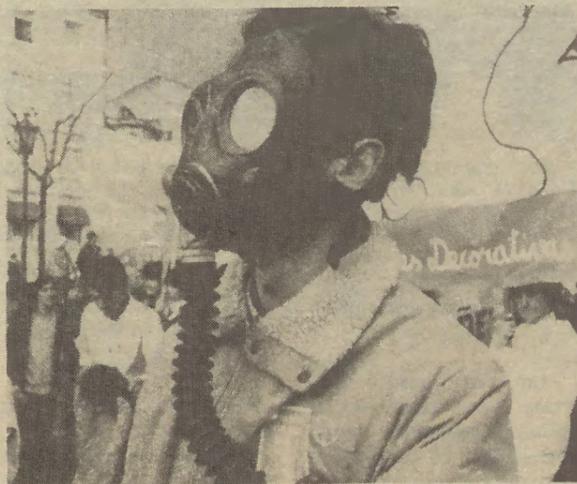
«— que Portugal e Espanha desenvolvam, no âmbito das organizações internacionais que integram, uma política que propicie o aprofundamento do actual clima de desanuviamento;

«— que no plano interno adoptem uma política de defesa do meio ambiente e de

perfeitamente independente e soberana sobre a questão nuclear».

Passando dos princípios à prática concreta, impõe-se o problema das bases estrangeiras que coloca «outro tipo de dificuldades, designadamente as que se prendem com a capacidade de controlo a qualquer acordo estabelecido em matérias tão sensíveis como as dos tipos de armamentos existentes».

Exemplificando, «há meses, uma decisão do Parlamento da Dinamarca no sentido de aplicar uma lei antiga respeitante ao controlo do



preservação e desenvolvimento do património natural e cultural».

## Uma questão de soberania

Do muito que foi em Lagos, pelos representantes de municípios portugueses e espanhóis presentes — havia que optar.

Optámos por transcrever a parte de uma intervenção que aborda um tema hoje, e também face à assinatura do protocolo de adesão à UEO, particularmente candente: o exercício da soberania nacional. Pois bem sabemos de quanto — a pretexto de leis alheias — se pretende impor como inevitável qualquer decisão antipopular.

«Os compromissos ou acordos militares de cada país não podem nem devem impedir o soberano exercício de decidir da utilização do respectivo território.

«A instalação, trânsito, armazenamento e estacionamento de armas nucleares não são factores de segurança, antes pelo contrário, transforma os respectivos países em potenciais alvos prioritários e preferenciais, assim como reforça o carácter nacional de defesa pois não lhes cabe a decisão da sua utilização.

«Duas questões merecem uma referência especial: o da inserção dos dois Estados Ibéricos na NATO e da existência de bases militares estrangeiras em cada um deles.

«Há que afirmar com clareza que não é lícito invocar estes factos para contestar um direito inalienável de cada um dos Estados de decidir de forma

tipo de armamento transportado por vasos de guerra de uma potência aliada à entrada dos portos dinamarqueses, provocou uma aguda crise política e a própria demissão do governo. As sucessivas tentativas de deputados portugueses com vista à obtenção da parte do Governo português de garantias efectivas de que não existiria (como mais de uma vez a imprensa internacional anunciou) armamento nuclear na base das Lages, nos Açores, cedida às forças armadas norte-americanas ao abrigo do Acordo de Defesa entre Portugal e os EUA, não foram até hoje atendidas». O que ressalta destes exemplos?

«O que ressalta é a inexistência de meios de controlo eficazes sobre o tipo de armamentos instalados ou estacionados nas bases estrangeiras, constituindo, por um lado, uma grave limitação à soberania de cada Estado sobre uma parte do seu território, e por outro lado, uma ameaça potencial ao conjunto da sua população».

Estas as condicionantes. E as perspectivas?

Como foi afirmado no Encontro dos Municípios ZLAN, «qualquer acção tendente à declaração da Península Ibérica como Zona Livre de Armas Nucleares não se pode alhear deste problema. Mas não é a decisão sobre a questão nuclear que se deve sujeitar aos acordos sobre facilidades militares concedidas a outros países. São, pelo contrário, eventuais acordos desse tipo que se têm de coadunar com as opções soberanas de cada Estado sobre aspectos tão relevantes para a sua segurança como a da opção nuclear».

## Vaga de lutas em França

As grandes lutas que mobilizam os trabalhadores do sector público em França, culminaram dia 15 com uma jornada nacional de acção do sector público. Os trabalhadores do sector público entraram já na sua sétima semana consecutiva de luta.

As exigências básicas, na raiz do protesto, são os aumentos salariais (que o governo francês pretende impor a um nível inferior ao da taxa de inflação) e a melhoria das condições de trabalho.

As lutas e acções de protesto abarcam diferentes sectores de trabalhadores — transportes urbanos, ferroviários e aéreos, companhia de electricidade, farmácias, trabalhadores do audiovisual, enfermeiras dos hospitais, professores.

Entretanto, os sindicatos do sector público reagiram prontamente à decisão governamental de enviar a polícia para desbloquear as estações de correio, paralisdas há três semanas.

## Perestroika, conferência em Oriol

Realizou-se em Oriol uma conferência de dois temas, tendo como temas fundamentais, os problemas da actual etapa da perestroika e o apoio político e ideológico à implementação das directrizes da 19.ª Conferência do PCUS sobre a melhoria do abastecimento da população em géneros alimentícios.

Na Conferência participaram, para além de Gorbachev, outros dirigentes do Partido e do Estado soviético, os 10 secretários dos CC's dos PC's das Repúblicas Federadas, dos Comitês territoriais e regionais do Partido, dirigentes de alguns Ministérios e departamentos e dos órgãos centrais de comunicação social.

Gorbachev sublinhou que dirigir e resolver problemas concretos do sector agrícola só é possível levando em conta as características de cada região.

Os participantes da Conferência tomaram conhecimento da experiência de aplicação na região de Oriol de novas relações económicas de produção e de aceleração do desenvolvimento social do campo.

Entretanto terminou no Kremlin a 9.ª sessão do Soviète Supremo da Federação Russa, com a aprovação das leis sobre o plano estatal do desenvolvimento económico-social e o orçamento da República para o próximo ano.

Os deputados chamaram a atenção para a orientação social das principais decisões económicas da República para 1989, nomeadamente a intenção de conceder à construção habitacional, programa alimentar e saúde pública 58 milhões de rublos, ou seja, quase metade de todas as rubricas de despesas do orçamento estatal.

O aumento da produção dos artigos de consumo generalizado e dos meios de produção será de 6 e 3,2 por cento, respectivamente.

## Conferência Internacional pela Paz

Delegados de 30 países, incluindo os Estados Unidos, a União Soviética, vários Estados da Europa e do 3.º mundo, reuniram em Nova Delhi, sob o lema: «Por um mundo sem armas nucleares, nem violência».

Na reunião, que deu início aos festejos do centenário do nascimento de Nehru, participaram ainda vários movimentos internacionais pela paz.

Rajiv Gandhi, chefe do governo indiano, na sua intervenção na abertura do encontro, avançou, enquanto propostas para a consolidação do processo de desarmamento nuclear no mundo, a introdução de uma proibição universal e total dos ensaios nucleares, a prevenção da corrida aos armamentos no espaço e a utilização das modernas realizações técnico-científicas para o progresso socio-económico.

## Testes nucleares

Delegações da URSS e dos Estados Unidos trocaram oficialmente documentos sobre a experiência conjunta sobre controlo de testes levada a cabo pelos dois países no âmbito das conversações sobre a limitação e cessação dos ensaios nucleares.

Os chefes de ambas as delegações assinalaram que a experiência conjunta do controlo dos ensaios nucleares é um acontecimento impar nas relações entre a URSS e os EUA.

As partes alcançaram o principal objectivo definido pelas Cimeiras de Washington e Moscovo, ao elaborar métodos mutuamente aceitáveis de controlo das explorações nucleares.

As experiências conjuntas referem-se a explosões efectuadas no polígono de Nevada, em 17 de Agosto e no polígono de Semipalatinsk, em 14 de Setembro.

## ZLAN o que é?

Uma «breve resenha histórica», retirada de uma brochura informativo do movimento ZLAN em Portugal:

As primeiras manifestações de poderes públicos vamos encontrá-las na Grã-Bretanha, ainda na década de 50: foram as «câmaras» de Coventry e St. Pancras. No entanto, é na Austrália, «município» de Fitzroy, que se detecta a primeira rejeição formal de «todos os materiais nucleares não-médicos da sua área». Isto, em 1975.

Hoje, vastas regiões do Mundo encontram-se já declaradas como Zonas Livres de Armas Nucleares, tendo sido político-juridicamente consagradas à luz do Direito Internacional; o Continente Antártico (1961), a América Latina (1967), a região do Pacífico Sul (1985).

Também Regiões do Continente Europeu, embora com processos diferenciados, como os Balcãs, a Escandinávia, o corredor da Europa Central e a Península Ibérica, estão empenhadas em concretizar a aspiração de se declararem ZLAN.

Em 1986, na Conferência de Perugia, foram registadas no Mundo inteiro 3622 ZLAN.



Internacional

# Portugal na UEO e a política de «compensação»

O protocolo de adesão de Portugal à União Europeia Ocidental (UEO), foi assinado no passado dia 14, em Londres, pelos ministros João de Deus Pinheiro e Eurico de Melo. Tudo isto se passou sem que a própria Assembleia da República tivesse sido oportunamente informada.

A adesão apenas se tornará definitiva após ratificação pela Assembleia da República, mas já então num momento avançado do processo, em simultâneo com a ratificação do protocolo de adesão (de Portugal e Espanha), pelos parlamentos dos países membros da UEO: Grã-Bretanha, França, Itália, Alemanha Federal, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Não se trata entretanto de uma decisão de somenos importância.

A UEO é uma aliança político-militar que se autoconsidera como o « pilar europeu da NATO ». O que aliás nada tem a ver com qualquer posição de independência em relação aos Estados Unidos. Mas vai mais longe que a própria NATO nos seus princípios militaristas.

Concretamente, e para referir um exemplo significativo, impõe aos Estados membros a entrada forçosa numa guerra em caso de agressão a um outro parceiro da Aliança. Como se vê, linguagem e princípios bem arredados do actual esforço para alterar, no sentido do desanuviamento e do desarmamento, o panorama internacional.

Mais ainda, a plataforma da UEO prevê o envolvimento dos países aderentes em acções de apoio à utilização de armamento nuclear na Europa.

E é de salientar aqui que, conforme foi assinalado na reunião de Lagos dos municípios desnuclearizados (de que nestas páginas também informamos), « Portugal e a Espanha assinaram o Tratado de Não-Proliferação de Armas nucleares no âmbito das Nações Unidas », e « a Constituição da República Portuguesa, Art. 7.º preconiza textualmente » o desarmamento total, simultâneo e

controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva ».

A prática política do governo parece andar bem ao arripio destes princípios. O processo de adesão à UEO não é um facto isolado.

## Política de «compensação»

Recordamos aqui declarações do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, que em Maio de 87 dizia que um acordo sobre armas nucleares « contribuirá para reforçar a importância estratégica do território nacional português ».

O acordo foi assinado — o primeiro passo no desarmamento nuclear.

Entretanto, e no próprio momento em que se inicia o desmantelamento dos mísseis nucleares na Europa, desenvolve-se toda uma estratégia de « compensação » das armas « perdidas ».

Em fins de Abril passado, em Bruxelas, o grupo de planeamento nuclear da NATO — de que Portugal é parte — decidiu a deslocação de mais aviões e navios militares norte-americanos, portadores de

armas nucleares, quer para o continente europeu, quer para os mares e oceanos que confinam com a Europa.

Simultaneamente aposta-se no reforço do armamento convencional, nomeadamente através da introdução de novos sistemas de armamento. Por exemplo, bombas de dispersão que, lançadas de um avião militar, podem dispersar numa superfície de várias centenas de quilómetros, milhares de minas de dispersão, extremamente cortantes ou projecteis autoguiados.

Estas questões dizem-nos também directamente respeito. Porque em Portugal há bases estrangeiras. E há sobretudo uma política de clara abertura à concessão de « facilidades » no plano militar.

Basta referir aqui, a base das Lages. E uma vez mais nos reportamos à reunião de Lagos em que este problema foi assim sublinhado: « As sucessivas tentativas de deputados portugueses com vista à obtenção da parte do Governo português de garantias efectivas de que não existiriam (com mais de uma vez a imprensa internacional anunciara ) armamento nuclear na Base das Lages, nos Açores, cedida às forças armadas norte-americanas ao abrigo do Acordo de Defesa entre Portugal e os EUA, não foram até hoje atendidas ».

Também em relação ao campo de tiro de Alcochete, o silêncio é a regra por parte do Governo. Trata-se neste caso de experimentação de armamento, munições e explosivos e treino da Força Aérea de Portugal e da NATO. Pretende-se que Alcochete venha a ser utilizada no teste de novas armas?

Dito de outra forma — Portugal está inserido na estratégia de « compensação » das armas « perdidas » no processo de desarmamento?



Contra as armas nucleares. Uma exigência também em Portugal

## PCP contra adesão de Portugal à UEO

### • Nota da SIP

1. A assinatura hoje, 14 de Novembro de 1988, pelo Governo Cavaco Silva, do protocolo de adesão de Portugal à União Europeia Ocidental (UEO) é mais um passo na senda de uma política belicista de frontal oposição às legítimas aspirações do povo português vivamente empenhado na consolidação da paz, em luta pelo desanuviamento e abolição das armas nucleares, cujo emprego levaria ao desaparecimento da Humanidade.

2. A UEO foi criada em 1954. O seu aparecimento teve por objectivo preparar, através de uma operação de branqueamento, a entrada da Alemanha Federal na NATO, verificada no ano seguinte, em 1955.

Entretanto, até aos anos 80, a UEO viveu como que em estado de hibernação. Surge de novo, em 1984, precisamente numa altura em que se desenham perspectivas de desanuviamento a favor da paz, que vieram tornar possível a assinatura

do tratado destinado a destruir as armas nucleares de médio e curto alcance.

3. Ao renascer, a UEO assume, de forma clara, o fortalecimento da NATO, dando corpo ao denominado « pilar europeu ». Defende o reforço do seu poder bélico, através de uma gradual integração das forças armadas dos países europeus, numa perspectiva de programas de armamento e políticas comuns que pretendem impor a circulação e estacionamento de armamento nuclear, perspectiva oposta às actuais tendências favoráveis ao desarmamento e ao desanuviamento.

4. O PCP está em total desacordo com a adesão do nosso país à UEO, e salienta que esta decisão tomada pelo Governo Cavaco Silva é mais um acto significativo do seu alinhamento com o reforço de tendências militaristas, agressivas, acto que cria novos e pesados encargos e maiores perigos para a independência e soberanias nacionais.



Atenção: ainda há hoje quem glorifique a era de Hitler

## As sementes do nazismo

« Os anos de 1933 a 1938 exercem ainda hoje um fascínio, mesmo com o recuo do tempo e o conhecimento das consequências, porque não há praticamente na História uma passo paralelo à marcha triunfal de Hitler durante os primeiros anos ».

Isto foi dito no Parlamento alemão-federal. Agora. Cinquenta anos volvidos sobre a « noite de cristal », a primeira grande acção anti-semita do regime hitleriano. Uma acção inserida na escalada genocida que iria levar à morte, ao longo dos anos da Segunda Guerra Mundial, de dezenas de milhões de pessoas.

Isto foi dito, não por um qualquer obscuro deputado, mas pelo presidente do Parlamento, o cristão-democrata Philipp Jenninger. Que tão-pouco se coibiu de interrogar, referindo-se aos judeus, « se não teriam eles talvez merecido serem postos no seu lugar? ».

Cerca de 50 deputados de todas as bancadas abandonaram a sala do Parlamento, em sinal de protesto. Jenninger, conselheiro político do

chanceler Helmut Kohl, apresentou a sua demissão. Kohl manifestou o seu « grande respeito » pela decisão de Jenninger, de se demitir, declarando que essa atitude « diz tudo sobre a sua integridade política e as suas convicções democráticas ». E tudo ficou em bem... »

Resta-nos perguntar: como é possível? Cinquenta anos depois são bem outras as realidades internacionais. Mas o alerta fica: as sementes do fascismo estão vivas. Este é apenas um exemplo.

### A palavra a uma vítima

Os boatos que correm são terríveis. Uma máquina de morte funciona a todo o vapor em Auschwitz; está tudo triturado, só falta o meu corpo. Fisicamente, estou fraco, exausta, mas o meu espírito continua forte. As oito da manhã, dominei-me tanto que até dei uma aula de russo falado a uma rapariga. Estou cheia de orgulho.

Um belo dia de Verão. O vento traz fragrâncias de jas-

mim para o meu quarto. Fui ter com o meu amigo que, há já dezasseis meses, ocupa um lugar tão importante na minha vida. Até me parece que o conheço há cem anos. Ainda continuo a acreditar na minha felicidade, mesmo que seja comida pelos piolhos de Auschwitz.

Aceito como algo inevitável a atenção dos fascistas de nos liquidar. Percebo perfeitamente o que é que me aguarda. Mas não quero mostrar aos meus próximos o medo que sinto perante o nosso futuro; não quero exacerbar-me por causa de alguns dos meus próximos que não compreendem o que ameaça os judeus. Trabalho com gosto e penso que a minha vida é rica em pensamentos e sentimentos...

Isto foi escrito na madrugada de 1 de Junho de 1942, por Etty Hillesum, professora de literatura russa na Universidade de Amesterdão. Em 30 de Novembro de 1943, a Cruz Vermelha noticiou a sua morte. Vítima de Auschwitz. Vítima do nazismo.

## Internacional

# Estado palestino proclamado em Argel

O Conselho Nacional Palestino (parlamento no exílio), proclamou na madrugada de terça-feira o Estado independente da Palestina na margem ocidental do rio Jordão e na Faixa de Gaza.

Reunido em Argel de 12 a 15 deste mês, o CNP aprovou igualmente, por maioria, a Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, reconhecendo assim implicitamente o Estado de Israel. A decisão, que se baseia no princípio aceite pela comunidade internacional desde 1947 de que a Palestina seja partilhada por um Estado árabe e outro judaico, representa uma mudança qualitativa das posições palestinas a favor de soluções políticas para a paz no Médio Oriente.

O dirigente de Organização de Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, proferiu em Argel um discurso defendendo a paz, mas «não a paz dos terroristas», num claro apelo à moderação das diferentes forças que integram a OLP, em defesa da «construção de um edifício legislativo» que leve ao reconhecimento do direito do povo palestino à autodeterminação. A questão está longe de ser pacífica, quer pelo facto das controversas resoluções da ONU (242 e 338) tratarem a questão palestina como um problema de refugiados ao contrário do que sucede com o pleno reconhecimento do Estado de Israel, quer ainda devido às posições intransigentes de Israel e dos Estados Unidos sobre a questão.

A declaração política sobre a evolução do processo de paz no Médio Oriente, debatida em Argel, visa por um lado ultrapassar as oposições resultantes de tais resoluções da ONU, completando-as com a exigência do reconhecimento do direito dos palestinos à autodeterminação e, por outro lado, congregar todos os apoios internacionais à realização de uma conferência internacional sobre a questão. Até ao momento, apenas a Síria, entre os países árabes, se opõe abertamente a este plano.

No respeitante a Israel e aos EUA, é de salientar as declarações públicas de rejeição às propostas palestinas mesmo antes delas serem claramente apresentadas. Os EUA declararam já não acreditar nas intenções de paz da OLP e Israel mostra-se cada vez mais interessado em prosseguir a sua política repressiva e de total anexação dos territórios árabes ocupados.

Nos EUA, continua em vigor a chamada «cláusula Kissinger», que proíbe as autoridades norte-americanas de qualquer contacto com dirigentes da OLP. Em Israel, a formação de um novo governo liderado por Yitzhak Shamir não augura nada de bom para a paz na região.

## Contradições em Israel

O facto de o presidente israelita, Chaim Herzog, ter indigitado Shamir, na segunda-feira, para formar o novo executivo israelita, representa, simultaneamente, um factor

de desestabilização para os territórios árabes ocupados e para Israel.

Com efeito, não tendo obtido uma maioria suficiente para formar governo sozinho, o partido Likud de Shamir só estará em condições de formar governo em coligação com outras forças. Em declarações à imprensa, no princípio da semana, Shamir afirmou que vai chamar «todos os partidos», incluindo o trabalhista, de Shimon Peres, para formar um «governo de unidade nacional». A propósito, Shamir disse acreditar

«que esse governo pode dar resposta aos problemas da nação».

Acontece porém que os fundamentalistas judaicos fizeram depender o seu apoio de exigências sobre o «judaísmo» e o «direito ao regresso», entre outras, que estão longe de merecer o consenso quer em Israel quer nos EUA, entre os rabinos norte-americanos, cuja influência tem sido decisiva

tudo de «judeu» aos fundamentalistas, é significativo que no seu discurso em relação aos territórios árabes ocupados manifeste uma intransigência bem ao estilo daqueles.

Dizendo «conhecer bem a filosofia» da OLP, Shamir afirmou que o propósito dos palestinos é «destruir Israel». «Não importa o que eles dizem. Eu sei aquilo que eles fazem e aquilo que podem

Neste contexto, é de admitir que o Likud, para se manter como força maioritária no governo, tenha cedido ou venha a ceder às restantes exigências dos fundamentalistas, que visam uma crescente interferência religiosa no Estado. Recorde-se que, entre outras coisas, pretendem a proibição do aborto, a proibição de actividades no chamado «dia de descanso», incluindo actividades desportivas e culturais, a selecção dos «judeus» com base em critérios racionais, etc.

O povo israelita, já profundamente dividido politicamente, como as recentes eleições revelaram, não deixará certamente de reagir à nova situação que se desenha. Para além da insistência num confronto que dura há mais de quarenta anos sem que se vislumbre o seu termo, com todas as consequências inerentes a tal situação, entram agora em jogo aspectos religiosos que a experiência de outros países demonstra em nada contribuir, muito pelo contrário, para a estabilidade social.

## Mensagem do PCP

O Secretariado do Partido Comunista Português enviou ao Conselho Nacional Palestino, reunido em Argel, um telegrama exprimindo «os votos de maiores sucessos» e reafirmando a «activa solidariedade com a OLP e a heróica luta do povo palestino pelos seus direitos nacionais inalienáveis».

para a permanente ajuda económica à débil economia israelita. Embora Shamir nada tenha dito sobre a cederência do monopólio do esta-

fazer», afirmou Shamir ao prometer que o seu governo «esmagará» a revolta palestina nos territórios ocupados.

## África Austral

# Conversações de Genebra mais próximas da paz

As conversações quadripartidas entre Angola, Cuba, África do Sul e Estados Unidos, a decorrer desde a passada sexta-feira em Genebra, podem levar a um acordo final decisivo para a paz na África Austral. Num clima marcado pelo optimismo, as partes envolvidas decidiram prolongar as negociações, cujo termo estava inicialmente previsto para domingo, admitindo-se que a convergência de opiniões possa levar à criação de condições favoráveis à marcação, para breve, de uma reunião a nível técnico para a redacção dos acordos a assinar até final do ano em Brazzaville.

Embora se desconheçam, à hora do fecho desta edição, os resultados concretos das conversações de Genebra, tudo leva a crer que foram ultrapassados os impasses que impediram o início da implementação da independência da Namíbia no passado dia 1 de Novembro, como chegou a estar previsto. A propósito, cabe lembrar que em declarações aos jornalistas, António dos Santos França «Ndalu», chefe da delegação angolana em Genebra, afirmou que as divergências entre as várias delegações se têm vindo a esbater.

Também o representante especial da ONU para a Namíbia declarou, entretanto, que se o acordo de paz vier a ser assinado até 31 de Dezembro serão necessárias mais seis a oito semanas para dar início ao processo de implementação da Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU para a inde-

pendência daquele território, o que revela confiança no desenrolar deste processo, apesar de toda a sua complexidade.

Recorde-se que as conversações sofreram um impasse na sequência da radicalização de posições dos EUA e da África do Sul em relação ao calendário de retirada das tropas cubanas de Angola e à ingerência daqueles dois países nos assuntos internos angolanos, designadamente através do fornecimento de armas e dinheiro à Unita e exigências de negociações entre o governo angolano e aquela organização.

É de crer que tanto a África do Sul como os EUA tenham recuado naquelas posições, já que a parte angolana continua a rejeitar qualquer hipótese de «ceder» diante de exigências que possam pôr em causa a sua independência e soberania», como ainda há dias afirmou o

cônsul geral de Angola em Ponta Negra ao assinalar o décimo terceiro aniversário da independência nacional.

Também a Angop, num comentário alusivo àquela data, recordou as recentes palavras do presidente angolano, José Eduardo dos Santos, a propósito da questão da Unita:

«Quanto ao chamado problema interno, continuamos a pensar que ele só será efectivamente interno quando cessar a intervenção externa junto da Unita. Para a resolução, entretanto, o governo angolano estabeleceu o quadro geral para a reconciliação de todos os angolanos, que é definido pela lei da política de clemência e harmonização nacional. Angola pratica com rigor há dez anos esta política que garante a protecção dos direitos fundamentais e a integração de todos os cidadãos que renunciem à violência armada e obedeçam à lei constitucional».

Como refere ainda a Angop no seu comentário, «o povo e o governo angolano só podem desejar, junto da comunidade internacional, que a compreensão, a colaboração e a solidariedade brindadas nos treze passados anos, continuem, acentuando as pressões multi-

formas sobre os inimigos de Angola de forma a que o 14.º aniversário da independência seja mais próximo da paz no Sudoeste de África e na África Austral em geral.»

Esperança de que tal venha a suceder foi igualmente expressa pela SWAPO (a Organização dos Povos do Sudoeste Africano), em declaração divulgada a propósito do reinício das conversações quadripartidas em Genebra. O documento expressa a convicção de que «mesmo em Pretória compreenderam a necessidade de buscar vias pacíficas de regularização do conflito».

Significativamente intitulado «Perspectivas de alcance da independência da Namíbia: optimismo contra pessimismo», o documento salienta que a SWAPO não vive na esperança de que a África do Sul se guie pela boa-vontade ou que os EUA «começarão de repente a desempenhar desinteressadamente o papel de medianoiteiro, procurando alcançar uma regularização pacífica», deixando claro que os patriotas namibianos estão prontos a reiniciar a luta armada se se tornar evidente a inviabilidade no futuro do cumprimento da resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU sobre a independência da Namíbia.

«Nos últimos dias de Agosto e começos de Setembro milhares de estivadores do porto de Lourenço Marques entraram em greve para defenderem os seus direitos económicos e políticos. As tropas colonialistas e a polícia salazarista, tendo cercado o porto, reprimiram com toda a brutalidade e selvajaria as justas reivindicações dos trabalhadores. Segundo as agências internacionais, desta repressão teriam resultado dezenas de morto.

Também no dia 4 de Setembro, 300 trabalhadores nativos de Nacala, contratados pela Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Moçambique, com o salário de 150\$00 mensais, puseram-se em greve, porque a Companhia lhes pretendia roubar as horas extraordinárias que haviam trabalhado. Depois de terem mantido a greve durante todo o dia, terem conseguido o pagamento das horas extraordinárias e a garantia de que a Companhia não exerceria represálias, voltaram de novo à greve no dia seguinte e desta vez seguida de manifestação junto do posto policial para exigirem a libertação dum jovem colega que havia sido espancado e preso. A firmeza e unidade posta na luta pelos 300 trabalhadores, a disposição de arrancarem pela força o companheiro preso, obrigou os colonialistas a recuar, tendo libertado o jovem imediatamente.»

(«Os trabalhadores de Moçambique lutam» — «Avante!», VI Série, n.º 335, Novembro 1963)

## AVANTE!

«Uma nova guerra colonial começou em Moçambique em consequência da obstinada e cega política de opressão e terror praticadas sistematicamente contra o povo dessa colónia pelos colonialistas portugueses.

A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) proclamou o início da luta armada. No dia 11 de Outubro os jornais e agências de informação anunciaram que importantes combates se travavam ali entre os patriotas e as tropas colonialistas.

Tal como já havia acontecido quando do início da luta armada em Angola e na Guiné, os salazaristas tentam diminuir o significado dessa luta, atribuindo-a a intervenções vindas do exterior.

As embrulhadas explicações do ministro Franco Nogueira aos jornalistas, assim como as suas fanfarronadas e ameaças ao Tanganica, onde os patriotas moçambicanos parecem dispor de todo o apoio, mal conseguem ocultar a gravidade da situação e as consequências para o povo português com o começo de uma nova guerra colonial. (...)

A Conferência dos países não alinhados que se realizou no Cairo no princípio de Outubro, e que reuniu cerca de meia centena de países, condenou unanimemente o governo de Salazar (...) e pede a todos os Estados participantes que cortem relações diplomáticas e consulares com Portugal e a suspensão das relações económicas.

(«Abaixo a guerra colonial» — «Avante!», VI Série, n.º 348, Novembro 1964)

**V**amos chegando ao fim desta última fase dos trabalhos preparatórios. O XII Congresso está à vista.

As últimas propostas e emendas chegam às comissões de trabalho encarregadas de as recolher e sistematizar. Até domingo as eleições de delegados. Na próxima semana o Comité Central ultimarará a elaboração dos projectos de documentos a submeter ao Congresso, os preparativos políticos, técnicos e de organização para os quatro dias de trabalho intenso no Palácio de Cristal do Porto.

Este espaço do XII Congresso em Foco no «Avante!» publicar-se-á pela última vez até ao início dos trabalhos.

É pouco o espaço para a notícia de reuniões e assembleias plenárias, pouco para a informação, pouco para a opinião, esta explicitada nas «cartas dos leitores».

Na sua diversidade, a correspondência dos leitores tem constituído um importante factor adicional do debate de ideias, mesmo de propostas, mesmo de diálogo entre os leitores do «Avante!».



## congresso PCP

As duas páginas antes programadas com aquele objectivo — que não podem ser excedidas — são insuficientes. Provavelmente várias das cartas não poderão ser publicadas. Mesmo neste caso, não devem os leitores deixar de escrever — o que opinam e propõem é de imediato canalizado para as Comissões do Congresso, nenhuma contribuição e proposta deixará de ser examinada e inserida se for caso disso nos projectos de discussão, nada de útil se perderá.

Necessariamente temos aplicado e teremos ainda de aplicar um rigoroso critério

na publicação das cartas, abrir mais aos leitores que pela primeira vez nos escrevem, limitar a publicação ao número de linhas estabelecido desde o início, reafirmar o critério da Redacção na adequação das cartas ao espaço e aos objectivos visados — insistimos — sem preocupações de exclusão.

Camaradas, amigos e simples leitores: até ao próximo número o espaço é vosso. Utilizai-o.

## Porto 1 a 4 Dezembro

**XII**  
congresso  
**PCP**  
com o PCP  
por uma  
democracia  
avanzada  
no limiar  
do século  
XXI

# COIMBRA

## Comunistas do Baixo Mondego em acção

**N**a última informação que a SIP da Comissão Distrital de Coimbra fez chegar à nossa redacção o balanço das assembleias plenárias registava já naquele distrito 14 sessões de debate, com 18 delegados efectivos já eleitos.

«Viajando» para o litoral, aquela SIP dá-nos uma breve panorâmica da actividade no Baixo Mondego.

### Figueira da Foz

Neste período de preparação já se realizaram cerca de 30 reuniões e tocados por elas mais de 200 camaradas. O conjunto de contactos neste âmbito ultrapassa muito este número. A convocatória dos militantes para as assembleias, só por si, já obriga a um contacto com toda a organização.

Estão definidas 6 assembleias plenárias nessa organização concelhia, das quais já se realizaram 2, que contaram com a participação de mais de 60 camaradas.

Dos 9 delegados, estão eleitos 2 e no próximo fim-de-semana realizam-se 4 assembleias.

A propaganda do Congresso foi já afixada na cidade e na freguesia de Vila Verde.

Nas assembleias já realizadas há a destacar a unanimidade registada para a eleição de delegados e votação dos documentos em discussão. Maior militância e também maior animação dos Centros de Trabalho da Figueira da Foz e de Vila Verde, são os aspectos relevantes.

Decorreram reuniões e contactos em mais de 8 freguesias e locais e nas células de empresa do Hospital, Celbi, Estaleiros Navais e sector têxtil.

### Mira

Durante o mês de Outubro realizaram-se 4 reuniões e sessões de contactos o que significa

mais reuniões do que durante o período de Janeiro a Setembro. Está já eleito o delegado. Definiu-se a campanha de recrutamento de 5 novos membros para o Partido.

### Montemor-o-Velho e Soure

Nestes concelhos os trabalhos preparatórios do Congresso têm-se desenvolvido conforme os planos decididos pelas respectivas Comissões Concelhias. No período de 1 de Outubro a 13 de Novembro, 14 reuniões em que participaram 88 camaradas, animaram a vida do Partido.

Nestas reuniões as questões que merecem sempre maior discussão, a par dos problemas da situação internacional, são os que se relacionam com o Partido e a sua vida orgânica, sendo no geral a opinião de que é necessário aproveitar os trabalhos preparatórios do Congresso para dinamizar toda a actividade do Partido.

Destacam-se como questões mais salientes

as campanhas de contactos e cobrança de quotas em Soure e Figueiró do Campo e as jornadas de limpeza do Centro de Trabalho de Montemor-o-Velho.

Está já marcada a realização da primeira Assembleia da Organização concelhia de Soure para o dia 5 de Março do próximo ano.

### Cantanhede e Condeixa-a-Nova

Realizaram-se já várias reuniões e contactos que abrangem cerca de 80 camaradas.

Dos primeiros resultados desta actividade há a assinalar a decisão tomada pelos camaradas de Cantanhede em reiniciar as obras de melhoramento do Centro de Trabalho do Partido na vila.

Em Condeixa-a-Nova já se realizou a primeira assembleia plenária em que foi eleito o delegado, sendo também aprovados na generalidade todos os documentos. Esta votação foi feita segundo o método tradicional, de braço no ar.

# BRAGA

## completa sábado eleição de delegados

**C**om a realização, depois de amanhã, das assembleias plenárias de Barcelos e Espinho (ver Agenda), a organização distrital de Braga do PCP completa a eleição dos seus 57 delegados ao XII Congresso do Partido.

No distrito efectuaram-se já 5 assembleias plenárias de organizações concelhias para eleição de delegados e discussão dos projectos de Programa e de alterações aos Estatutos e das Teses — segundo uma nota distribuída dia 14 à comunicação social pela Comissão Distrital do PCP.

As assembleias realizadas no último fim-de-semana (concelhos de Braga, Guimarães e Fafe) «contaram com a participação de elevado número de militantes».

### Guimarães

A assembleia plenária dos militantes comunistas do concelho de Guimarães reuniu no domingo passado, na escola preparatória João de Meira, para eleger os seus 18 delegados ao Congresso e debater os documentos preparatórios propostos pelo Comité Central.

Convocada pela comissão concelhia de Guimarães e pelo comité do sector têxtil, a reunião contou com a participação de 105 camaradas e seguiu-se a várias reuniões específicas nas organizações locais e no sector têxtil. Participou também o camarada José Antunes, suplente do Comité Central.

Vários camaradas intervieram no debate, focando questões como a política de alianças e as dificuldades de entendimento com o PS, as mutações na sociedade portuguesa e a importância para o Partido de se obter estudos objectivos, a decadência do parlamentarismo e a necessidade de valori-

zar a participação popular, a linguagem do PCP e as formas de ganhar os trabalhadores, as dificuldades no recrutamento de jovens, o fraccionismo e a campanha contra o Partido.

Os participantes na assembleia discutiram também algumas das principais tarefas que se colocam em 1989, nomeadamente as eleições para o Parlamento Europeu e para os órgãos das autarquias locais. Foi afirmado que a única forma de se ultrapassar as dificuldades é o empenhamento dos quadros na preparação das listas CDU, a divulgação do trabalho realizado pelos eleitos e a apresentação de propostas que correspondam aos legítimos ansejos das populações.

No final da discussão foi decidido votar na generalidade os projectos de alterações aos Estatutos e de novo Programa e as Teses, documentos que foram aprovados por unanimidade. A lista de delegados proposta



No domingo reuniu a assembleia plenária do concelho de Braga

foi aprovada de braço no ar por maioria, com uma abstenção. Dos 18 delegados eleitos 10 são operários, 3 — empregados, 4 —

intelectuais e 1 é estudante universitário; 4 são mulheres; a média de idades é de 35 anos. ★

### Debate no

# FUNDÃO

**A** discussão dos documentos preparatórios do XII Congresso na assembleia plenária da organização concelhia do Fundão esteve ligada aos problemas concretos da região, o que se veio a reflectir, inclusivamente, numa das três propostas feitas relativamente às Teses.

A reunião realizou-se no sábado, dia 12, e teve como objectivo, além da discussão dos documentos apresentados pelo CC, a eleição dos

delegados do concelho que estarão no Palácio de Cristal do Porto entre 1 e 4 de Dezembro.

Apesar de não muito participada, a assembleia foi viva e houve camaradas que mostraram conhecer bem os projectos em debate. Armando Morais, do CC do Partido, fez uma apreciação global dos documentos. Em todas as intervenções que se seguiram as Teses e os projectos de Programa e de alteração aos Estatutos mereceram referências positivas. Mais

tarde viriam a ter, na generalidade, aprovação unânime.

O debate — como de lá nos informam — não se ficou contudo em águas mornas. Um dos momentos mais vivos verificou-se depois de camaradas terem discordado da rejeição da circulação horizontal da informação.

Os dois delegados do concelho do Fundão ao Congresso do PCP foram eleitos por unanimidade. ★

# O Congresso terá 9 sessões de trabalho

• 2.º e 3.º dias têm sessões nocturnas

O XII Congresso do PCP iniciará os seus trabalhos às 10 horas de 1 de Dezembro, no Palácio de Cristal. E para que o horário comece a ser cumprido logo de início, apela-se a todos os delegados para que ocupem os respectivos lugares meia hora antes.

A 1.ª sessão dos trabalhos ocorrerá na manhã de 1 de Dezembro (quinta-feira, feriado nacional). À tarde o Congresso terá a sua 2.ª sessão, com intervalo às 17 e o fim cerca das 19 horas.

O segundo dia do Congresso, 2 de Dezem-

bro (sexta-feira) compreenderá três sessões de trabalho: a 3.ª (manhã), a 4.ª (tarde) e a 5.ª (à noite, entre as 21 e as 23 horas).

O mesmo sucederá no dia 3. De manhã, teremos a 6.ª sessão; à tarde, a 7.ª e, finalmente, também entre as 21 e as 23 horas, e reservada a delegados, a 8.ª sessão.

O último dia do Congresso, 4 de Dezembro (domingo) será preenchido com a 9.ª sessão, entre as 10.30 e as 12.30 horas, ficando a tarde de domingo destinada ao regresso a casa. ★



## PORTO Iniciativa e entusiasmo

Mais de sete dezenas de Assembleias Plenárias de diferentes organizações da OR do Porto do PCP realizaram-se até ao momento. O Congresso está em marcha — debate-se, argumenta-se, em muitos casos são apresentadas por escrito propostas de alteração ou emendas, vota-se, são eleitos os delegados efectivos e suplentes.

Assembleias em que a tónica geral é a identificação, expressa em muitas votações por unanimidade, na generalidade, com os documentos propostos pelo Comité Central. Assembleias em que, embora em graus diferentes, o debate acontece. Por vezes de uma forma bastante viva, com parte considerável dos presentes a usarem da palavra — sucedeu, por exemplos, em Vila do Conde, com referências críticas ao trabalho do Partido a vários níveis e sendo avançadas propostas no sentido de melhorar o trabalho no concelho. E na Assembleia dos Sectores Vários da ORP, onde, a par do acordo manifestado acerca dos documentos propostos, foram afirmadas insuficiências na abordagem de certos problemas pontuais ou até discordâncias. Como sucedeu na Assembleia da Organização dos Órgãos de Informação do Porto, que se debruçou particularmente sobre os Estatutos e marcou nova Assembleia para discussão das Teses e Projecto de Programa. Em Gaia, onde foram expressas opiniões muito críticas em relação às actividades fraccionárias e foi colocada «a necessidade de incurrir maior dinâmica nos organismos locais». Na Póvoa, onde foram várias as intervenções críticas aos documentos apresentados e à forma como está a decorrer a preparação do Congresso, intervenções todas elas num espírito construtivo e num ambiente de grande fraternidade. No Porto, com Assembleias particularmente animadas em Azevedo, na Sé, em Ramalde e no Covelo/Lamas/Outeiro, aqui com as questões da CEE particularmente em foco, ou na freguesia do Bonfim, onde foi condenado o trabalho fraccional e se considerou que «os problemas internos do Partido devem ser discutidos no seu interior».

Em Valongo, com quatro Assembleias onde foram muitos e variados os temas objecto de intervenção, para sublinhar o acordo com alguns aspectos focados nos documentos propostos («é bom quando a gente vê que o Partido

sabe fazer autocrítica», disse-se), para levantar pontos de vista diferentes, ou apenas para sugerir emendas num e noutro ponto («ainda pode ficar melhor esta redacção...»).

### Braço no ar

Em todos os casos, as votações têm-se realizado por voto de braço no ar. Ou porque tal sucede naturalmente, na continuidade da tradição de funcionamento democrático das organizações, ou porque, discutido o tema, acabou por ser o método preferido pelas Assembleias, como sucedeu, por exemplo, em Valongo ou na Assembleia das Células de Empresas de Matosinhos ou ainda na dos Órgãos de Informação, na da Saúde, na dos Professores do Ensino Superior, na do Sector Cultural e na dos Professores do Porto.

E começaram a ser escolhidos os delegados ao Congresso. Em Gaia, com a aprovação pelas Assembleias Plenárias de Valadares, Mafamude, Oliveira do Douro, Pedroso, Santa Marinha e Crestuma/Lever, das propostas de delegados que tinham sido apresentadas pelas respectivas Comissões de Freguesia. Como em S. Pedro da Cova, em Gondomar. E ainda em Vila Meã, no Marco de Canaveses, em Baião e Amarante. Em Vila do Conde, com outros nomes propostos pela Assembleia Plenária, além dos previamente propostos pela Comissão Concelhia, acabando por se votar nome a nome, sendo os mais votados os efectivos e os menos votados os suplentes. Com delegados eleitos por unanimidade, como sucedeu na Póvoa e em tantas outras Assembleias. Ou simplesmente por maioria, com votos a favor e contra, como sucedeu na Assembleia Plenária da Função Pública e na das Células de Empresas de Matosinhos, ou na de Ramalde.

É a democracia partidária em acção, alicerçada na longa experiência do Partido, expressa nos Estatutos, e praticada, mais uma vez, no quadro de um debate de preparação do Congresso.

Um debate que irá ser intensificado até ao próximo fim-de-semana, já que a realização do Congresso no Porto exige que as organizações do Partido, sobretudo na área urbana do Porto, concentrem os seus esforços nas tarefas organizativas do Congresso nos últimos dez dias do mês. ★

## ALGARVE debate amplo e aberto

Na organização regional do Algarve do PCP «tem sido uma constante, em todos os plenários já efectuados, um amplo e aberto debate dos documentos do Congresso» — informa o gabinete de imprensa da DORAL ( direcção regional).

A discussão das Teses e dos projectos de Programa e de alterações aos Estatutos «tem suscitado um importante conjunto de propostas e uma ampla abordagem da vida do Partido, das carências e debilidades a ultrapassar com vista ao reforço do insubstituível papel dos comunistas em todos os sectores da vida nacional».

Na semana passada — informa o gabinete de imprensa da DORAL — foram eleitos delegados em São Brás de Alportel (1), Tavira (2), Albufeira (3) e na cidade de Vila Real de Santo António (3). No concelho de Faro foram eleitos 4 delegados no sector das empresas, 1 no organismo de reformados, 1 no organismo de mulheres, 1 no organismo de Santa Bárbara e 4 no sector de serviços e quadros técnicos.

Para a semana em curso estão marcados plenários para eleição de delegados em Portimão, Conceição de Faro, Loulé, organismos de Quarteira e organismo dos pescadores, mariscadores e conservas de Olhão. (ver Agenda).

### Serviços e quadros

O plenário do sector de serviços e quadros técnicos do concelho de Faro reuniu na sexta-feira, dia 11, para eleger os seus 4 delegados e discutir os documentos.

Carlos Luís Figueira, membro do CC e responsável da DORAL, iniciou a reunião com uma apresentação sucinta dos documentos preparatórios do Congresso.

No debate que se seguiu foram colocadas dúvidas e discordâncias e foram especialmente focados pontos quentes, como o novo artigo que o CC propõe que seja introduzido nos Estatutos explicitando e definindo o trabalho fraccional, o centralismo democrático e a sua aplicação prática, a definição clara do partido que somos, a consagração da sua natureza de classe e da fidelidade ao marxismo-leninismo.

Estiveram também em foco no debate a eleição do Comité Central na base da apresentação de listas alternativas, a «experiência his-

tórica», a «circulação horizontal» de ideias e o voto secreto.

Levantada a questão, foi decidido votar de braço no ar os documentos (na generalidade) e a proposta de delegados: uns e outros foram aprovados por esmagadora maioria.

Após a reunião, e fazendo jus ao dia de São Martinho, os camaradas que participaram na reunião fizeram um animado magusto no centro de trabalho.

### Messines

No domingo, dia 13, reuniu a assembleia plenária da organização do PCP na freguesia de São Bartolomeu de Messines (Silves), com a presença de três dezenas de camaradas.

Depois de o camarada Amaro, da direcção regional, ter feito uma intervenção a propósito do projecto de Programa, do projecto de alterações aos Estatutos e das Teses, falou também o camarada Teixeira, da concelhia. Não surgiram quaisquer questões.

A proposta apresentada pelo executivo da comissão de freguesia para a escolha dos 3 delegados ao Congresso foi aprovada por unanimidade.

Já «depois da ordem de trabalhos» travou-se um animado debate sobre questões diversas de interesse dos participantes e aproveitando a experiência do camarada Amaro como dirigente sindical. ★



O camarada Jaime Félix, do Secretariado do CC, participou no último fim-de-semana em reuniões preparatórias do XII Congresso do PCP em Pombal (foto) e na Nazaré. A análise dos documentos propostos para reflexão (Programa, Estatutos, Teses) esteve no centro das intervenções proferidas pelo dirigente comunista, que teve oportunidade de esclarecer algumas questões colocadas por camaradas, nomeadamente no capítulo do trabalho de direcção do Partido

# Siderurgia — Seixal

## A luta e o Congresso numa assembleia viva



No sábado reuniu a 5.ª Assembleia (extraordinária) da célula do PCP na fábrica do Seixal da Siderurgia Nacional, que discutiu, numa primeira parte, a situação naquela empresa e a posição dos comunistas, e numa segunda parte — a preparação do XII Congresso, que se inicia de hoje a duas semanas no Porto.

Os trabalhos, que decorreram nas instalações do Independente Futebol Clube Torrense, na Quinta da Marinha, iniciaram-se às 10 horas e terminaram cerca das 19.30, contando com a participação de 79 camaradas da célula e mais 30 convidados (trabalhadores da empresa, autarcas). Participaram também os camaradas Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Se-

cretariado do CC, e Jorge Pires, do executivo da direcção regional (DORS) do Partido.

O debate foi bastante vivo, registando-se um total de 39 intervenções.

Foi aprovada por unanimidade uma saudação ao Congresso.

Os documentos propostos pelo Comité Central foram aprovados na generalidade (de braço levantado): o projecto de alterações aos Estatutos teve 3 votos contra, o projecto de Programa — 1, 2 abstenções, e as Teses — 1 abstenção.

Os nove camaradas propostos pelo secretariado da célula foram eleitos delegados ao XII Congresso com um voto contra e uma abstenção.

### Continuar a luta

Na primeira parte da reunião foi aprovado, com as alterações suscitadas pelo debate, o documento que serviu de base à discussão, intitulado «A Siderurgia Nacional por que lutamos» e de que publicámos uma síntese recentemente.

A Assembleia aprovou ainda uma resolução política, onde se definem as principais orientações para o trabalho do Partido nos próximos tempos. Deste documento, denominado «Compromisso para continuar a luta», daremos notícia mais desenvolvida no próximo «Avante!». ★

# Em SEIA

## os delegados estão eleitos

### (e o CT está quase pronto)

Os comunistas do concelho de Seia realizaram no sábado passado, no centro de trabalho que está em fase de acabamento, a sua assembleia plenária para discussão das Teses e eleição dos delegados ao XII Congresso.

Participaram na reunião 55 camaradas, entre os quais António Gervásio, da Comissão Política do CC do Partido, e José Moutinho, do secretariado da Direcção Regional da Beira Interior (DORBI) e responsável da organização concelhia.

O camarada Gervásio fez um curto resumo das Teses e apelou para que cada militante as estude capítulo a capítulo; chamou a atenção, especialmente, para o capítulo 7.º — Objectivos e tarefas imediatas.

Intervieram a seguir vários camaradas, fazendo boas referências ao documento em deba-

te e salientando como facto positivo a autocrítica que nele se faz a diversos aspectos do trabalho partidário. As intervenções feitas na assembleia suscitaram o debate de questões como as causas da baixa de votação do PCP nas eleições de 19 de Julho e as dificuldades de entendimento com os dirigentes do PS.

As Teses foram aprovadas, na generalidade, por unanimidade.

Com dois votos contra, foi decidido eleger de braço levantado os 4 delegados (e 4 suplentes) ao Congresso. A proposta apresentada pelo executivo da concelhia foi aprovada com dois votos contra e uma abstenção.

À semelhança do que sucedeu em muitas outras iniciativas deste fim-de-semana, a reunião de Seia terminou com um magusto-convívio. ★

# AVEIRO

Com 8 assembleias realizadas desde o último número do «Avante!» e nas quais foram eleitos mais 15 delegados, fica quase concluída a actual fase de preparação do XII Congresso no distrito de Aveiro. Faltam apenas eleger 2 dos 47 delegados, o que acontecerá até domingo que vem.

Quanto ao conteúdo da discussão travada, assistiu-se nestas últimas reuniões ao prolongamento do estilo vivo e participativo e à abordagem das diversas questões de que nas nossas crónicas anteriores demos conta.

Centrando-se fundamentalmente esta fase da discussão nas Teses, em três assembleias foi registado em acta o consenso verificado na discussão e em quatro optou-se pela votação na generalidade, verificando-se a unanimidade no voto favorável. A oitava assembleia não foi, neste ponto, conclusiva o que não significa que tenha existido desacordo.

Todas as votações para a eleição de delegados ocorridas no passado fim-de-semana foram efectuadas pelo processo de braço no ar visto que, apesar de terem surgido propostas para a utilização do voto secreto em quatro assembleias, tais propostas não foram adoptadas e, na maioria dos casos, por grande diferença de votos.

Nas sete assembleias que incluíam eleição de delegados (a oitava destinava-se apenas à discussão das Teses) foram eleitos os camaradas propostos pelos respectivos organismos de direcção, não tendo surgido outras propostas a não ser num caso, mas onde a nova proposta não foi adoptada já que registou menos dez votos que a proposta inicial.

### Braço no ar e democracia

Numa das Assembleias surgiu uma proposta para a votação secreta dos delegados. Posta à votação ela teve a anuência de uma muito pequena parte dos presentes registando três votos a favor.

Na mesma Assembleia surgiu, mais adiante, uma lista de candidatos a delegados diferente da inicialmente proposta pela respectiva Comissão Concelhia. A nova lista foi defendida abertamente por vários camaradas e veio a ser aprovada, por braço no ar, pela maioria dos militantes presentes.

Voto por braço no ar, apresentação de opções diferentes a sua consagração, não são, de facto, incompatíveis.

### Apesar de tudo

Numa Assembleia há discussão aberta. Ninguém exerce coacção.

Surge uma proposta de delegados apresentada pela Comissão Concelhia. Surge outra diferente que é defendida por quem a assume. Discutem-se métodos de votação e vota-se. A nova proposta acaba por vencer e passa a resolução da Assembleia.

Nada mais há a acrescentar e terminam os trabalhos.

Depois vem-se a saber que, já na rua, alguém desabafou frustração em relação aos delegados escolhidos que, em seu entender, não corresponderiam e que, quem devia ser delegado, não foi proposto. Isto por alguém que não falou, que não apresentou propostas.

Afinal onde está o defeito? Não terá que haver também um esforço individual para entender qual é o seu papel no funcionamento democrático dos colectivos?

### Estar de acordo com as duas

Numa Assembleia, uma nova proposta surgiu diferente da inicial onde se trocou o efectivo de um pelo suplente de outra e vice-versa. Quando da discussão do método de votação chegou a ser sugerido que ela fosse feita em alternativa.

Um camarada interveio de imediato para rejeitar tal ideia já que «estava de acordo com as duas e contra nenhuma» e que queria expressar tal opção, tendo que ser quem discorda de uma ou de outra a assumir a sua discordância.

As duas listas foram então votadas separadamente. Registe-se a curiosidade de ter surgido empate nos votos a favor tendo surgido a decisão — favorável à segunda proposta — apenas devido ao menor número de votos contra.

### Colectivo e solidez democrática

3 de Novembro, véspera de uma Assembleia Plenária para Eleição dos Delegados no Distrito de Aveiro.

A Comissão Concelhia, perante a recusa, justificada, de um camarada proposto como efectivo, reúne de emergência. É que a simples subida do respectivo suplente modificou a composição social da lista, questão devidamente considerada na fase de elaboração dos critérios, que mereceram largo e rápido consenso.

Então, as opiniões dividem-se.

Talvez não seja tão indispensável a presença de um operário, à luz do peso da componente operária na regular actividade local do Partido. Porquê, já que tudo está em discussão, tem que haver uma mulher entre os efectivos ou é indiscutível um camarada de tal ou tal freguesia?

Isto é, o organismo está confrontado, em função dos critérios que estabeleceu, com a sua materialização.

Às duas da manhã há três alternativas na mesa, todas à volta dos mesmos oito nomes, e é preciso decidir. Dois camaradas não se sentem em condições de optar. Apura-se como vencedora a proposta original, tudo fica como começou, a reunião estaria a terminar. Isso se dois camaradas (por coincidência dos mais calorosos defensores da alternativa maioritária) não se sentissem mal com a sua consciência e afirmaram-no — afinal não se sentiam em condições de defender tal proposta perante a Assembleia.

Mas são três horas da manhã e não é possível prolongar a discussão. Mais tarde, na Assembleia Plenária, cada militante terá o direito de expressar a sua própria opinião, independentemente de ser ou não da Comissão Concelhia. Apenas é definitivo que compete à Mesa apresentar a proposta democraticamente aprovada pela Comissão Concelhia.

Assim foi.

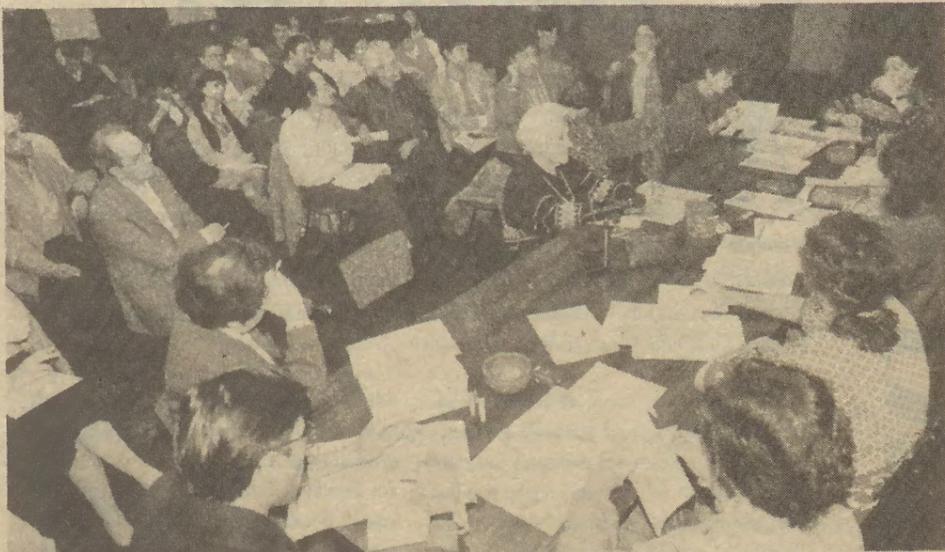
E após a primeira intervenção da Mesa, não foi difícil a um membro da Comissão Concelhia assumir a autocrítica que já tinha deixado expressa no seu organismo. Por isso formalizou uma proposta que antes tinha recusado, batendo-se por ela com convicção. E, naturalmente, despoletou um amplo, sério, franco e elevado debate.

Do importante papel, ainda que pouco notado, dos operários comunistas, ao valor do activismo de militantes intelectuais; da prévia discussão para a elaboração das propostas à dificuldade da Comissão Concelhia em defender a sua; do respeito pessoal pelos camaradas ao dever de manifestar as opiniões com frontalidade, foi «todo o Partido» que esteve presente, a sua natureza de classe e os seus princípios.

Menos relevante é que a lista nova tenha vencido a primeira, tanto mais que, em rigor, não eram opositoras.

Tinha razão o camarada que afirmou nunca se ter sentido tão bem numa reunião do Partido — quem ganhou foi a unidade do Partido! ★

# Professores de Lisboa debatem as Teses



**A** organização dos professores do ensino básico e secundário de Lisboa esteve reunida no passado sábado, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, para debater um dos importantes documentos a apresentar ao XII Congresso do PCP - As Teses (Relatório da Actividade do PCP).

Com a presença de cerca de quatro dezenas de camaradas, na sua maioria mulheres - reflexo da própria situação existente no sector do ensino -, a reunião caracterizou-se por um animado debate, evidenciando o estudo prévio do documento em causa, a que não faltou nem a análise crítica nem o esforço para o seu enriquecimento.

As questões directamente relacionadas com o ensino preencheram, como seria de se esperar, a primeira parte das intervenções. Logo no início, a camarada Manuela apontou a, na sua opinião, insuficiente análise feita pelas Teses na caracterização da situação do ensino em Portugal, sublinhando o facto de neste sector a política governativa se apresentar com objectivos aparentemente menos claros do que no respeitante a outros sectores, o que não invalida que se esteja perante uma ofensiva visando desresponsabilizar o Governo nesta matéria ao mesmo tempo que se transferem cada vez mais encargos para as autarquias e outros organismos, sem que às inovações anunciadas e enunciadas corresponda uma efectiva concretização no campo nas estruturas.

A preocupação em caracterizar melhor, nas Teses, a política governativa para o ensino, foi partilhada por outros camaradas, havendo mesmo quem questionasse por que razão o documento em análise refere expressamente todos os «pacotes» do Governo, excepto no caso do ensino, onde a «listagem de situações e medidas pontuais não permite perceber o sentido global» visado pelo executivo.

Ainda nesta matéria a camarada Zulmira alertou para o facto de as Teses não se referirem à educação especial, falha que importa colmatar até porque o Partido tem tido neste domínio um papel pioneiro e dinamizador. Referida também a necessidade de denunciar a legislação sobre ensino especial, em particular com as tentativas de privatização das escolas para deficientes.

A questão da valorização do ensino privado, em desfavor do ensino público, feita pelo Governo, foi levantada pela camarada Isaura, que alertou para o facto de não se referir o «pacote» do ensino poder levar a pensar que a situação neste campo é menos grave do que a

existente noutros domínios, como é o caso da saúde e outros.

Para além destas questões - e com o risco inerente a todas as sínteses - pode dizer-se que o debate se centrou sobretudo em dois outros grandes temas: a batalha ideológica a travar pelos comunistas e a análise da situação política que levou às eleições de 19 de Julho e suas consequências para o futuro.

Duas questões afinal intimamente ligadas, já que as questões ideológicas não podem deixar de pesar nas análises que se fazem, seja sobre o passado seja sobre as perspectivas para a actuação futura dos comunistas.

## A reflexão necessária

Para alguns camaradas professores, as Teses comportam uma excessiva autocritica do Partido no que se refere ao processo que levou ao derrubamento do primeiro Governo PSD e à convocação de eleições gerais antecipadas em 19 de Julho, bem como no processo respeitante às últimas eleições presidenciais; para outros, é de saudar essa capacidade de autocritica, testemunho de uma mudança de atitude a que falta ainda no entanto o esclarecimento de como fazer face a outras situações hipoteticamente semelhantes; há ainda quem pense que a forma como o assunto é tratado nas Teses é contraditório, já que por um lado se reafirma que Mário Soares foi um candidato de direita, e por outro lado se salienta que a direita não conseguiu o seu objectivo de conquistar a Presidência da República, a maioria da Assembleia da República e o Governo, justamente porque o seu candidato à presidência (Freitas do Amaral) foi derrotado.

Este último aspecto foi levantado pelo camarada João Galacho, que começou por defender o facto de se ter votado favoravelmente a moção de censura que levou à queda do gover-

no de minoria PSD, considerando que uma vez ela apresentada não havia outro caminho a seguir, mas criticando todo o processo que a antecedeu. Para aquele camarada, com o resultado das eleições de 19 de Julho terminou a Revolução de Abril, pelo que discorda que nas Teses se fale de «Revolução inacabada». Discorda igualmente da análise feita naquele documento sobre o resultado das eleições, já que considera que «demagógicamente ou não a política do Governo correspondeu aos interesses da maioria da população e às esperanças de melhores condições de vida», pelo que acha abusivo chamar «conjuntural» à maioria governativa.

Para aquele camarada, «o que nos divide do povo português são as conquistas de Abril», não porque não correspondam aos seus interesses mas porque não são sentidas como tal, pelo que há que encontrar respostas novas para uma situação que também é nova.

Vários camaradas discordaram desta análise, como a camarada Zulmira, para quem as Teses fazem uma avaliação somativa de tão complexo período da vida nacional, seguida de um diagnóstico e do delinear das linhas de actuação a seguir; na sua opinião, o último aspecto é ainda insuficiente.

Também a camarada Ana manifestou discordância às apreciações feitas por João Galacho, sublinhando a profunda diferença existente entre o ser-se um «candidato de direita» e «o candidato da direita», recordando a propósito que, por exemplo, em Campo Maior os apoiantes de Freitas do Amaral se preparavam para comemorar a sua vitória com armas». Classificando a situação resultante das eleições de 19 de Julho de «qualitativamente nova», a camarada Ana defendeu a necessidade de «se continuar o debate para se analisar o que decorre desta realidade para o futuro» da actuação dos comunistas.

De referir ainda as discordâncias surgidas em relação à afirmação de que «o que nos separa do povo português são as conquistas de Abril», que levaram vários camaradas, como Luis Fernando, a defender que o Partido não pode mudar de mensagem ao sabor de objectivos meramente eleitorais e o que importa é tentar «perceber o que em cada acto eleitoral, pontualmente, nos separou do eleitorado», bem como encontrar as formas mais adequadas de tornar compreensíveis as propostas dos comunistas.

O camarada Luis Fernando defendeu ainda

a necessidade de investir no estudo das motivações da população, através da psicologia social ou de outras formas que se revelem eficazes.

## A batalha ideológica

Como se pode perceber, as questões ideológicas nunca estiveram ausentes deste debate. Mas importa referir a intervenção da camarada Teresa, que salientou a importância das medidas orgânicas para o aprofundamento do trabalho ideológico referidas nas Teses, ainda que criticando a «forma desarticulada» como são apresentadas. A camarada sublinhou o facto de a batalha ideológica não residir apenas na luta de ideias, pelo que acha «reduzido» o ponto referente ao assunto. Neste âmbito, a camarada defendeu que no capítulo 7 deveriam ser quatro e não três as frentes de luta fundamentais dos comunistas (luta de massas, institucional e eleitoral), pois a estas há que associar explicitamente a luta ideológica e cultural, referida de resto noutro capítulo das Teses.

A mesma camarada saudou ainda a palavra de ordem «Com o PCP para uma democracia avançada no limiar do século XXI», que na sua opinião devia ter sido lançada desde o 25 de Novembro de 1975, defendendo que a mesma seja proposta «como um processo de descoberta do que é a democracia e de como estamos nós na democracia».

Num debate que não pretendeu ser conclusivo, parece importante referir a diversidade de opiniões manifestadas e, o que não é de somenos importância, o facto de mesmo as opiniões que não encontraram apoio na generalidade dos participantes terem sido acolhidas com o respeito do livre debate de ideias e colectivamente inseridas na necessidade de compreensão e esclarecimento.

Como afirmou a camarada Elvira Nereu, ao fazer a síntese dos temas abordados, a insatisfação manifestada face às medidas apontadas em diversos capítulos das Teses deve ser traduzida em propostas concretas, que não deixarão de enriquecer os documentos a aprovar no Congresso.

A necessidade de estudar e aprofundar muitas das questões abordadas, de forma a clarificar a mensagem do Partido e a adequá-la à realidade nacional, ficou registada. Até ao Congresso e depois dele, é preciso estudar mais. ★

XII  
congresso  
PCP  
com o PCP  
por uma  
democracia  
avancada  
no limiar  
do século  
XXI

# Campanha de fundos e não só

A Comissão Coordenadora das Frentes de Trabalho e Concelhos (organismo introduzido com a reestruturação e a descentralização do trabalho de direcção decidido pela Assembleia extraordinária da Organização Regional de Leiria no ano passado) e as subcomissões criadas para apoio ao trabalho de preparação do XII Congresso no plano distrital reuniram no passado fim-de-semana na Marinha Grande para balanço e ponto da situação. Presentes na Mesa que dirigiu os trabalhos os camaradas António Orcinha, membro da C. Política do PCP, responsável da DORLEI, e Inácio, Onélia e Cidália, daquela Direcção Regional.

No decorrer da reunião de trabalho surgiram informações sobre a actividade preparatória do XII Congresso nos diferentes concelhos que constituem este distrito, região marcada por uma diversidade de características, que vão do litoral aos meios camponeses, passando pelos sectores da indústria e do turismo.

## Duas voltas

A acção preparatória do Congresso desenvolve-se em duas «voltas». Na primeira, já

concluída, incluíram-se as reuniões dos organismos de direcção, a apresentação e debate dos projectos de novo Programa e de alterações aos Estatutos. Esta primeira volta, que envolveu 13 por cento do total da organização, foi assinalada por algumas preocupações quanto ao reforço orgânico: tentou-se chegar a um maior número de membros do Partido, puseram-se de pé alguns organismos, tocaram-se alguns sectores. Na segunda volta, em curso até ao próximo fim-de-semana, têm-se discutido as Teses e elegem-se os 55 delegados efectivos e

igual número de suplentes, que cabem à organização regional. De Leiria irão também ao Porto cerca de 200 convidados, estando prevista uma viva presença da juventude.

Durante a reunião fez-se o balanço, entre outros aspectos, da acção de divulgação e propaganda do Congresso, que nestes últimos dias se tem intensificado no distrito, com a distribuição de documentos, os murais, bancas, faixas, cartazes, pendões e painéis.

A importância do contacto pessoal, tanto ao nível da organização como das populações, foi sublinhada por alguns camaradas, que referiram exemplos muito positivos obtidos com as abordagens, os porta-a-porta e a entrega de documentos mão-a-mão.

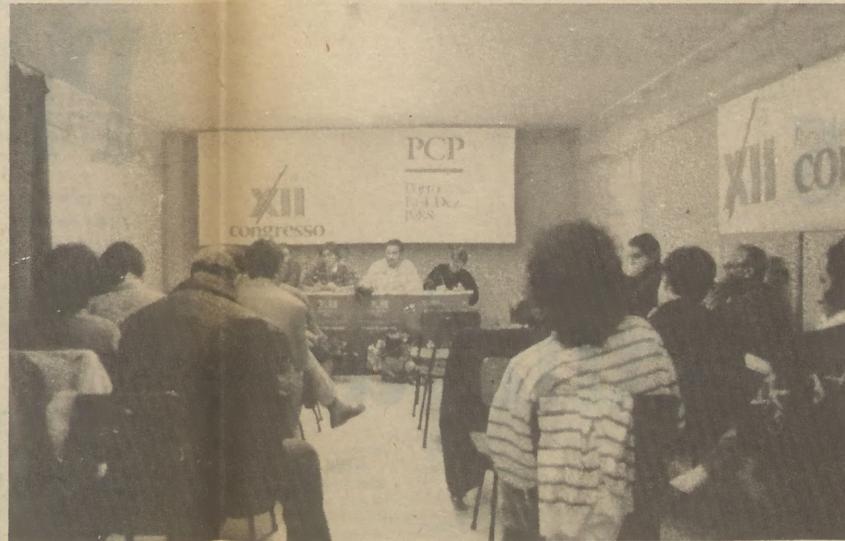
A acção da JCP, a eleição de delegados jovens, a disponibilidade da Juventude Comunista para ajudar e participar de viva voz no trabalho preparatório do Congresso e as excursões que está a organizar para em Dezembro levar a juventude de Leiria ao grande encontro

**Organização distrital atenta a todos os pormenores**

do Palácio de Cristal, foram temas abordados com interesse nesta reunião.

## Fundos

Iniciada a 1 de Outubro, decorre no distrito de Leiria até 15 de Janeiro uma campanha de fundos, cuja meta de mil contos prevê uma primeira etapa de 75% até ao Congresso e os restantes 25% até meados de Janeiro. Os camaradas presentes foram sensibilizados para



Marinha Grande: uma reunião de trabalho onde se fez o balanço da actividade preparatória do Congresso no distrito de Leiria. O que leva à desmotivação pela actividade política e porque muita gente se prende em casa para «ficar amarrado à TV» foi tema proposto para reflexão pelo camarada José Augusto, da DORLEI. O que então se disse a esse propósito é matéria de extrema actualidade que o «Avante!» vai tratar em próxima edição

esta tarefa e alertados para o atraso que se está a fazer sentir nesta campanha. Assim, foi salientada a importância de iniciativas como as bancas de Natal, as festas de fim de ano, os contributos especiais do 13.º mês, a venda da peça de cristal e de outros materiais alusivos ao Congresso, etc. A realização de jornadas de convívio, o «cabaz de Natal» e a carta aos emigrantes mereceram referências especiais.

Ao nível do debate em torno da documentação do XII Congresso, ressaltaram algumas

experiências. Por exemplo: os comunistas da Marinha Grande optaram pela realização descentralizada das iniciativas, ou seja, o debate tem sido desenvolvido em numerosas assembleias nas duas voltas, o que dá tempo e oportunidade para a exposição e a intervenção de todos os interessados, o que, certamente, numa assembleia de 2000 membros do Partido seria muito mais difícil, para não dizer impossível. Em Leiria a organização apostou forte na assembleia do próximo dia 19. ★

## Quase 3 horas para eleger 6 delegados efectivos e outros tantos suplentes

Quase três horas foi quanto durou a assembleia plenária da organização concelhia de Caldas da Rainha, reunida no passado sábado no Centro de Trabalho do Partido naquela cidade da região leiriense. Quase três horas que mesmo assim não permitiram cumprir a ordem de trabalhos proposta: ficou-se apenas pela eleição dos 6 delegados efectivos e do mesmo número de delegados suplentes, que cabem à organização de Caldas no âmbito do distrito de Leiria; para o debate das Teses — o outro ponto em agenda — já não houve tempo e a mesa propôs para o próximo sábado (ver caderno da Agenda) essa importante discussão, que virá na sequência dos debates já realizados no mesmo local em torno dos projectos de Programa e de alterações aos Estatutos do Partido.

Tanto tempo para eleger 12 delegados? A interrogação, amigo leitor, é legítima. Uma tarefa de tanta responsabilidade como a preparação do XII Congresso não é coisa para pressas, mas, para já, vamos — sucintamente — ao «filme» dos acontecimentos. Iniciada com algum atraso sobre a hora marcada, a assembleia plenária, dirigida pela Comissão Concelhia, não foi «pacífica» desde o início.

Depois de alguns momentos em que esteve em causa o facto de se aplaudirem ou não certas intervenções, e em que surgiram opiniões como «o Partido não é a Inquisição», a Concelhia explicou aos 50 camaradas presentes que a proposta que apresentava à assembleia tinha em linha de consideração o trabalho desenvolvido por esses elementos que eram propostos, as suas perspectivas de acção futura no quadro do trabalho partidário e político, e ainda a representatividade dos diferentes sectores sociais e de intervenção do Partido.

## «O que é mais democrático»...

Entretanto, a assembleia envolve-se profundamente na discussão do processo de eleição dos delegados. Algumas teorias sobre o que «é mais democrático» levantam-se num debate di-

nâmico, vivo, interessante até certo ponto. A maioria — plenamente confirmada na votação realizada — está pela tradição do braço no ar. Tradição assumida por muitos militantes do Partido. E há quem sublinhe: num ambiente de responsabilidade, de frontalidade, de democracia interna, os camaradas podem e devem manifestar livremente, sem receios nem complexos, a sua opção pessoal, a sua escolha. Se essas condições não estiverem reunidas, é porque algo vai mal. E este não é o caso da organização de Caldas.

A proposta de eleição por voto secreto foi derrotada mas os militantes que a defenderam e que nela votaram tiveram, obviamente, todo o direito de o fazer... e a assembleia continuava os seus trabalhos. O problema que vai suscitar numerosas intervenções é a forma de eleição dos delegados propostos (em primeiro lugar, para efectivos) que, entretanto, já não são 6, mas sim 10, pois outros 4 tinham sido propostos por camaradas presentes.

Votação (em bloco) da «lista» proposta pela

Concelhia e depois das outras propostas? Votação nominal? Por ordem alfabética? Por ordem de chegada das diferentes propostas? Cada participante na assembleia deveria votar em 6 nomes? Ou em 10?

Tudo isto, naturalmente, levantou muitas dúvidas e muitas opiniões. Os camaradas que haviam apoiado a proposta de votação secreta e outros membros do Partido presentes na assembleia empenharam-se vivamente nesse debate. Manifestavam-se ideias, algumas infelizmente em tom impulsivo. A primeira tentativa (cada militante só poderia votar em 6 nomes) não resulta, pois nem todos os camaradas a cumprem.

Alguna confusão reina na sala. As coisas acabam por se compor. Votam-se os 10 nomes e desses os 6 mais votados serão os delegados efectivos de Caldas da Rainha aos trabalhos do XII Congresso, no Porto. Feitas as contas (votação nome a nome, com repetições frequentes, pois nem sempre a soma das votações a favor, contra e abstenções dava 50), os camaradas propostos pela Concelhia são os escolhidos pelo voto maioritário: Armindo Lopes, Joaquim Lopes, José Aniceto, Teresa Caldeira, Alberto Gaspar e José Inácio. O mesmo mecanismo será repetido para a eleição dos delegados suplentes, registando-se, então, entre outras, a intervenção de um camarada que não obtivera votos suficientes na anterior eleição, e que agora rejeita categoricamente a inclusão do seu nome para os suplentes, pois «para isso já não valia a pena»...

## «Uma enorme bagunçada...»

Mas a grande sensação desta assembleia estava para vir. Um dos camaradas (apoiantes da votação secreta) que mais se empenhou no de-

bate anterior e que aprovou e contribuiu para o processo de eleição nominal, desabafa que tudo «aquilo» tinha sido uma «enorme bagunçada» e que mais uma vez se provava que a votação de braço no ar não é operacional...

A assembleia e a mesa reagem de pronto. E lembram, entre outros aspectos, que tinha sido recusada a forma de votação por lista e que a «bagunçada» resultara, ao fim e ao cabo, numa votação em que, momentos antes, todos estiveram envolvidos.

Aqui, como nas outras questões abordadas de seguida, o que sobressaiu — permita-se agora um breve comentário do repórter de serviço — foi um claro «mau perder» de um, dois camaradas a quem a assembleia tentou responder, embora nem sempre com a clareza que se impunha.

Vejam os. Provoca-se a «bagunçada» e acusam-se os outros de a fazer. Caso tivessem sido eleitos, os «críticos» da «bagunçada» falariam à mesma des- «bagunçada»?

Acusa-se o Comité Central de falta de coragem por não ter imposto a forma de votação dos delegados no Regulamento do XII Congresso. Aqui, a velha história do preso por ter cão e por não o ter. Se a direcção do Partido tivesse imposto no Regulamento a votação de braço no ar ou só por votação secreta, «ó da guarda» que era uma terrível imposição da cúpula às bases: como o CC propôs duas hipóteses, toca a levar com o chicote acusador da falta de coragem na decisão.

Crítica-se a Comissão Concelhia de Caldas da Rainha por ali na assembleia só se encontrar 8% da organização do Partido, mas — que se saiba — os que levantaram tal crítica (talvez justa) nunca nada fizeram pela dinamização e fortalecimento do Partido no concelho (o camarada José Inácio aproveitaria justamente para lembrar a importância da Assembleia da Organização prevista para 1989 e, no âmbito

da sua preparação e realização, a necessidade do reforço do contacto e ligação com todos os militantes e com a população). Já em desespero, crítica-se a mesa por não controlar as entradas na assembleia, com o fantasma da presença de estranhos (na verdade, havia um estranho — um jornalista do «Avante!», órgão central do PCP).

Ironiza-se com a questão das votações por unanimidade «no passado», mas não se respeitaram hoje as votações por maioria, chegando-se ao ponto de dizer que tinha chegado ao fim a contribuição para o Congresso.

Felizmente, a parte final da assembleia não

ficou assinalada apenas pelo relato anterior. Da mesa e de diversos camaradas presentes veio, entre opiniões e maneiras de pensar saudavelmente diferentes, aquela mensagem de Partido, de acção revolucionária, de vontade de contribuir para o fortalecimento dum grande colectivo empenhado na preparação dum Congresso e numa luta difícil pelos interesses superiores da classe operária e das populações. As críticas aos que, proposadamente se afastam da discussão quando ela não lhes agrada, veio a lume. Assim como o apelo à continuação do trabalho político, em íntima ligação com as massas. ★

## Nem voto secreto nem de braço no ar...

Só na ponta final da assembleia plenária de Caldas da Rainha, um camarada pediu a palavra para se referir ao problema das votações. Explicou que não era apologeta nem do voto de braço no ar nem do voto secreto. Ambos, segundo a sua maneira de pensar, têm limitações à liberdade de escolha e de expressão.

Assim, avançou esta proposta: num boletim, devidamente identificado, cada camarada assinalaria os nomes da sua preferência para a escolha dos delegados (no caso da organização de Caldas, 6 efectivos e outros 6 suplentes); nesse boletim haveria espaço para uma breve declaração de voto.

Depois de estarem todos os boletins recolhidos e entregues na Mesa, seria feita a sua leitura em voz alta, incluindo a declaração.

Desta forma, dizia o camarada, podia escolher mais à vontade e exprimir mais livremente e com justificação a sua opção.

Aqui fica a ideia. ★

SETÚBAL

# 100 assembleias realizadas e 100 assembleias programadas

A SIP da Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP divulgou ao «Avante!» no passado dia 14 o breve depoimento que se segue:

No distrito de Setúbal mais de 100 assembleias plenárias já se realizaram e cerca de 100 estão programadas.

Este número (100) é o factor quantitativo que possibilita a análise qualitativa de como toda a organização encarou a preparação deste Congresso.

A realização de mais de 100 assembleias plenárias demonstra a vitalidade do Partido no distrito, o dinamismo com que se encarou esta tarefa, a forma como se tentou (e muitas vezes se conseguiu) envolver todo o colectivo num debate frutuoso e responsável.

No distrito, debater os projectos de documentos apresentados pelo Comité Central é dar-lhes uma maior coesão através de propostas que completem os seus conteúdos, que tracem os caminhos para o reforço do Partido, e que permita uma acção (do Partido) ainda mais envolvente na sociedade portuguesa. ★

No distrito, largos milhares de documentos foram distribuídos pela organização na certeza que os militantes apresentem os resultados de uma leitura atenta nas assembleias e que permitirá que estas se tornem verdadeiros «foruns» pelo futuro.

Em Setúbal, ao realizarem-se mais de 100 assembleias e estando programadas outras tantas, dá-se verdadeiro significado ao papel de cada militante na vida interna do Partido e consequentemente ao papel que os comunistas devem assumir no quotidiano social e político.

Só na acção e na elevada participação do colectivo é que atingiremos os objectivos traçados.

Dá-se igualmente significado à força do PCP, ao dinamismo e à vitalidade com que empenhadamente defenderemos o regime democrático e construiremos o socialismo.

A Organização Regional de Setúbal encarou este Congresso como mais uma maneira dos comunistas fazerem futuro, hoje mesmo. ★



Assembleia plenária em Caldas da Rainha: a vitalidade democrática numa iniciativa que vai continuar no próximo sábado, agora só para debate das Teses

LEIRIA

CALDAS da RAINHA

**XII**  
congresso  
PCP  
com o PCP  
por uma  
democracia  
avanzada  
no limiar  
do século  
XXI

# Objectivos e tarefas imediatas

O XII Congresso aproxima-se. O período de debate prévio dos documentos em todas as organizações do Partido chega ao seu termo e, um pouco por todo o lado, após um período intenso de estudo e debate, as atenções começam a virar-se para as tarefas que dentro de poucas semanas se colocarão ao Partido, enriquecido pelas conclusões da próxima reunião do seu órgão supremo.

Constituiria, naturalmente, grave equívoco — digamos mesmo, grave erro — supor que, realizado o Congresso, todo o estudo, toda a reflexão estariam concluídos, para se abrir um puro e simples período de actividade prática, de pura e simples concretização das conclusões que vierem a ser aprovadas.

**Pelo contrário, uma das que desde já se pode com segurança adiantar que merecerá no Porto a consagração**

**que advém da necessidade de aprofundarmos o estudo de numerosas realidades que directamente condicionam a acção e intervenção políticas do Partido.**

Contudo, é natural que para milhares de militantes se vá colocando a questão de definir, enquadrar, perspectivar grandes linhas de actuação do colectivo partidário à luz das propostas entretanto debatidas.

O capítulo 7. das Teses — que constituirão a base da resolução política do XII Congresso — e que define os **Objectivos e tarefas imediatas**, bem como outros pontos onde se definem perspectivas de acção, merecerão assim que, nestas duas últimas semanas que nos separam da reunião do Porto, se lhes dedique particular atenção. E interessará sublinhar o que neles se contém de propostas para algumas questões.

**1**  
Como articular a luta e o trabalho pela concretização de propostas contidas no novo Programa do Partido (e nomeadamente a democracia avançada no limiar do século XXI) com o trabalho imediato (e nomeadamente com a luta contra a política do Governo PSD/Cavaco)?

7.1.7. São objectivos fundamentais da democracia avançada no limiar do século XXI:

- um regime de liberdade, no qual o povo decida do seu destino;
- um Estado democrático, representativo, baseado na participação popular e eficiente;
- o desenvolvimento económico assente numa economia mista, moderna e dinâmica, ao serviço do povo e do País;
- uma política social que garanta o melhoramento das condições de vida do povo;
- uma política de cultura que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais;
- uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

7.1.8. Estes objectivos têm como uma das ideias centrais que os grandes valores da revolução de Abril, que criaram profundas raízes na sociedade portuguesa, se projectem como realidades, necessidades objectivas, experiências e aspirações do povo português no futuro democrático de Portugal.

7.1.9 A luta pela democracia avançada no limiar do século XXI é assim inseparável da luta contra a política de direita e em defesa das grandes conquistas de Abril, da luta por uma alternativa democrática, que, pondo termo ao processo contra-revolucionário, reconduza Portugal no caminho de liberdade, democracia, progresso social e independência nacional aberto pela revolução de Abril.

7.2.1. Na luta pela democracia avançada no limiar do século XXI e na luta em defesa dos interesses do povo e do país, contra os Governos de direita e por uma alternativa democrática, a definição correcta do sistema e da política de alianças é uma questão de vital importância. (...)

7.2.4. Tanto o regime democrático-constitucional em vigor como a democracia avançada no limiar do século XXI que o PCP propõe ao povo português, correspondem aos interesses e estão em condições de dar solução aos problemas da maioria esmagadora da população portuguesa.

7.2.5. Só não estão interessados numa tal política os grandes capitalistas e sectores a eles directamente ligados, os grandes agrários e proprietários absentistas, os especuladores e agentes de actividades parasitárias, as clientelas dos partidos e a burocracia ao serviço da direita.

7.2.6. Assim, tendo em conta os interesses objectivamente considerados das classes e camadas sociais, são aliados da classe operária contra a política de direita em defesa do regime democrático definido na Constituição e na proposta de uma democracia avançada no limiar do século XXI, todos os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, os intelectuais, os pequenos e médios comerciantes e industriais, os artesãos e todos os sectores sociais cujos interesses são atingidos pelos interesses e a política do grande capital, dos agrários e do imperialismo. (...)

7.2.10. O sistema de alianças no plano político/partidário deve traduzir no fundamental o sistema de alianças sociais. O PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, promove a aliança com os partidos que, pela sua orientação e actividade, defendem ou são susceptíveis de defender os interesses das classes e camadas sociais contrários aos do grande capital e dos grandes latifundiários, à restauração monopolista, à dominação estrangeira sobre Portugal. (...)

7.9.3. A extinta coligação do PCP com o MDP na APU e a actual coligação com o Partido «Os Verdes» e a Intervenção Democrática na CDU, bem como a participação de vastos sectores de democratas sem filiação partidária (independentes) ao lado do PCP na acção política e eleitoral é um aspecto saliente da política de unidade e da política de alianças político-partidárias do Partido. A CDU desempenha um papel positivo na vida política nacional, mas as forças que nela participam estão longe de abranger a opinião democrática no seu conjunto.

7.9.4. O PCP tem insistido persistentemente no diálogo, troca de opiniões, convergência e iniciativas comuns com os outros partidos democráticos, nomeadamente com o PS, o PRD, a UDP e o PSR. É de prosseguir os esforços nesse sentido.

7.9.5. Adquire particular importância a insistência do PCP para o diálogo, a convergência e a unidade com o PS, uma vez que o PCP e o PS são indubitavelmente os dois maiores partidos democráticos portugueses. Se estes dois partidos acordassem a convergência da sua actuação, a reacção, toda a direita, a sua política e os seus planos contra-revolucionários teriam sido de há muito derrotados e teria sido de há muito possível uma alternativa democrática. (...)

7.9.9. São inteiramente infundadas as opiniões segundo as quais as dificuldades no relacionamento entre o PCP e o PS e a não concretização de uma aliança política entre os dois partidos resultaria, não da política de colaboração do PS com a direita contra as conquistas de Abril e o regime democrático-constitucional, mas de sectarismo e falta de maleabilidade do PCP.

7.9.10. São de rejeitar as opiniões segundo as quais, para tornar possível a aliança com o PS e uma maioria para uma alternativa democrática, o PCP deveria abandonar linhas fundamentais da sua orientação política relativas à defesa das conquistas democráticas do povo português e até (cedendo à campanha anti-PCP e às posições de ingerência do PS na vida interna do PCP) modificar os seus princípios, os seus Estatutos e o seu funcionamento interno.

7.9.11. A unidade que o PCP defende e que ao longo dos anos tem procurado concretizar com o PS e os partidos democráticos, em geral, tem por base o respeito pela autonomia, a diversidade e a identidade de cada uma das forças democráticas. O PCP esforça-se por reforçar o diálogo, o entendimento e a convergência no campo democrático sem quaisquer propósitos de liderança ou hegemonia e condena firmemente manifestações semelhantes, que da parte do PS aparecem associadas às suas concepções de bipolarização eleitoral e de alternância com a direita.

**2**  
A definição dos objectivos do novo Programa e as conclusões e propostas das Teses alteram ou introduzem modificações na política de alianças do Partido. Que propostas neste campo avançam as Teses?

3

Seis meses nos separam do primeiro acto eleitoral após o XII Congresso: as eleições para o Parlamento Europeu, que se realizarão em Junho do próximo ano. Tratando-se do primeiro acto eleitoral de âmbito nacional após as legislativas de 19 de Julho do ano passado e do primeiro sufrágio para o Parlamento Europeu realizado isoladamente, que perspectivas se apresentam?

7.5.1. As eleições para o Parlamento Europeu de Junho de 1989 revestem, na vida nacional, dois importantes aspectos: a eleição de deputados portugueses empenhados e capazes de defender os interesses de Portugal e as repercussões dos resultados na situação política interna.

(...)

7.5.9 As eleições de 1989 não são um referendo a favor ou contra a adesão à CEE. Não é a integração que vai ser votada mas sim quem, no quadro da integração, tem maior dedicação e competência para representar os interesses do povo e de Portugal no Parlamento Europeu.

(...)

7.5.2. O PCP intervirá nas eleições multiplicando as propostas concretas e levando-as à opinião pública e às massas apesar da barreira de silêncio que pretendem criar. As posições de fundo do PCP sobre a CEE não só não impedem a sua intervenção construtiva em defesa dos interesses dos portugueses como constituem a melhor garantia de que será efectiva. A acção dos deputados comunistas mostra que o PCP é e será uma voz activa, interveniente e respeitada no Parlamento Europeu e que o voto na CDU nas eleições do Parlamento Europeu, é o voto eficaz em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo e dos interesses nacionais.

(...)

7.5.4. Sem prejuízo da procura de uma unidade mais vasta e do alargamento da cooperação entre democratas, em especial sem partido, o PCP apresentar-se-á às eleições para o Parlamento Europeu no quadro da CDU.

(...)

7.5.8. São objectivos nas eleições para o Parlamento Europeu:

- a) aumentar o número e percentagem de votos na CDU;
- b) aumentar o número de deputados;
- c) fazer recuar a votação e posição da direita no Parlamento Europeu.

(...)

7.5.6. Constituem objectivos do trabalho eleitoral e pré-eleitoral:

- a) divulgar a actividade positiva dos deputados do PCP no Parlamento Europeu;
- b) melhorar a intervenção na comunicação social;
- c) melhorar o contacto directo com as massas e com as organizações de trabalhadores, populares e sociais e criar condições para que a sua voz e os seus problemas cheguem desde já ao Parlamento Europeu e para que constem dos programas e propostas eleitorais;
- d) iniciar a elaboração de listas de candidatos a deputados do Parlamento Europeu e assegurar o seu empenhamento imediato nas tarefas de esclarecimento.

7.5.7. As tarefas eleitorais e pré-eleitorais não podem caber apenas aos deputados comunistas nem sequer apenas aos futuros candidatos, que em Portugal serão só 24 efectivos. Têm que caber às organizações do Partido em geral e às diversas frentes de trabalho. É todo o Partido que se tem que empenhar na batalha das eleições para o Parlamento Europeu.

(...)

9.9.4. Para melhorar o trabalho do Partido no campo ideológico, são de encarar:

- a) medidas orgânicas visando assegurar a direcção, coordenação e desenvolvimento desta frente de trabalho;
- b) contribuição mais incisiva e dinâmica da imprensa do Partido e outras publicações para a divulgação e o debate de ideias;
- c) activo desenvolvimento do apoio e dos incentivos à formação ideológica dos militantes;
- d) estímulo a uma mais activa presença e intervenção dos intelectuais comunistas na luta das ideias.

9.9.5. Tanto no plano da elaboração como da divulgação e popularização, a intervenção do Partido na luta das ideias deverá dar particular atenção:

- a) ao aprofundamento da linha política do Partido e das suas propostas para a solução dos problemas do povo e do País, com particular realce para os objectivos e valores do novo Programa do Partido e designadamente do projecto de construção de uma democracia avançada no limiar do século XXI, contribuindo para a sua plena assimilação pelos membros do Partido e para a sua irradiação na sociedade portuguesa;
- b) à permanente afirmação do PCP como partido marxista-leninista, como partido e vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores, como força política revolucionária profundamente inserida nos problemas da sociedade portuguesa, animada por um grande espírito criador, atenta e sensível aos novos fenómenos e problemas, apetrechada para responder aos desafios da crescente complexidade da vida social, cultural, económica e política;
- c) ao objectivo de uma maior intervenção progressista no debate ideológico nacional em torno da realidade e problemas dos países capitalistas desenvolvidos e das realizações, vitalidade e potencialidades do socialismo;
- d) ao alargamento e diversificação dos temas de intervenção acompanhando a relevância social de novos problemas, questões, preocupações ou aspirações;
- e) às questões relativas à integração de Portugal na CEE, tendo designadamente em conta a multiforme repercussão na vida nacional da acção dos próprios aparelhos ideológicos da CEE;
- f) à denúncia e desmistificação activa e persistente das políticas visando fomentar a regressão social, a anulação de direitos e conquistas históricas dos trabalhadores, o individualismo e o

egoísmo, a marginalização social, cívica e política de amplos sectores da população;

g) aos complexos problemas da informação, cultura política e formação de valores das novas gerações e da incidência das mutações sociais e económicas sobre os valores ideológicos e sobre os comportamentos sociais e políticos.

(...)

9.10.8. Como medidas gerais prioritárias para melhoria do trabalho dos órgãos de comunicação social do Partido apontam-se:

- a) análise da situação e das exigências de intervenção do Partido nesta área com vista à definição de grandes objectivos e prioridades no que se refere a áreas de público e meios a utilizar;
- b) exame aprofundado da situação, problemas e perspectivas de todos e cada um dos órgãos de comunicação social do Partido no sentido de uma definição corajosa, realista e eficaz do futuro;
- c) estudo e implementação de medidas de coordenação, enlace e cooperação de diversos órgãos com vista a melhor aproveitamento e economias de escala no que se refere a serviços de apoio, acesso e aquisição de meios técnicos e documentais, bem como apoios promocionais mútuos e complementaridade de acções.

(...)

9.10.14. Um indispensável esforço de melhoria do «Avante!» implica a consideração e a resolução simultânea de quatro questões:

- a) os aspectos económicos;
- b) o alargamento da redacção, quer no tocante a membros efectivos, quer na área de colaboradores especializados;
- c) alargamento do conteúdo com vista a atingir áreas mais vastas de público e assegurar a intervenção dos comunistas sobre uma maior diversidade de temas e problemas;
- d) modificações gráficas que, aproveitando as potencialidades abertas pela fórmula actual respondam às novas exigências do órgão central do PCP.

(...)

9.10.19. Importa continuar a diversificar e melhorar o conjunto de artigos de cada número, importa elevar claramente a sua divulgação na base de um esforço contínuo da parte dos organismos dirigentes das diversas organizações e importa que «O Militante» se ligue mais à vida das organizações partidárias, de modo a poder contribuir melhor para a elevação do nível político e ideológico dos membros do Partido e de todos os seus leitores.

(...)

9.10.22. Nestas condições, a par dos esforços e êxitos das organizações e militantes empenhados no trabalho de propaganda, assinalaram-se também deficiências sérias que, a não serem vencidas, podem prejudicar gravemente a manutenção do nível atingido e entrar o desenvolvimento do trabalho de propaganda que se impõe, para o Partido estar à altura das novas e acrescidas exigências que se lhe colocam.

(...)

9.10.24. As soluções para estes problemas não podem ser encontradas somente no quadro das actuais SIPs. Torna-se necessário:

- a) promover nas organizações do Partido uma discussão que contribua para uma correcta compreensão da Informação e Propaganda e do seu lugar no conjunto da acção do Partido;
- b) promover, assegurar e aprofundar a discussão política nas estruturas de propaganda;
- c) concretizar melhor as características e funções das estruturas de propaganda, passando por uma redefinição das SIPs e dos meios técnicos, financeiros e humanos ao seu dispor;
- d) estabilizar a composição das estruturas de propaganda, reforçar a ligação política regular dessas estruturas aos organismos de direcção política, a todos os níveis, e assegurar a direcção política dessas estruturas no seu funcionamento diário;
- e) reforçar e dinamizar as estruturas de propaganda a nível local, sectorial e distrital, e criá-las onde não existam, dotando-as com meios necessários e assegurando-lhes apoio e integração política;
- f) rentabilizar e tornar mais eficiente a utilização dos meios e equipamentos de propaganda, a todos os níveis;
- g) seleccionar, formar e promover quadros de propaganda devidamente preparados no plano político, cultural e técnico.

9.10.25. No que se refere mais concretamente à Informação, será necessário assegurar, nomeadamente:

- a) maior dinamismo e flexibilidade da política de informação do Partido;
- b) o exame aprofundado da situação, problemas, papel e perspectivas dos meios de informação do Partido;
- c) apoio aos militantes do Partido com intervenção em actividades de comunicação social;
- d) a estruturação a nível regional e local, sob formas flexíveis, de uma frente de trabalho relativa à comunicação social.

9.10.26. Medidas para melhorar a direcção e a coordenação nacional são também necessárias para revitalizar o trabalho de propaganda, nomeadamente:

- a) uma estrutura de composição estável, com a participação de responsáveis políticos, membros das Direcções Regionais;
- b) uma planificação e calendarização atempada da propaganda central;
- c) actualização do papel, acção e intervenção da SIP do CC e melhor definição da ajuda central, adequando-a ao tipo de ajudas de que as organizações hoje necessitam.

4

Um traço que tem sido positivamente referido como inovador nas Teses é a atenção dedicada a questões de ordem ideológica e de intervenção do Partido nessa área. Para além da análise, que se propõe:

# Cartas do leitor



## Discutir nos organismos

É com subida alegria que agora posso ler no «Avante!» uma vasta secção dedicada às cartas de leitores: bem hajam. Contudo devo dizer que dói certo conteúdo de algumas delas especialmente aquelas que contêm uma verborreia e um cariz quase, quase provocatório e outras uma linguagem muito estereotipada, muito técnica e intelectualizada que torna bastante difícil a sua compreensão. Também não entendo muito bem por que razão se dá seguimento para as respectivas Comissões do partido às sugestões sobre os materiais para o Congresso. No meu entender os autores dessas sugestões como membros do partido deviam conhecer que as suas dúvidas e respectivas opiniões devem ser colocadas nos organismos a que pertencem, até porque cada militante deve pertencer a um organismo. Quantas coisas boas se não terão perdido por ficarem nos bolsos ou em pensamentos dos camaradas sem serem do conhecimento dos organismos a que pertencem?

(...) Alguns camaradas «intelectuais», uns mais conhecidos e outros menos, mas que devem ter o secreto desejo de também se tornarem conhecidos, aproveitaram um mau momento, devido especialmente ao período que estamos a atravessar peran-

As cartas enviadas para esta secção devem ter um máximo de 50 linhas dactilografadas a 60 espaços ou equivalente. A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de realizar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários. Toda a correspondência que contenha propostas de emendas ou sugestões sobre documentos em discussão para o XII Congresso será transmitida às respectivas comissões de redacção. A correspondência para esta secção deve ser endereçada a: Redacção do «Avante!»  
Secção de Cartas do Leitor  
Rua Soeiro Pereira Gomes  
1699 LISBÔA CODEX.

te uma furiosa ofensiva do capitalismo em todas as direcções com vista a alcançar todos os pontos perdidos com a Revolução de Abril, para virem à ribalta e a propósito destes temas fustigarem o partido com questões de todo inoportunas.

Não estou nada de acordo com os processos utilizados porque antes de mais era preciso aprofundar e alargar o debate, no local próprio, para se saber se a perestroika é no imediato aplicável ao PCP, em segundo lugar se a gláznost, (transparência), A. C. já publicou um livro «O Partido com Paredes de Vidro» que explica claramente de maneira para todos compreenderem qual é a posição do partido a este respeito, é neste momento útil tratar fora do partido este tema? Por outro lado, politicamente e não só, justifica-se que não deve haver a mínima dúvida que estas questões só dizem respeito aos comunistas, aos operários e aos trabalhadores deste País e todos eles podem tomar conhecimento desta e de outras matérias pelos materiais editados pelo PCP, logo é dentro do partido e não no «Expresso», «DN», «DL», «Dit», etc., que estas questões têm de ser alvo de troca de opiniões. É certo que existem alguns camaradas que não têm organismo ou não assistem regularmente às suas reuniões, mas alguns destes «dissidentes» sabem perfeitissimamente como se tratam destes casos, portanto deviam ter ido a uma das reuniões que se realizam pelo menos uma vez por mês ou na impossibilidade convocar uma reunião por intermédio da Direcção do sector (DORL), (isto é o mesmo que estar a explicar o padre nosso ao vigário!) mas deviam ir lá com o espírito aberto e cheios de vontade construtiva partindo do princípio que a transparência deve estar antes de mais nas nossas próprias atitudes e no nosso comportamento pessoal: pensar-se uma coisa e fazer-se outra é contra a nossa maneira de pensar.

(...) Quanto a mim, politicamente, não ideologicamente, quer-me parecer que algo de indefinido e confuso existe na posição destes camaradas, no entanto atrevo-me a pensar que a sua perda de perspectiva revolucionária suscitada pela ofensiva da reacção os levou ao caminho errado ao ponto de afirmarem no extracto do seu documento publicado no «DN» (...) Não se poder aceitar que um órgão do partido possa ter o poder à margem da vontade e do sentir do colectivo partidário; como

é que eles têm tanta certeza que são maioria!!! E depois querem que acreditemos neles. Devo dizer que não há má leitura nem má interpretação da minha parte, é mesmo o que está escrito referindo-se «a recusas de condenação».

Invocando a necessidade de ampliar a democracia interna querem que se suprima a disciplina do partido, que se conceda à minoria o direito de não reconhecer os acordos adoptados pela maioria e organizar tendências, esquecendo-se que qualquer experiência está sempre condicionada por imensas circunstâncias, o lugar, o tempo, a situação e a correlação de forças de classe, etc.

Bento J. Areas - Lisboa

## «Aprofundar a luta»

Concordo inteiramente com este espaço e sou favorável à sua manutenção para além da realização do XII Congresso. O Partido não se pode transformar num clube de discussão política, mas deveremos no futuro dedicar mais atenção ao debate ideológico nas nossas fileiras; a batalha ideológica não se pode circunscrever ao debate entre as ideias do Partido e as da burguesia, é necessário aprofundar a luta contra os desvios de esquerda e de direita que aparecem nas nossas fileiras.

Pertencço àquele «grupo dos 60 000 (?)» a quem não é dado espaço no «Expresso», no «Jornal», etc., que apoia no essencial a linha do Partido, que discute nas suas organizações os documentos em análise e que elegeu por braço no ar o camarada que o vai representar no Congresso.

Penso que seria vantajoso clarificar nos Estatutos o problema dos camaradas que assumem publicamente o seu desacordo com a linha do Partido. Embora discordo desta atitude, admito-a e penso que deveremos evitar medidas administrativas para estes casos, deveremos sim considerar que são incompatíveis com o desempenho de cargos com responsabilidade de Direcção.

Termino deixando a minha opinião sobre a necessidade de aprofundar o debate de duas questões:

1 - A importância no processo contrarrevolucionário de, após o 25 de Abril, não nos ter sido possível neutralizar o poder das grandes multinacionais e do papel por elas representado no desenvolvimento da recuperação capitalista.

2 - A autocritica à admissão da existência de sectores de pequena e média burguesia, que deve organizar-se politicamente em partido tipo PRD. A classe operária e o seu Partido não se podem demitir da liderança das classes não monopolistas.

L. Carvalho Oliveira - Amadora

## Algumas questões

Quem observar, atentamente, o que se passa nos países capitalistas mais desenvolvidos, não poderá deixar de se demorar sobre as consequências da automatização.

Nesses países, a robótica (já na 3.ª geração) e a investigação dita científica (ela visa aumentar lucros e, daí, a limitação) fazem surgir pequenos exércitos de tecnocratas e investigadores, dependentes do sistema capitalista e, ao mesmo tempo e cada vez mais, sustentáculos do mesmo. Por outro lado, como consequência, multidões de trabalhadores sem especialização, relegados para sectores marginais, verão estreitar-se, cada vez mais, o seu horizonte de sobrevivência.

A apropriação, pelo sistema capitalista, de avançados meios de produção de riqueza, irá agravar as contradições entre classes, aumentando o fosso que as separa?

A diferença entre países ricos e pobres, países exploradores e explorados aumentará e, com ela, a pauperização, cada vez maior, de milhões de seres?

Permito-me colocar estas questões para debate no nosso jornal ou no Militante.

Só peço que aprofundemos a prática corrente numa linguagem simples e clara, que possa ser entendida por todos.

(...)

Quando, em meados de 1975, não fomos capazes de ir mais longe, no caminho da Revolução, ficámos, imediatamente, na defensiva.

Dai para diante travámos uma luta constante

na defesa do que tinha sido conquistado.

Não pudemos impedir o reagrupamento das forças de direita (PS incluído) e as consequências estão à vista.

Por que não pudemos ir mais longe?

Falta de quadros?

A verdade é que todas as revoluções forjaram esses quadros no cadinho ardente da revolução!

Pretendeu-se evitar de perder uma batalha?

A verdade é que, sem pretender que haja repetições decaídas a papel químico, a revolução de 1905 criou, apesar de batida, as condições necessárias para a vitória, 12 anos depois.

As conquistas do período pós-Abril não foram irreversíveis, mas na verdade, as nacionalizações, a Reforma Agrária e tudo o que foi feito para conseguir alicerçar uma democracia, livre do jugo do poder económico, não será, jamais, apagado da consciência revolucionária dos trabalhadores.

Está por fazer uma análise exaustiva e desapoiada de tudo o que se passou em 1975 e, nas Teses, devia caber uma referência a esse exaltante período.

Dizer que Abril é uma revolução inacabada julgo que não é correcto. Abril, para mim, foi — e ainda é — uma fase da revolução que acabará com a exploração do homem pelo homem, no nosso País.

A revolução continua a ser forjada na luta dos operários e de todos os trabalhadores e é uma certeza, como o é a morte deste sistema para dar lugar ao seu contrário.

(...)

A leitura dos documentos que vão ser apreciados no Congresso não terminará tão cedo.

Vai continuar — deve continuar — depois do Congresso, na sua forma definitiva, principalmente em relação aos capítulos fundamentais na afirmação dum partido revolucionário como é o nosso.

Penso que este Congresso vai marcar uma viragem, necessária há muito, nomeadamente nos capítulos de organização, lutas de massas e ideológica.

É sentida, há muito, a necessidade de dar à nossa organização um estilo diferente, mais aberto, agressivo, no bom sentido, claro, que elimine todos os aspectos negativos que têm muita responsabilidade numa estagnação, quase geral, que é necessário vencer.

Por isso penso que o debate vai continuar.

É necessário fazer aparecer o nosso Partido, perante as grandes massas, tal como ele é, dar a conhecer o que pretende e qual a sua posição face aos grandes problemas que preocupam a maioria dos trabalhadores e a maior parte dos portugueses.

Grande papel está reservado, penso, às organizações locais do nosso Partido que precisam de aparecer, constantemente, junto das populações, informando-as, esclarecendo, desmascarando as actividades contrárias aos seus interesses, chamando os bois pelos nomes, como se costuma dizer.

São inúmeras as pessoas que ignoram tudo, em relação ao nosso Partido, aceitando, como verdade, todas as barbaridades da grande informação ao serviço dos nossos inimigos de classe.

Com um novo estilo de trabalho conseguiremos — temos de conseguir! — eliminar a fraqueza da nossa informação e vencer as reservas que muita gente tem em relação a nós.

Temos possibilidade de desencadear, a nível nacional, campanhas de esclarecimento sobre os mais variados problemas, procurando as grandes massas nas residências, nos locais de trabalho, onde quer que elas de juntem.

Ernesto Rodrigues - Parede

## O «conteúdo e a forma»

Com o objectivo de também contribuir para a apreciação destas questões importantes, adianto que as propostas preferindo a apresentação de mais candidatos que o número de elegíveis nas listas de delegados e a obrigatoriedade do voto secreto, sofrem de vícios de conteúdo:

— Ignoram ou subestimam a realidade que foi e é o PCP inserido na realidade que foi e é a realidade portuguesa, isto é, ignoram a nossa experiência e procuram algum caminho para as «panelhinhas»;

— Padecem de demagogia e remetem para a elaboração secreta das propostas — e aqui reside, quanto a mim, o essencial — e não só para o acto de votar secretamente.

Invocando, no nosso processo dialéctico, uma maior participação e liberdade da massa dos militantes, conduzem, antes, a uma muito menor elaboração, aberta e colectiva, das propostas, o que não expande, antes reduz, a capacidade individual

de formar opinião e não reduz, antes expande, a possibilidade de injustiças colectivas.

Por exemplo, em 12 ou mais nomes propostos, depois de contados os votos seriam apurados 8. Na prática o valor da discussão foi secundarizado. Dominou, para obtenção do resultado final, o critério quantitativo — maior número de votos obtidos nominalmente — e o factor subjectivista — numa assembleia numerosa sem possibilidade de conhecimento global e multilateral do valor relativo de todos os camaradas em presença, pesam impressões tais como «o que fala bem; o que por qualquer motivo é mais badalado ou mais simpático», etc., e pesam tanto mais quanto não se criem condições e estímulos para aprofundar o debate aberto, franco e fundamentado, cara a cara.

A este respeito quem «experimenta» ou vê de perto o trabalho persistente de organização, de luta diária junto das massas, trabalho quase sempre anónimo, longe dos microfones e das luzes da ribalta, reconhece o quanto é difícil e precioso tal trabalho e o valor natural de quem o faz. Reconhece, por exemplo, que nenhum camarada pode ser um bom deputado ou um bom sindicalista comunista sem se apoiar nesse trabalho e no esforço de muitos e muitos camaradas seus. Reconhece que é tão digno escrever um panfleto para uma fábrica como um brilhante discurso para a Assembleia da República. E sabe que aqueles comunistas que não resistem à insustentável necessidade de «brilharem» muito acima das massas (sem cuidarem até de ver quem lhes empresta o «brilho»...) correm o risco de se perder no caminho;

— Por último, tais propostas, torceiam a necessidade de fundamentar o debate real e esquivam o assumir de responsabilidades por parte de quem propõe e, também, de quem escolhe.

Rosa Maria Alves - Ovar

## «Surpresas e discordâncias»

A carta da camarada Cristina Bandeira, publicada no último número do «Avante!», pela sua pureza sugeriu-me mais «surpresas e discordâncias»; ou deverei dizer «discordâncias e surpresas»?

I — «Na melhor das hipóteses nunca seria sobre um objecto real, mas sim sobre uma variedade imensa deles.»

Assim-assim. De facto são uma «variedade imensa deles» mesmo os subjectivos, que formam um ou o objecto sobre o qual reverte o processo dialéctico.

II — «A realidade objectiva não é inequívoca (querias dizer equívoca?) eu vejo nela "o melhor amigo do Homem" e um asiático vê o pequeno-almoço...»

Assim-assim. Também não gabo o gosto de tal asiático!

III — «Unidade é sempre o resultado de partes diferentes.» Evidente. Toda a gente sabe que 1 é igual a 2 (pelo menos).

IV — «A unidade é o que significa necessariamente a diferença.»

Pois.  
V — «Há que não confundir verdade e certeza com estupidez e intransigência.»

Aos iniciais, camarada, e não a nós!

Diálogo de 2 personagens de romance:

— Mas é esta a pureza? Perguntei horrorizado.

— Deve existir também de outro tipo — disse Guilherme — mas qualquer que ela seja, faz-me sempre medo.

— O que é que mais vos aterroriza na pureza?

— Perguntei.

— A pressa — respondeu Guilherme.

Mário Rui Silvestre - Tomar

## «Um pensar diferente»

Segundo creio, a necessidade de promover o estudo aprofundado de certos fenómenos de natureza económica, social e filosófica, tendo em vista a diluição dos problemas que hoje se nos colocam, é reconhecida por todos. Só o autêntico amor da verdade associado ao cultivo do espírito crítico pode evitar os simplismos dogmatizantes, a cristalização intelectual e a tendência natural do nosso espírito para ficar possesso. O conhecimento é um pressuposto indispensável a toda a práxis que se pretenda consequente e é, além disso, condição necessária ao desenvolvimento da crítica do pensamento dominante, da ideologia dominante, das opiniões geralmente aceites como verdade apoditi-

ca, superando desse modo as «certezas» obstrutoras do livre exercício do pensar. (A ausência deste trabalho crítico tem sido uma das grandes deficiências da nossa actividade.)

Nesta ordem de ideias, proponho que se crie um instrumento de investigação marxista, apoiado pelo Partido, onde se leve a cabo o indispensável estudo filosófico, político, económico, social e histórico que proporcione um conhecimento mais profundo e alargado da realidade portuguesa, promovendo do mesmo passo o desenvolvimento teórico do marxismo-leninismo. Para isso, julgo que o Partido pode hoje dispor de um significativo número de jovens investigadores que concluíram ou estão inscritos em cursos de pós-graduação nas universidades, mas a quem o Governo não assegurou colocação profissional consentânea com a sua habilitação científica, e que por essa razão estão desejosos de encontrar lugar onde possam dar continuidade ao seu trabalho de investigação.

Impõe-se o regresso ao racionalismo dialéctico: Razão dialéctica em vez de materialismo dogmático; racionalismo pluralista em vez de racionalismo totalitário. Hoje o paradoxal reina sobre as ortodoxias, o talvez sobre o é, o contraditório e o complexo sobre o incontestável e o simples. Por isso, a nossa época convoca uma nova atitude espiritual, e um pensar diferente.

Se a cultura é, como creio, uma forma de nos libertarmos de limitações, então julgo que o nosso Partido não deve ser nada que se assemelhe a uma seita, a uma «igrejinha» que se opõe a outras seitas e a outras igrejinhas. Devemos evitar ser pequeninos. A compreensão deve estar acima da simples denegação e é nela que nos devemos afirmar. Triste espectáculo esse de desconsiderar alguns grandes espíritos e conquistas intelectuais só por não convergirem com a nossa concepção do mundo. Tenhamos a modéstia de reconhecer que o nosso percurso não é o único possível, e é às vezes por terem seguido outro que esses homens logram ver coisas por nós desatendidas. Note-se ser a própria razão científica que nos impõe essa modéstia.

Não podemos, em vez do estudo e da reflexão, continuarmos a alimentar o hábito de sempre atribuir a factores externos a causa das nossas próprias deficiências. Se a quase totalidade dos meios de comunicação nos «atacam ferozmente» devíamos talvez começar por nos preocupar em analisar o nosso comportamento, de modo a averiguar as razões de tal indisposição colectiva. De nada serve iludirmo-nos na convicção de que tudo são actos mal intencionados. Se a maioria dos portugueses receia ver os comunistas no poder talvez valha a pena o exercício da autocontemplação para determinar que aspectos da nossa actuação concorrem para esse estado de coisas. Se o eleitorado não acata os nossos apelos e advertências é útil que se averigue a qualidade do discurso utilizado na transmissão das ideias que julgamos justas, etc.

O grande desafio que o tempo presente nos coloca é no fundo o velho desafio da história: sermos capazes de continuar a viagem e não fiar no apedeireiro. Para isso é antes de mais necessário sermos capazes de compreender o mundo contemporâneo. A importância do próximo Congresso radica neste ponto. Nele se fará uma primeira escolha entre progresso e estagnação.

João Maria de Freitas Branco — Berlim — RDA

## Noção da realidade

Qualquer militante minimamente organizado e activo, pode fazer uma análise às cartas publicadas no «Avante!».

Tem aparecido de tudo um pouco, desde as análises coerentes e realistas até aos maiores absurdos.

Também é fácil verificar, quem milita e sabe o que anda a fazer, mas também se pode perceber, quem não o faz e para alguns até se põe a dúvida, se na realidade são militantes.

Desde as análises próprias, que querem que sejam históricas até querer impor vontades por realidades, aparece de tudo, mas o que me chamou mais a atenção, talvez porque a minha instrução é pouca, é o modo de como certas cartas são escritas, que é necessário ter-se um dicionário ao lado para se poder entendê-las. A isto chamo falta de noção da realidade, porque qualquer militante, que milite mesmo, sabe que trimestralmente o Partido faz o seu balanço de organização e que frequentemente traz a público, entre outros dados, a composição social do Partido e como se sabe a esmagadora maioria dos militantes são trabalhadores industriais, agrícolas e do comércio, etc. e que os intelectuais são uma minoria dentro do Partido,

ora ao procederem assim esses camaradas não estão a escrever para todos os militantes mas sim para um grupo reduzido que teve acesso à instrução superior.

Neste procedimento, além da falta de modéstia e discernimento, mostra também a falta de noção da realidade do nosso país. Veja-se, quem lê o quê, e temos a resposta do nível de instrução do nosso povo.

Será que é por isso que há quem defenda o fim da «regra de ouro» para assim se poder implantar o «apartheid» intelectual no Partido?

Joaquim José — Corroios

## A «verdade»

Tenho 54 anos e sou membro do Partido desde os 24. Há 30 anos portanto. E durante todos estes anos sempre disse o que pensava e nunca ninguém me tentou calar. Devo dizer que quem o tentasse perderia o precioso tempo.

A questão para mim não está por conseguinte aí.

O que acontece é que de há dois três anos para cá comecei a aperceber-me, a verificar, que sobre um grande número de problemas fundamentais nunca tinha pensado. Não podia falar deles embora ninguém me tivesse impedido.

O que é afinal o Socialismo? Será a nacionalização da economia e a sua gestão por uma classe de burocratas, como durante estes anos se tem aceite sem discussão — eu pelo menos não tive conhecimento — ou será a extensão das aquisições históricas da democracia burguesa também à economia? Será a supressão da democracia burguesa, a pretexto de que ela é formal e tendo como compensação direitos concedidos pela burocracia, ou será o aprofundamento autêntico da democracia burguesa.

E já agora, visto que parece ser para isso que cá andamos, como se chega ao Socialismo? Será defendendo um sistema de nacionalizações burocráticas que hoje é posto em causa nos próprios países socialistas e chamando a esse sistema democracia avançada?

É evidente que não tenho a presunção de dar a estas e a muitas outras questões respostas definitivas. Mas o que não acredito é que problemas que durante tantos anos me escaparam a mim tenham escapado a todos. E não tenho razão nenhuma para duvidar que aqueles a quem esses problemas não escaparam não tenham também, tal como eu, tido a oportunidade de os levantar sem que ninguém disso os impedisse. Só que eu não tive conhecimento. E como eu milhares e milhares. Ora, convencerem-se alguns de que eram suficientes para encontrar soluções correctas para todos esses problemas, não será uma grande presunção? Não terá sido precisamente porque a discussão se processava em círculos fechados que se tornaram possíveis erros tão graves como os que sabemos hoje terem existido durante dezenas de anos? Não teria uma melhor informação alertado milhares e milhares para o que se passava e impedido a sua continuação, provocado a correcção dos erros antes que o estrago fosse tão grande?

Eu percebo que quem está pouco seguro das suas razões pretenda restringir a discussão a círculos fechados, de modo a evitar o contágio. Mas não percebo que quem está seguro faça o mesmo. A verdade é como azeite na água: vem à tona. É triste chegarmos à conclusão que só nós ignorávamos o que era afinal do conhecimento público. E é mais triste ainda verificarmos que a informação que nos permite essa conclusão não nos chegou pelos órgãos do Partido.

Esta secção de cartas dos leitores tem de continuar para além do Congresso.

Para que a verdade venha ao de cima. E a mentira vá ao fundo.

Doa a quem doer, tanto a verdade como a mentira.

José Ferreira de Sousa — Alenquer

## Outra opinião

Daniel Santana — Olhão, diz na sua carta ao «Avante!» que o Partido não tem Programa. Mas ele sabe que sim, que tem Programa, porque aprovou o Projecto de Programa para o XII Congresso, depois de ter lido o actual ainda em vigor. Na última reunião esse Projecto foi aprovado por unanimidade, com braço no ar, como é uso entre nós, em Olhão. Portanto o Daniel não diz a verdade na sua carta ao «Avante!».

Daniel não é de Olhão, não reside aqui, nem nunca residiu. Foi aqui comerciante, mas há muito que deixou de o ser, passando, segundo me disse,

a viver em Lisboa. A sua inscrição no Partido ainda está em Olhão, certamente por descuido ou esquecimento seu. Acho assim incorrecto o camarada subscrever o seu nome localizando-o em Olhão, porque isso dará com certeza origem a confusões.

Daniel tem andado pelo estrangeiro, Itália, Suíça, etc., e é talvez por isso que esteja inteiramente desfasado do nosso Partido, que mostra desconhecer por completo.

Por ser membro do Executivo da Comissão Concelhia de Olhão, estou em condições de demonstrar que a organização do Partido neste concelho nada tem de comum com a linguagem derrotista e confusa usada pelo camarada, nem com a série de disparates que escreve.

Nós aqui somos pessoas normais, simples, honestas, convictas, firmes, e confiamos no futuro do nosso Partido, do nosso povo, e do nosso país. É para isso que lutamos no dia-a-dia.

(...)

Daniel falta à verdade, ofende, chateia, insulta, procura ridicularizar e quer mostrar-se importante.

Ora se essa linguagem partisse do inimigo, é evidente que serviria até de estímulo ao nosso trabalho. Mas da parte de um camarada, já se vê que se torna doloroso quando temos de pôr os pontos nos ii.

Manuel Rodrigues Pereira — Olhão

## A «conduta moral»

Antes de mais dizer o quanto aprecio esta rubrica apesar dos seus riscos. Quero acreditar que somos capazes de aguentar com a franqueza e até por vezes a má-fé.

Como muitos têm feito, aproveito este espaço aberto à opinião para partilhar a minha reflexão acerca da alínea N do artigo 14 do Projecto de Estatutos onde se afirma que o militante do PCP deve «ter uma elevada conduta moral, ser modesto, sincero, honesto e leal para com o Partido e todos os camaradas...».

Com este parágrafo retoma-se, no espírito e na linguagem, uma concepção do Partido e dos seus membros que considero inadequada à situação presente. Com efeito, parte-se do princípio de que o membro do PCP tem de ser «melhor» que os outros. Ora, não é por se ser comunista ideologicamente que se é obrigatoriamente modesto, sincero e leal. Antes de se aderir ao Partido, pertence-se a uma sociedade, a um determinado grupo social do qual se interiorizou valores, cultura e juízos morais. Não se pode exigir que ao entrar no Partido, os indivíduos mudem e se dissociem da sua herança cultural e do seu meio. Aliás, todos sabemos que não tem sido essa a nossa prática: torna-se membro do Partido quem assina a inscrição e o programa. Muitos não militam e pagam as cotas irregularmente. Por outro lado, não há qualquer meio de controlar uma «elevada conduta moral» tão esta noção é subjectiva e dependente das referências culturais dos indivíduos e remete muitas vezes para valores e juízos característicos de uma sociedade capitalista.

Não vivemos mais na época da clandestinidade em que era preciso prestar provas para se ser aceite. Somos, queremos ser um Partido de massas. Por isso o Projecto de Estatutos deve circunscrever e definir as características das actividades partidárias e das condutas dos militantes no âmbito exclusivo da realização das suas tarefas. Fora deste domínio cada um age, deve agir, como bem entender. Há que dissociar os indivíduos, que desempenham variadíssimas funções sociais independentes da sua filiação partidária, e o papel que estes assumem no interior do Partido. Este não pode querer ser responsável por todas as acções dos seus militantes. Encarando as realidades desta forma, torna-se mais fácil controlar a execução das tarefas e sancioná-las porque, ao criticar-se uma actuação menos leal, menos honesta ou sincera, não se está a chamar ao indivíduo desleal, corrupto ou desonesto. Salvaguardam-se os interesses do Partido e dos camaradas que o constituem e o constroem com o seu trabalho. Perde-se ainda com esta visão a ideia falsa de que os comunistas têm no absoluto maiores qualidades morais do que os outros e encara-se mais facilmente os erros que se cometem permitindo a sua mais rápida resolução.

Em suma, é uma revisão de linguagem que proponho — mais precisa e objectiva — mas também através dela uma alteração substancial da forma como nós próprios nos idealizamos como Partido.

Maria E. C. Azinheira — Baixa da Banheira

## O PCP e a coerência

Os meus cumprimentos assim como o desejo de que esta possa ser publicada no jornal «Avante!». Não sou militante, apenas um independente activista dentro do possível, pois é no PCP, que com alguns erros e defeitos, o único que me oferece confiança no Projecto Socialista, pela sua prática e coerência.

Tenho lido as cartas de vários leitores, mas tenho dúvidas de que alguns sejam de esquerda ou comunistas. Mas devem continuar com esta iniciativa, única nos partidos portugueses, e só peca por ser tarde.

Nessas cartas nota-se que as pessoas estão manipuladas pela imprensa burguesa e pela RTP. Compreende-se quando muito quadros afectos ao PC ou até militantes leiam semanários de direita ou perto do PS. Ensinou-me um camarada chileno a viver em Portugal, que devemos ler se possível a imprensa do inimigo de classe ou do adversário mas nunca deixar de ler a imprensa da linha política do Partido! Por muito respeito que tenha pelas ideias das pessoas, tenho dúvidas que muitas pessoas que se dizem comunistas ou militantes tenham consciência do seu dever e de lutar. Muitas apenas lutam por uma vida melhor e só. Por isso se tem perdido muitos votos desde 1979, pois os rebuçados dados a certas camadas pelas forças de direita, as levam logo a mudar as ideias. Eu conheço defensores do gonzalvismo que agora estão no PSD e CDS. Julgo que o Partido em si deve ter uma análise mais profunda destas verdades.

Pela minha experiência nas organizações de base fica-me a ideia que muitos trabalhadores e povo em geral, desejam mais ser ricos, que ter uma vida digna, uma sociedade mais justa e socialista. A manipulação da imprensa capitalista droga e vicia muita gente honesta e humilde.

Julgo que o Partido deve aprovar e colocar em prática métodos de trabalho mais simples, mais práticos para a vida de hoje, que pouco tempo livre nos dá. Uma linguagem mais limpa e menos agressiva, mobilizar mais militantes e não serem só alguns a trabalhar, que acabam por começarem a fazer erros com mais facilidade.

Conseguir por meios pedagógicos e humanos fazer sentir aos militantes de lerem mais a imprensa afecta ao Partido. Aprender mais a saber o que dizer e o que queremos.

O Partido devia ter escolas de formação e educação dos seus militantes e amigos do Partido.

Sem formar pessoas, sem mudar mentalidades, não é possível criar uma sociedade mais justa e socialista. O egoísmo humano ainda é grande, mesmo nos países socialistas, fará aqui nesta selva capitalista do safe-se quem puder.

O homem precisa de conforto, mas não deste tipo do consumismo que uma minoria tem.

O Partido PCP, que mais defende a justiça social pouco fala nela nas campanhas eleitorais, em cartazes, etc.

Temos de dizer às pessoas o que queremos por palavras simples.

É verdade que o aliado natural do PCP devia ser o PS, mas ninguém informado tem dúvidas que os partidos socialistas no ocidente não querem alianças com os partidos comunistas. Porque não querem o socialismo algum, talvez uma sombra da social-democracia.

Para criarem medidas anti-populares quando a direita capitalista, deita os países em crise. Olhem para a França, o PS está a fazer uma política contra quem trabalha, pior que a direita no poder.

Pensei bem nesta aliança para a revisão da Constituição PS/PSD que vai criar os mesmos ou piores grupos económicos que no fascismo. Já perdi qualquer ilusão de acordos e unidade com o PS. Agora a revisão constitucional a fazer-se não vale a pena, pois defender o quê? Com o poder económico nas mãos dos senhores de sempre, uma aliança com o PS é só deitar terra para os nossos olhos.

Julgo que o PCP deverá defender uma democracia avançada socialista para o século XXI. Ocultar o socialismo porque? Pelos erros graves dos países socialistas que viveram à sombra das vitórias do passado? Como é possível certos países ricos como a URSS mendigar empréstimos no ocidente?

Infelizmente muitas coisas se dizem na imprensa (algumas deturpadas) são verdades que não deviam existir.

Os militantes comunistas e amigos deviam cooperar mais com os países socialistas contra o atraso. Muitas folhas teria a escrever, para demonstrar erros, mas fico por aqui.

António Lopes Aguiar — Lisboa

### (O «directo» do Moniz (I))

Toda a gente se lembra da excitação que se apossou da RTP a semana passada a propósito das eleições presidenciais nos EUA, a ponto de impor ao País faraónicas transmissões directas via satélite dirigidas por Eduardo Moniz, nem mais nem menos que o responsável pelo sector da Informação da televisão cá do burgo. Pois essa incandescência jornalística deslocou-se aos «states» a cavalo no seu alto cargo, para tratar pessoalmente do caso. Em boa hora o fez. Convenhamos mesmo que corajosamente o fez: não é vulgar um chefe expor-se duma assentada aos chefiados, à profissão em particular e ao público em geral para executar um trabalho jornalístico com o peso de uma transmissão directa intercontinental. Moniz fê-lo, qual Egas – aliás patronimicamente onomástico – se não expõe a própria vida de baração ao pescoço e família à trela a defender a honra pátria, que as coboiadas de hoje já não são as cavalarias de ontem, pelo menos dando a cara ao jornalismo que a actual RTP pode e é capaz de fazer. Uma cara que, em directo a milhares de quilómetros de distância, apela de dois em dois minutos aos estúdios da 5 de Outubro para continuarem a emissão porque «de momento não temos mais dados»; um jornalismo que pode passear muito mas não vai além dos «recortes» dos outros. Ou dos cortes próprios.

### O «directo» do Moniz (II)

Mas como Eduardo Moniz não foi sozinho para a

cobertura das eleições presidenciais nos EUA, fazendo-se acompanhar por mais dois jornalistas da RTP, o público português teve oportunidade de assistir a alguns apontamentos de reportagem, não sabemos se da iniciativa do profissional que os fez, ou sugeridos pelo próprio responsável do sector da Informação da RTP enquanto meditava no estúdio norte-americano donde, magnificamente, dirigiu toda a transmissão. Num desses apontamentos apareceu-nos um compatriota radicado nos EUA que, com sotaque inequivocamente açoriano, confessou ir votar em Dukakis tal como, segundo ele, a generalidade da comunidade portuguesa da zona. Razões: a maior protecção aos direitos sociais dos cidadãos que, geralmente, é proporcionada pelas administrações democráticas. E logo de seguida explicitou mais ou menos assim: «é que vocês lá em Portugal ainda têm o Serviço Nacional de Saúde que protege os cidadãos na doença, mas aqui nos Estados Unidos não há nada disso, quem quer ser tratado tem de pagar, ou então que se cure sozinho!». Curiosamente quando este nosso compatriota, cheio de boa vontade, se preparava para explicar como é que (não) funciona o Serviço Público de Saúde nos EUA, o apontamento de reportagem terminou abruptamente. Seria porque Eduardo Moniz, com notável «faro» jornalístico, considerou também aí que «de momento não temos mais dados», pelo que a emissão devia ser retomada pela 5 de Outubro?! De preferência com a ministra Leonor Beleza em estúdio, a explicar que quem quer saúde, que a pague do

## Pontos Cardeais

seu bolso. Não somos menos que os americanos, né?

### Justiça

Os juízes iniciaram esta semana uma greve de zelo e têm programada uma outra, total, para os primeiros dias de Dezembro, os funcionários judiciais vão pelo mesmo caminho e a organização representativa dos magistrados do Ministério Público cortou «relações» com o ministro da tutela, Fernando Nogueira, devido a incompatibilidade de pontos de vista. Em suma: a quase totalidade dos funcionários que dependem do Ministério da Justiça estão em luta contra ele, reivindicando coisas fundamentais que vão da dignificação de funções e aumentos salariais, à resolução de problemas de instalações e meios para o exercício das respectivas actividades. Entretanto os advogados acusam o executivo de Cavaco Silva de má vontade contra eles enquanto o Tribunal Europeu de Estrasburgo lhe vai lavrando condenações. Já agora é de justiça dizer-se que Cavaco Silva tem uma vocação inequívoca para as maiorias absolutas – até na contestação ao seu Governo.

### Ocupações

Em 13 de Setembro passado o presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, senhor Licínio Araújo, do PSD, foi destituído por correligionários seus do cargo que ocupava, sob a acusação de dívidas ao município através de uma empresa de que é proprietário, tendo sido substituído por outro elemento do PSD, o vereador Carlos Baptista. Surpreendentemente, na manhã de segunda-feira passada o ex-presidente PSD ocupou à força o seu antigo gabinete, desatando a passar cheques, a dar ordens, a marcar reuniões, a reintegrar funcionários, etc., sob o panto da Câmara e da cidade que assistiam boquiabertos ao espectáculo. A ocupação terminaria horas depois com a detenção de Licínio Araújo por três agentes da PSP que se deslocaram ao edifício da Câmara, com o demitido presidente ainda a prometer que voltaria no dia seguinte para presidir à reunião normal do executivo camarário. Parece que para alguns, lá no PSD, já não chega a maioria absoluta – é-lhes também necessária a ocupação absoluta...

# Gazetilha

por Ignotus Sum

### O alumínio e a lata

(Diz-me um industrial: «O alumínio custa-me agora mais caro 64 por cento do que há poucas semanas.»)

Pois é meu caro amigo.  
É o que eu lhe digo.  
Você e quem mais  
tais ideias perfilhe  
quanto aos patamares inflacionais,  
pensam mal. A razão é do Cadilhe  
a quem jamais a língua foge para a verdade.  
O arrojo define-o.  
Mas como você vê, meu caro, a realidade  
não se dobra tão bem como o alumínio...

Alumínio que vem, neste momento,  
a ditar para a acta  
que, pra gozar com os tais seis por cento  
já é preciso ter lata...

### O preço do tintol

(Diz-me um consumidor: «garraão de vinho que me custava 200 escudos, custa agora 400...»)

Caríssimo, se quer  
a minha opinião  
(desculpe-me mas tenho de dizer)  
você foi enganado  
foi levado  
ou então comprou um garraão de absinto  
em vez do tinto.  
Estarei enganado?

Eu faço finca-pé.  
Seis por cento é que é  
e a mais que ninguém ouse  
de ilícitos aumentos.  
Se o amigo pagava o seu tinto a duzentos  
agora pagará, mas duzentos e doze.

Se teimarem na afronta  
do incrível buraco  
pois agarre na conta  
e mande-a... ao Cavaco...

### O mal menor...

(Dos jornais: «Nas eleições dos Estados Unidos, a abstenção ultrapassou os 50 por cento...»)

Isto é que é uma Democracia  
(com D grande, é claro!)  
é claro como o dia  
que isto é que é uma Democracia!  
interessada, janota,  
e com autocolantes na lapela,  
em que metade vota  
e a outra se está nas tintas para ela...

Disse um comentador  
que estava a pau:  
— Não se trata aqui de escolher o melhor  
mas sim, o menos mau...

E até nisso, assim sendo  
aquela sociedade,  
com o correr dos tempos vai havendo  
grande dificuldade...

### O ensino

(Dos jornais: «A Escola N.º 6 fechou por falta de condições.»)

Esta fechou, é o jornal que o diz,  
depois de, enquanto pôde, aguentar.  
Não é história sozinha no País,  
é só um caso pra simbolizar.

Defesa do Ensino? O povo topa  
que a hoste do Governo, farta e nédia,  
quer levar Portugal para a Europa  
com projectos e ideais da Idade Média...



# Agenda

Avante!

Ano 58 — Série VII  
N.º 777

17 de Novembro de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Quinta 17

### • COIMBRA

Assembleia plenária do sector cerâmico do concelho de Coimbra — Centro de Trabalho, 19.00; reunião da organização de freguesia de Verrede/Montemor-o-Velho — 20.30.

### • FARO

Assembleia plenária da organização de Castro Marim.

### • LEIRIA

Assembleia plenária das organizações locais de Pero Neto, Trutas e Albergaria/Marinha Grande — CT Marinha Grande, 21.30; dos sectores PCMI's e Diversos da Marinha Grande — CT, 21.30.

### • FARO

Assembleia plenária da organização de Castro Marim

### • LISBOA

Assembleia plenária da célula da RTP — CT Vitória, 21.30; da organização da Zona Industrial de Paço d'Arcos — CT Porto Salvo, 18.30; do sector Comércio da OLL — CT Duque Loulé, 20.00; da célula da Petrogal; da célula de dir. sindicais do Sector Sindical — CT Alfama, 20.00, com a participação de José Casanova; da célula dos TLP — CT Vitória, 18.30; das empresas da indústria química e farmacêutica da Venda Nova — Soc. Filarmonia da Amadora, 18.00; da célula da Sorefame — 18.00; da organização do Partido no Min. do Emprego (Sector Função Pública) — CT Vitória, 18.30; das células de empresa da General Motors, Selta, S.I. Farmacêutica, Pasteur, Mexacta (OLL) — CT Marvila, 18.30; da célula da Câmara Municipal de Lisboa (OLL) — CT Duque de Loulé, 18.30; da célula da Argibay — CT Alverca, 21.00; das células de empresa de Alhandra — CT Alhandra, 18.00; dos Reformados de Alhandra — CT Alhandra, 15.30; da célula da CM de Loures — refeitório da Câmara, 18.00; da célula dos trabalhadores do Hospital Júlio de Matos — CT Vitória, 18.30; da organização de Vila Franca de Xira — CT, 21.30; da célula da Gulbenkian (OLL) — CT António Serpa, 18.00; da Cordoaria, OGME e FIL (OLL) — CT Ajuda, 18.30; da Lisnave — ENI (OLL) — CT Alcântara, 18.30; da célula do M.M. e M. Justiça de Lisboa (F. Pública) — CT Alfama, 18.30; da célula da Sogas — CT Marvila, 18.15; da org. do Partido no Ministério do Emprego (F. Pública) — CT Vitória, 18.30.

### • PORTALEGRE

Reunião plenária da organização de S. João Baptista/Campo Maior — Centro de Trabalho, 21.00.

### • SETUBAL

Reunião plenária da célula da Saúde de Almada — CT concelho, 21.30; do sector Serviços/O.D. — CT do Barreiro.

## Sexta 18

### • AVEIRO

Reunião plenária da célula da Renault — CT Aveiro, 18.30.

### • BRAGANÇA

Assembleia plenária das organizações concelhias de Miranda do Douro e Vimioso — 20.30.

### • COIMBRA

Assembleia plenária da organização concelhia de Miranda do Corvo — CT, 21.00; do sector células da EDP, Petrogal e CDL, org. Deficiente e JCP do concelho de Coimbra — CT, 19.00; reunião da organização da freguesia de Ceira/Coimbra — 21.00; da freguesia de Santo Varão/Montemor-o-Velho — 21.00; assembleia plenária das freguesias Norte do concelho de Coimbra — Esc. Prim. de Barasfemes, 21.00; das organizações de freguesia de Bendafé, Condeixa-a-Nova, Condeixa-a-Velha, Ega, Furadouro e Zambujal (Condeixa) e da organização concelhia de Penela — lugar de Sobreiro, 21.00.

### • ÉVORA

Reuniões plenárias das organizações de S. Romão (na Junta de Freguesia), Benctel (no CT) e Vila Viçosa (no CT) — todas às 20.30; de Redondo e de Montolito, nas respectivas Casas do Povo — ambas às 19.00; de Alcáçovas/Viana do Alentejo — Junta de Freguesia, 19.30; das freguesias de S. Pedro, Sabugueiro e Arraiolos, do concelho de Arraiolos — às 20.00; de Monte Trigo/Portel — Junta de Freguesia, 20.30.

### • FARO

Assembleia plenária da organização de Silves — CT, 21.00; da freguesia de Portimão — CT, 21.00.

### • LEIRIA

Reunião plenária das organizações locais de Garcia, Píladro e Escoura/Marinha Grande — colectividade de Garcia, 21.30; do Sector Vidreiro da Marinha Grande — CT Marinha Grande, 21.30; dos sectores Plástico, Metalúrgico e Cartonagem da Marinha Grande — CT, 21.30; das células da Fábr. Escolas Irmãos Stephens (FEIS), Ivima, CIVE, Ricardo Galo, M. Pereira Roldão — CT Marinha Grande, 21.30; das organizações locais de Ordem, Camarnal, Guarda Nova e Amieirinha Marinha Grande — CT Marinha Grande, 21.00.

### • LISBOA

Assembleia plenária das freguesias de S. Pedro e Santa Maria/Torres Vedras — Soc. Recr. Operária de T. Vedras, 21.00; da freguesia de Odiveiras — Soc. Musical Odivelense, 21.30; de Caneças — Olho do Cuco; da Bobadela; de Loures — CT Loures, 21.00; da freguesia de Fátima — CT Soeiro Pereira Gomes, 21.30; da fregue-

# XIII congresso PCP



sia da Penha de França — Junta de Freguesia da Penha de França, 21.00; da freguesia de Benfica — CT

Benfica, 21.00 da célula da Socarmar — CT do Barreiro, 15.00; da organização de Póvoa de Santa Iria — CT, 21.00; de Vialonga — CT, 21.00; da célula da Sonadel — CT Alhandra; da célula da CM da Amadora; do sector Bancários de Lisboa — 17.30; da célula da UTIC e pequenas empresas dos Olivais —

CT Moscavide, 18.30; de Alverca — 21.00; da organização local de Vale Figueira/Loures — CT Vale Figueira, 21.00; das freguesias de Socorro, Castelo, Santiago, S. Cristóvão, Madalena/Lisboa — CT Graça, 21.00; da freguesia de Colares — CT Mucifal, 21.30; da freguesia do Cacém — Junta de Freguesia de Aqualva-Cacém, 21.00; de células de empresa da 3.ª Zona da OLL — CT Vitória, 18.00; da célula da Standard Eléctrica — CT Cascais, 15.30, com a participação de Abílio Martins; do comité local da Cruz Quebrada — CT Algés, 21.30; da organização do Partido na zona industrial de Carnaxide — CT Algés, 18.30; da célula FNAC e Citofone — 10.00; da O.D. da Função Pública — CT Alfama, 20.00; dos Quadros Técnicos da OLL — CT Vitória, 21.00.

### • PORTALEGRE

Assembleia para eleição de delegados em cano, Casa Branco, Santo Amaro e Sousel Sousel — às 21.00 nos Centros de Trabalho locais.

### • PORTO

Assembleia plenária da organização de Quadros Técnicos — CT Boavista, 21.30; da organização local de Santo Isidoro/Marco de Canavezes — 21.30; da organização do Bairro do Cerco do Porto e S. Roque — CT de Campanhã, 21.30; de S. Nicolau e Vitória — CT das Zonas Ribeirinhas, 21.30; da freguesia de Santo Ildefonso — Junta de Freguesia, 21.00; de Aldoar — Esc. Prep. do Bairro da Fonte da Moura, 21.30.

### • SANTARÉM

Plenário da célula da Câmara Municipal de Coruche — 18.00; da organização de Volta do Vale/Coruche — Centro Social, 20.30; de Póvoa de Santarém/Santarém; de Carregueiros-Tomar.

### • SETUBAL

Plenário da organização da freguesia de S. Martinho/Alcácer — CT de Casebres, 20.30; da organização dos agricultores e freguesia de Alcochete — CT Alcochete, 21.00; da célula da RN/Almada — CT concelho, 21.30; dos sectores Têxtil, TLP, CTT, Função Pública, Bancários e célula Pão de Açúcar/Almada — CT concelho, 21.30; da organização local de Pia Raposo — 21.00; dos sectores têxtil, conserveiro, trabalhadores sindicais, construção civil, EDP de Setúbal — CT concelho, 21.00.

### • VILA REAL

Assembleia plenária do concelho de Vila Pouca de Aguiar — salão dos Bombeiros Voluntários, 21.00.

## Sábado 19

### • AVEIRO

Assembleia plenária da organização do concelho de Castelo de Paiva — Cinema da Casa do Pessoal das Minas do Pejão, Estação, Raiva/Castelo de Paiva, 15.00.

### • BRAGA

Assembleia plenária da organização concelhia de Esposende — Escola Primária, 15.00; da organização concelhia de Barcelos — CT, 21.30.

### • BRAGANÇA

Assembleia plenária das organizações concelhias de Freixo de Espada à Cinta e Mogadouro — Escola C+S de Freixo de Espada à Cinta, 21.00.

### • CASTELO BRANCO

Assembleia plenária da organização do concelho de Penamacor — Casa do Povo, 20.00.

### • COIMBRA

Assembleia plenária das freguesias Norte do concelho

# Agenda / *Avante!*



da Figueira da Foz – salão da creche de Santo Amaro da Boiça, 21.30; das organizações de freguesia da zona Sul do concelho de Coimbra – Centro Popular de Trabalhadores da Honraria/Ceira, 21.00; das freguesias da Margem Direita do Mondego do concelho de Coimbra – salão da Junta de Freguesia de S. João do Campo, 20.00; da organização de freguesia de Olivais-Sul/Coimbra – Esc. Prim. do Bairro Norton de Matos, 15.00; das células dos Bancários, CTT e Seguros do concelho de Coimbra – CT, 15.00; das organizações de freguesia da Margem Esquerda do concelho de Coimbra – sala da Junta de Freguesia, Vila Pouca do Campo, 21.00; da fre-

## Torres Novas elege delegados

Reúne no próximo domingo, dia 20, a Assembleia da Organização Concelhia de Torres Novas do PCP para a eleição da nova Comissão Concelhia e dos delegados ao XII Congresso, iniciativa que terá lugar na Alcaidaria do Castelo. Raimundo Cabral, membro da Comissão Política do CC do PCP, participará na iniciativa.

A sessão terá início às 10.00 com a discussão da situação políti-

ca do Concelho; segue-se a aprovação de um plano de trabalho orgânico e de um documento com as propostas alternativas do Partido para a solução dos grandes problemas do Concelho. Das 13.00 às 15.00 haverá um almoço-convívio.

Os trabalhos recomeçarão às 15.00 para debate dos documentos propostos ao XII Congresso, finalizando com a eleição dos delegados.

guesia de S. Martinho do Bispo/Coimbra – Casas Novas, 16.00; da organização concelhia de Soure – 21.00; das células de empresa do concelho da Figueira da Foz – Escola Rui Martins, 15.00.

• **LEIRIA**  
Assembleia plenária da organização da Batalha – CT Leiria, 21.00; de Porto de Mós – Centro de Trabalho, 21.00; de Caldas da Rainha – CT, 15.00

• **FARO**  
Assembleia plenária de Monchique para discussão de teses e eleição de delegados – CT, 15.00; da freguesia de Quarteira/Loulé – CT, 21.00; da freguesia de Mexilhoeira Grande – Casa do Povo, 21.00.

• **GUARDA**  
Assembleia plenária do concelho de Pinhel – Casa do Povo,

20.30; do concelho de Gouveia – Centro de Trabalho.

• **LISBOA**  
Assembleia plenária do sector Artes e Letras/OLL – CT Vitória; do concelho de Azambuja (Baixo) – CT Azambuja, 21.00, com a participação de Hipólito dos Santos; da organização local do Prior Velho – JF do Prior Velho; da organização da Pontinha – Centro de Dia da 3.ª Idade da Pontinha –

15.00; de Serra da Luz e Santa Maria/Pontinha – CT da Serra da Luz, 21.30; do sector Hotelaria da OLL – CT Duque de Loulé, 15.00; das freguesias de Campo Grande, Alvalade e S. João de Brito (OLL) – CT António Serpa, 16.00; da freguesia de Carnide – JF de Carnide, 21.00; da organização do Sobralinho – CT, 16.00; da célula da Solvay – CT Rio de Mouro, 16.00; das freguesias de Santa Maria e S. Martinho e célula da CM/Sintra – CT Sintra, 16.00; da freguesia do Beato – CT Beato, 15.00; da freguesia da Falagueira-Venda Nova – Soc. Filarmónica da Amadora, 15.30; da célula

da Cometa – 18.30; da freguesia da Brandoa – Pavilhão dos Reformados da Brandoa, 21.30; da freguesia de Sacavém – CT Sacavém, 15.00, com a participação de José Casanova; da organização de Sapataria/Sobral; das freguesias de Cadaval – CT, 21.00; dos Prazeres/Lisboa – CT Prazeres, 15.30; da célula dos CTT – CT Alfama, 15.30; da freguesia de Belas – CT Belas, 16.00; da freguesia de Pero Pinheiro – CT Fação, 16.00; da freguesia de Algueirão-Mem Martins – 15.30; da célula do Ministério da Educação (F. Pública) – CT Vitória, 15.00; da freguesia de Queluz – CT

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

# O militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



com o PCP por uma democracia avançada no limiar do século XXI

1 a 4 de Dezembro de 1988 PORTO

A situação política, as acções de massas e o XII Congresso do PCP.

O debate no Partido mobiliza as organizações e os seus membros



## Alto Minho

A preparação do Congresso no Alto Minho prossegue no fim-de-semana, com duas importantes assembleias para discussão das Teses e dos projectos de Programa e alterações aos Estatutos e para eleição de delegados; ambas têm início marcado para as 14.30.

**Sábado**, no salão dos Bombeiros Voluntários de Viana do Castelo reúnem os camaradas da organização concelhia de Viana, e de organismos directamente ligados à comissão distrital (células dos Estaleiros, da Portucel e da FN, sectores da saúde, função pública, professores, bancários, comércio e escritórios, e outros).

**Domingo** na Sociedade de Instrução e Recreio Vilamourense, em Vilar de Mouros realiza-se a assembleia plenária dos camaradas dos concelhos de Melgaço, Monção, Valença, Vila Nova de Cerveira e Caminha.

Na reunião de sábado são eleitos 14 delegados, na de domingo — seis.

No distrito de Viana do Castelo realizaram-se, segundo um balanço que chegou anteontem à nossa redacção, mais de três dezenas de reuniões preparatórias do Congresso, com a participação de mais de 250 camaradas.

# Agenda

Avante!



Queluz, 16.00; da célula da **Transtejo** - CT Almada, 15.00; da freguesia de **Alcântara** - CT Alcântara, 15.00; da célula dos **juristas** - CT Vitória, 11.00; da organização da freguesia do **Cacém** - sala da Junta de Aqualva-Cacém, 21.00; das freguesias de **Belém e S. Francisco Xavier** - CT Alcântara; da organização da **Zona 1 de Chelas** - Comissão de Moradores da Zona 1, 21.00; da freguesia de **Marvila** - CT Marvila, 16.00; da célula do **MES** (F. Publ.) - CT Alameda, 10.00; da organização de **Venteira/Amadora** - CT Amadora, 21.00; de **Reboleira Amadora** - salão da Junta de Freguesia, 16.00; de **Buraca e Alfragide** - Junta de Freguesia da Buraca; das células da **CEL-CAT, Sotranco e Edifer** do concelho da Amadora - CT Amadora, 10.00.

• **PORTALEGRE**  
Reunião plenária da organização de **Degolados Campo Maior** - CT, 21.00; do concelho de **Gavião** - Casa do Povo, 18.00.

• **PORTO**  
Assembleia plenária da organização de **Águas Santas/Maia** - CT da Areosa, 21.30; das organizações de **Gueifães, Milheirós, Nogueira** - Esc. Prim. de Gueifães, 21.30; da cidade da **Maia** e de **Moreira, Vila Nova**

da **Telha e interior do concelho da Maia** - Centro de Trabalho da Maia, 15.00; do concelho de **Felgueiras** - CT de Felgueiras, 15.00; da organização dos **Bancários do Porto** - CT da Boavista, 15.00; da organização dos **Serviços Porto** - CT da Rua do Almada, 15.00; das organizações locais de **Madalena, Gulpihares e Serzedo/Perosinho-Gaia**; assembleia plenária da célula dos **TLP** - Centro de Trabalho da Boavista, 15.00.

• **SANTARÉM**  
Assembleia plenária da organização de **Santa Justa/Couço** - Centro Social, 20.30; das organizações de **Coruche, Santana, Branca, Erra, Lamarosa, Fajarda e Biscainho** - Centro de Cultura de Coruches, 15.00.

• **SETÚBAL**  
Assembleia plenária das comissões locais da vila de **Alcácer do Sal** - Solar das Salemas, 15.00; das células de empresa de **Alcochete** - 21.00; das freguesias do **Samouco e S. Francisco/Alcochete** - Junta de Freguesia do Samouco, 21.00; da freguesia da **Cova da Piedade** - CT concelho de Almada, 14.30; da **Costa da Caparica** - CT, 16.00; de **Monte de Caparica** - CT, 16.00; da freguesia de **Almada** - CT de Almada, 15.00; da organização

## Poder Local Debate em Setúbal

Com a participação do camarada Luís Sá realiza-se amanhã à noite, com início às 21 horas, no salão da Junta de Freguesia de S. Sebastião, Setúbal, um debate promovido pela Comissão Concelhia do PCP sobre desenvolvimento, finanças locais e regionalização.

da **Função Pública do Barreiro** - CT concelho, 16.00; dos militantes do sector **Serviços/Barreiro** - CT concelho; da freguesia de **Santo António/Barreiro** - CT St.º António; da freguesia de **Santo André/Barreiro** - CT St.º André; da célula da **Quimigal** - CT concelho do Barreiro; da célula dos trabalhadores da **autarquia do Barreiro** - CT concelho; da freguesia do **Alto do Seixalinho** - CT concelho do Barreiro, 15.00; da freguesia de **Alto-Estanqueiro/Montijo** - 16.00; da freguesia de **Jardia** - 16.00; da freguesia de **Pinhal Novo** - CT Pinhal Novo; de **Bairro Alentejano/Palmela**; de **Águas de Moura/Palmela** - Salão Joaquim Lopes, 21.00; das freguesias de **Pontes e Alto da**

**Guerra** - Cooperativa das Pontes, 15.00; da **freguesia e empresas de Azelão** - CT Brejos de Azeitão, 15.00; do sector **Função Pública de Setúbal** - CT concelho, 15.00.

• **VIANA DO CASTELO**  
Assembleia plenária da organização local, células de empresa e sectores profissionais do concelho de **Viana do Castelo** - Salão dos Bombeiros Voluntários de Viana do Castelo.

• **VILA REAL**  
Assembleia plenária do concelho de **Montalegre** - Escola Preparatória, 21.00.

• **UISEU**  
Assembleia plenária das organizações dos concelhos de **Vouzela e Oliveira de Frades**.

### Domingo

• **BRAGANÇA**  
Assembleia plenária da organização do concelho de **Torre Moncorvo** - Escola Secundária de Moncorvo, 21.00.

• **COIMBRA**  
Assembleia plenária das organizações das freguesias Sul do concelho da **Figueira da Foz** - Leirosa, 15.30; da organização de freguesia de **Buarcos** - Casa dos Pescadores, 15.30; da organização concelhia de **Oliveira de Hospital** - 15.00; das organizações das freguesias de **Carvalho, Friúmes, Oliveira do Mondego, Paradela, Penacova, S. Pedro d'Alva, Sazes e Travanca do Mondego/Penacova** - 10.00.

• **GUARDA**  
Assembleia plenária da organização do concelho da **Guarda** CT, 14.30; do concelho de **Figueira de Castelo Rodrigo** - Casa do Povo, 15.00.

• **LISBOA**  
Assembleia plenária da organização da freguesia de **Ajuda** - CT Ajuda, 15.00; da org. de **Bom Sucesso/V. F. Xira** - CT Bom Sucesso, 21.00; da freguesia da **Charneca** - CT Galinheiras, 15.30; das organizações locais de **S. Pedro da Cadeira, Mucifal, Ponte de Rei, S. Mamede e Ventosa** - CT Torres Vedras, 16.00.

• **SETÚBAL**  
Plenário da organização local do **Charqueirão/Montijo** - 16.00.

• **VIANA DO CASTELO**  
Assembleia plenária das organizações dos concelhos do Vale do Minho: **Melgaço, Monção, Valença, Vila Nova de Cerveira e Caminha** - Clube Recreativo de Vilar de Mouros.

• **VILA REAL**  
Assembleia plenária da organização do concelho de **Alijó** -

Esc. Preparatória de **Alijó**, 15.00; do concelho de **Boticas** - Escola Primária de Vila Grande/Dornelas, 14.30; do concelho de **Vila Real** - Escola Preparatória Digo Cão, 15.00.

### Segunda

• **LISBOA**  
Reunião plenária do núcleo da **FNAC** - FNAC, 18.30; da célula da **Trefilaria/Loures** - CT Sacavém, 18.30; dos **Hospitais Cívicos de Lisboa** - CT Vitória, 21.00; dos **Professores de Lisboa (CPES/ES)** - CT Vitória, 21.00; da célula da **Caminho+Diversos** - CT Vitória, 18.00; das células da **A. Pessoa, Arlúquido, F. Santana, CRB, Doca Pesca, Termar, Redes Pesca, C. Mecânicas/OLL** - CT Alcântara, 18.30.

• **SETÚBAL**  
Assembleia Plenária da célula do **Arsenal/Almada** - CT concelho, 18.00.

### Terça

• **LISBOA**  
Reunião das células da **EPAL** em V. F.

**Xira e Alenquer** - CT Vila Franca de Xira, 10.00; da célula da **Tudor** - CT Castanheira, 18.00; da organização do Partido na **Marinha Mercante** - CT Vitória, 18.30; dos **Professores do Ens. Superior** - CT Vitória, 21.00.

### Quarta

• **LISBOA**  
Reunião plenária da célula do **Teatro** do sector Artes e Letras da **OLL** - CT Vitória; da célula da **RDP/Informação**; dos **Sind. Médicos** - CT Vitória, 18.30; do sector **Saúde** da **OLL** - CT Vitória, 21.00; da célula da **ANA-EP/Transportes** - CT António Serpa, 18.00; dos **TLP** - CT Vitória, 18.30; dos **Professores do Ens. Prim. e Especial/OLL** - CT Vitória, 18.30; das células dos hospitais **Egas Moniz, IPO e Pulido Valente** - CT Vitória, 18.00; da **AGPL, Picotos, J. Portuárias** - CT Santos, 18.30; da célula do **MES** (F. Publ.) - CT Alfama, 18.00.

### Quinta

• **LISBOA**  
Assembleia plenária da célula dos **escritores** do sector Artes e Letras - CT Vitória, com a participação de **José Casanova**; da **RTP-Informação** - CT Vitória.

21.00; da célula da **CM e SMAS de Vila Franca de Xira**; da organização local da **Castanheira**; da org. do Partido no **Min. das Finanças e INE** (Função Pública) - CT Alfama, 18.30; da organização local de **Alhandra** - CT, 21.30; da célula do **Hosp. Santa Maria** - CT Vitória, 21.00; das células dos trabalhadores do **Hosp. Júlio de Matos e Hosp. Miguel Bombarda** (sector Saúde) - 20.30; das organizações locais do **Bairro Alto, S. Paulo, Lapa, Sacramento e Santos** da **OLL** - CT Santos, 21.00.

• **VILA REAL**  
Assembleia plenária da organização do concelho de **Valpaços** - Escola Prep. de Valpaços, 21.00.

### Sexta

Reunião plenária da célula da **RTP** - CT Vitória, 21.30; da organização da freguesia da **Charneca** e célula da **Galinheiras/Ameixoeira** (OLL) - CT Charneca, 21.30; da freguesia de **S. Domingos de Benfca**; da célula da **CM Lisboa** - CT Duque de Loulé, 18.30; dos **professores** do Ens. Preparatório e Secundário (concelhos do distrito de Lisboa) - CT Vitó-

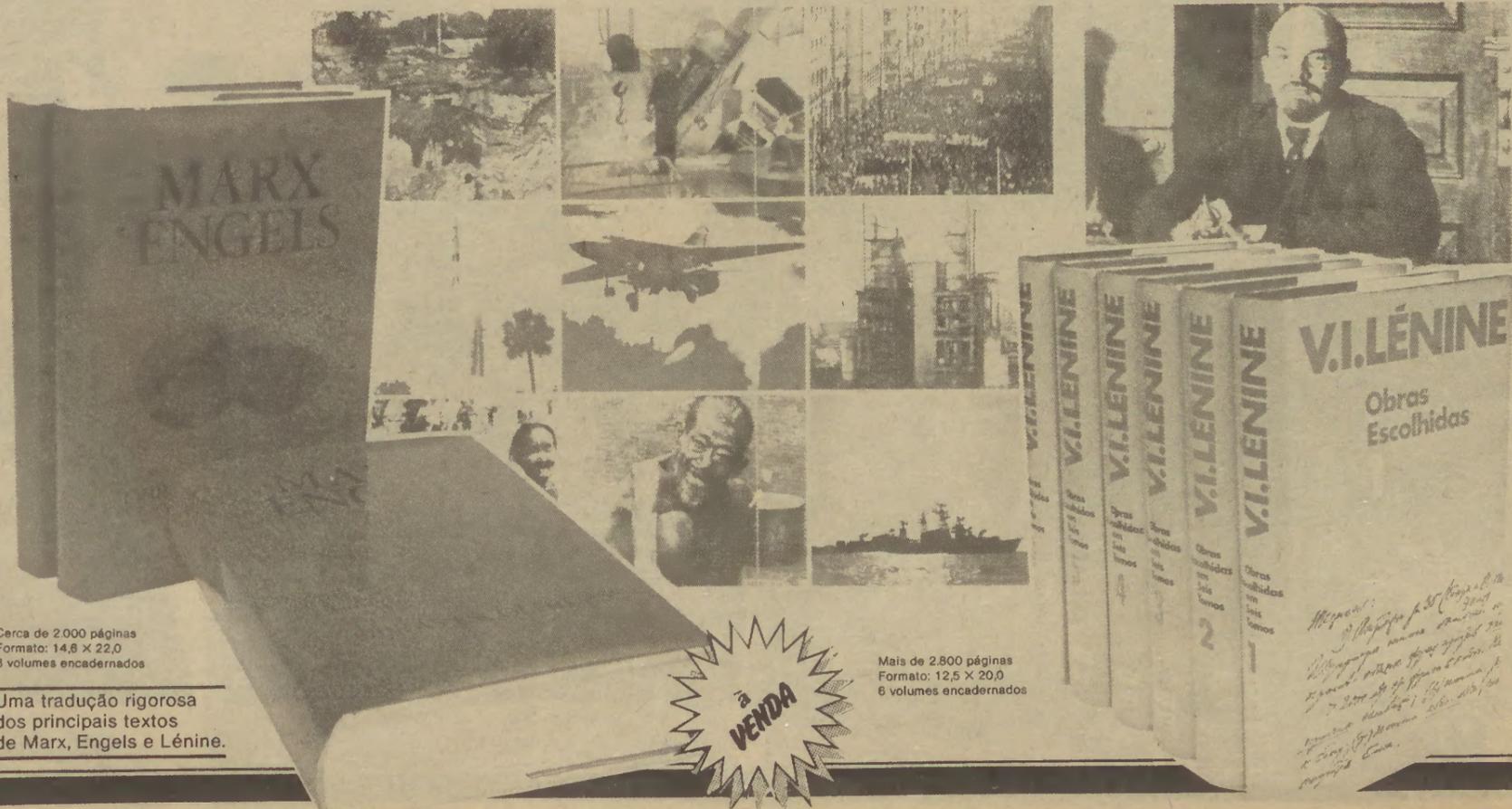
## Os clássicos do marxismo-leninismo

As obras fundamentais de Marx e Engels que nos facultam a chave da compreensão da sociedade e da natureza para transformar o mundo.

Obras Escolhidas de Marx-Engels em 3 tomos

Esta edição das Obras Escolhidas de V. I. Lênine permite ao leitor formar uma ideia do leninismo como teoria integral e harmoniosa da época contemporânea.

Obras Escolhidas de V. I. Lênine em 6 tomos



Cerca de 2.000 páginas  
Formato: 14,8 X 22,0  
3 volumes encadernados

Uma tradução rigorosa dos principais textos de Marx, Engels e Lênine.

Mais de 2.800 páginas  
Formato: 12,5 X 20,0  
6 volumes encadernados

à VENDA

# Agenda / *Avante!*

XIII  
congresso  
PCP



ria, 21.00; da organização local de Vila Franca de Xira - CT V. F. Xira, 21.30.

• **SETÚBAL**

Reunião plenária da célula da Lisnave - CT concelho de Almada, 18.30; da organização da freguesia de Pegões/Montejo - 21.00.

• **VILA REAL**

Assembleia plenária das organizações dos concelhos de Mondim de Basto e Ribeira de Pena - Escola C+S de Mondim de Basto, 21.00 do concelho da Régua - Esc. Prim. do Bairro Verde, Codim, 21.30.

• **LISBOA**

Plenário da freguesia do Lumiar - CT Lumiar, 16.00; da célula dos CTT; da célula da EPAL - 10.00; das células de empresa do Prior Velho - 18.30; da freguesia do Sobral de Monte Agraço - Centro de Trabalho, 21.00, com a participação de Hipólito dos Santos; de Quadros do concelho da Amadora - CT Amadora, com a participação de José Casanova.

• **SETÚBAL**

Assembleia plenária da freguesia do

Laranjeiro/Almada - CT, 18.00; da freguesia de Cacilhas - CT Almada, 21.30.

• **VIANA DO CASTELO**

Assembleia plenária das organizações dos concelhos do Vale do Lima: Ponte

de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Paredes de Coura.

• **VILA REAL**

Assembleia plenária da organização do concelho de Murça - Escola C+S de Murça, 21.00.



60 mil contos para a luta dos trabalhadores

CAMPANHA DE FUNDOS  
C.T.-DORS  
PCP



ALEGRIA,

DINAMISMO,

COMBATIVIDADE,



ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE SETÚBAL

## Intelectuais comunistas de Lisboa elegem delegados de 18 a 25 de Novembro

Dia 18 — C. T. Vitória - 21 H.  
**Quadros Técnicos**

Dia 19 — C. T. Vitória - 10 H.  
**Sector de Artes e Letras**

Dia 19 — C. T. Vitória - 11 H.  
**Célula de Juristas**

Dia 21 — C. T. Vitória - 21 H.  
**Empresas do Sector e Quadros Técnicos**

Dia 21 — C. T. Vitória - 21 H.  
**Professores do Ensino Preparatório e Secundário de Lisboa**

Dia 21 — C. T. Vitória - 21 H.  
**Professores do Ensino Superior**

Dia 22 — C. T. Vitória - 21 H.  
**Sector de Imprensa e Agências**

Dia 23 — C. T. Vitória - 18.30 H.  
**Professores do Ensino Primário e Especial**

Dia 23 — C. T. Vitória - 21 H.  
**Célula da Rádio**

Dia 24 — C. T. Vitória - 21 H.  
**Célula da RTP**

Dia 25 — C. T. Vitória - 21 H.  
**Professores do Ensino Preparatório e Secundário dos Concelhos do Distrito de Lisboa**

MIKHAIL  
GORBATCHOV

APROFUNDAR A  
PERESTROIKA

à  
VENDA

Colecção «Paz e Socialismo»  
edições  
*Avante!*



edições  
*Avante!*

# TV O Programa

## Quinta 17

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.20 - Telenovela «Selva de Pedra» (154.º epis.)
- 13.30 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série «Ilha da Fantasia»
- 14.15 - O Regresso de Antilope
- 15.00 - Musical Lionel Ritchie
- 16.00 - A Última Fronteira
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.15 - Tempos Modernos
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Telenovela «Passarelle»
- 21.15 - Série «Os Amores de Napoleão e Josefina» (últ. epis.)
- 22.10 - Os Trovante no Campo Pequeno
- 23.15 - 24 Horas
- 23.40 - Remate

### RTP2

- 15.00 - Série «Filhos e Filhas»
- 15.25 - Série «Joana»
- 16.30 - Série «Quem Sai aos Seus» (21.º epis.)
- 16.55 - Telenovela «Helena» (97.º epis.)
- 17.35 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Série «A Malta de Bronx» (3.º epis.)
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - O Fugitivo
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Série «Maude»
- 21.55 - Hora da Verdade
- 22.50 - Hitchcock Apresenta...

## Sexta 18

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.20 - Telenovela «Selva de Pedra»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série «A Herança dos Guldenburgs» (12.º epis.)
- 14.15 - Fantasia e Realidade
- 15.00 - Musical Huey Lewis
- 16.00 - A Última Fronteira
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.15 - Tempos Modernos
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Telenovela «Passarelle»
- 21.05 - Telemundo
- 21.35 - Teatro «O Corrigidor», de Alexander Vampilov, real. de Artur Ramos
- 23.15 - 24 Horas
- 23.50 - Remate
- 01.10 - Pela Noite Dentro «Toughlove — O Amor contra a Droga», real. Glenn Jordan — Inédito em Portugal.

### RTP2

- 15.00 - Série «Filhos e Filhas»
- 15.25 - Agora Escolha!
- 16.55 - Telenovela «Helena»
- 17.30 - Giramundo
- 18.00 - Série «Equinócio»
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - O Fugitivo
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Série «Maude»
- 22.00 - Africaníssimo
- 23.00 - Série «Berlim, Praça Alexandre» (6.º epis.)
- 23.55 - Rotações.

## Sábado 19

### RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 12.00 - Ballerina (1.º epis.)
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Recordes Guinness
- 13.35 - Parlamento
- 14.05 - Sessão da Tarde «O Direito de Viver», real. Michael Schultz (EUA/1983)
- 15.50 - Vivamusica
- 15.35 - Série «Miss Marple»
- 17.35 - O Romance da Raposa (3.º epis.)
- 17.50 - O Nosso Século
- 19.10 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.15 - Boletim Meteorológico
- 21.35 - Série «A Magia de David Copperfield»
- 22.30 - Série «O Medo» (2.º epis.)

- 23.45 - Cinema da Meia Noite «As Motos da Morte» («Mad Max»), real. George Miller (Austrália/1979).

### RTP2

- 09.00 - Compacto «Music Box»
- 12.00 - Série «A Nossa Turma»
- 13.05 - Compacto «Selva de Pedra»
- 16.00 - Estádio
- 19.30 - Magazine Cinema
- 20.00 - Music Box
- 20.50 - Elogio da Leitura
- 21.15 - Série «Hill Street» (12.º epis.)
- 22.10 - Concorde ou Talvez Não.

## Domingo 20

### RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 11.15 - Missa

- 12.05 - 70x7
- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Série «Quanta Água Correu Debaixo da Ponte» (5.º epis.)
- 14.00 - Estude-o (1.º programa)
- 14.55 - Primeira Matiné «Quem Ventos Semeia», real. Robert Parrish (EUA/1959, 96 min.)
- 16.45 - Clube Amigos Disney
- 19.00 - Série «O Justiceiro»
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.40 - Boletim Meteorológico
- 20.55 - Série «Regresso a Casa»
- 22.00 - Domingo Desportivo.

### RTP2

- 09.00 - Music Box
- 11.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos Horizontes
- 13.50 - Série «Veterinário de Província»
- 17.10 - Ideias & Negócios
- 17.50 - Série «A Bela e o Monstro» (13.º epis.)

- 18.40 - Século XX «Situação da Arte»
- 19.35 - Primeiro Andamento Sonatas de Beethoven por Sequeira Costa
- 19.55 - Série «Quem Sai aos Seus»
- 20.30 - Artes e Letras «Amadeu de Souza Cardoso»
- 21.30 - Cineclub «O Medo Devora a Alma», real. R. W. Fassbinder
- 23.00 - O Som da Surpresa

## Segunda 21

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela «Selva de Pedra»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série «O Império de Carson»
- 14.15 - Série «Um Amigo Especial»

- 15.00 - Musical Soul Session
- 16.00 - Série «A Última Fronteira»
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.15 - Tempos Modernos
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Telenovela «Passarelle»
- 21.10 - Série «Norte e Sul» (7.º epis.)
- 22.30 - A Escrita da Casa
- 23.00 - 24 Horas
- 24.00 - Remate

### RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha!
- 16.55 - Telenovela «Helena»
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Histórias Maravilhosas
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - O Fugitivo
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Série «O Sétimo Direito»
- 22.00 - Conta Corrente
- 22.25 - Teatro «The Devil's Disciple», de George Bernard Shaw

## Terça 22

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela «Selva de Pedra»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série «Dallas»
- 14.15 - Os Supergatos
- 15.00 - Musical — Joe Cocker
- 16.00 - A Última Fronteira
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.15 - Tempos Modernos
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Telenovela «Passarelle»
- 21.10 - Série «Modelo e Detective»
- 22.10 - Primeira Página
- 23.10 - Tribunal de Polícia
- 23.40 - 24 Horas
- 00.10 - Remate

### RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Elogio da Leitura
- 15.50 - Primeiro Andamento
- 16.25 - Lá em Casa Tudo Bem
- 16.55 - Telenovela «Helena»
- 17.35 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Music Box
- 19.55 - O Fugitivo
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Série «Maude»
- 21.55 - Cinemadois «Zazie no Metro» (Zazie dans le metro), real. Louis Malle (França/1960, 85 min.)

## Quarta 23

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela «Selva de Pedra»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Fama
- 14.15 - A Viagem do Mimi
- 15.00 - Musical — Billy Joel
- 16.00 - A Última Fronteira
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.15 - Tempos Modernos
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Vamos Jogar no Totobola
- 20.35 - Telenovela «Passarelle»
- 21.30 - Lotação Esgotada «Jogos de Guerra», real. John Badham (EUA/1983, 108 min.)
- 23.25 - 24 Horas
- 00.05 - Remate

### RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha!
- 16.55 - Telenovela «Helena»
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - A Rota da Seda
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - O Fugitivo
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Série «Maude»
- 22.00 - Série «Primo Basílio» (4.º epis.)



**O Amor Contra a Droga**  
Sexta-feira, RTP-1



**O Corrigidor**  
Sexta-feira, RTP-1



**O Direito de Viver**  
Sábado, RTP-1



**Berlim, Praça Alexandre**  
Sexta-feira, RTP-2



**Quem Ventos Semeia**  
Domingo, RTP-1



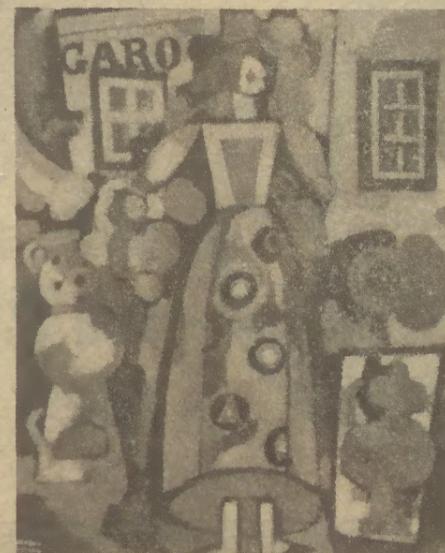
**«Ballerina»**  
Sábado, RTP-1



**Norte e Sul**  
Segunda-feira, RTP-1



**Quanta água correu debaixo da ponte...**  
Domingo, RTP-1



**Jogos de Guerra**  
Quarta-feira, RTP-1

**Amadeu de Sousa Cardoso**  
em Artes e Letras  
Domingo, RTP-2

# Exposições

## • LISBOA

**Alfredo Luz** — Pintura. Ditec-Espaço Arte, Av. Igreja, 46-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

**Ana Marchand** — Pintura. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00.

**Angelo de Sousa** — Escultura. British Council, R. S. Marçal. **António Palolo** — Pintura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 6/12).

**António Pimentel** — Pintura. Galeria de Arte dos CTT, Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 2.ª a 6.ª das 11 às 13.30 e das 14.30 às 19.00 (até 2/12).

**Clara Menéres** — Desenhos sobre argila. Loja de Desenho, R. Academia das Ciências, 2. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 10/12).

**Colectiva** — Tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências, 2-J. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

**Colectiva** — Trabalhos de Victor Belém, Rogério Quaresma, Isabel Mendes Ferreira e Helena Sá. Gal. Interni, R. Rodrigo da Fonseca, 51.

**Colectiva de fotografia** — Assoc. Portuguesa de Arte Fotográfica, R. das Chagas, 17, 2.º Dt.º. De 3.ª a 6.ª das 19.00 às 23.00 (até 30/11).

**Colectiva de Pintores Brasileiros** — Centro de Estudos Brasileiros junto da embaixada do Brasil, Estrada das Laranjeiras, 144. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 18.00

(até 17/11).

**Colectiva de Pintura** — Armando Alves, Darocha, Domingos Pinho, João Penalva, Júlio Resende, Maria José Aguiar, Mário Américo, Noronha da Costa, Pedro Tudela, Rogério Ribeiro, Zulmira de Carvalho. Gal. DN, R. António Maria Cardoso, 41. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00.

**Colectiva de pintura e escultura** — Gal. Fonte Nova, Estrada de Benfica (até 30/11). **«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro»** — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

**Dominique Baur** — Gal. IAM, R. Misericórdia, 92. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 19.00 (até 24/11).

**Eirão Gomes e Aureliano Aguiar** — Pintura e escultura. Galeria Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18-C. De 2.ª a sáb. das 9.00 às 13.00 (até 19/11).

**Escultura Portuguesa dos Sécs. XIII a XVIII**. Museu de Arte Antiga, Janelas Verdes.

**Fátima Cruz Neves** — Pintura. Gal. Voz do Operário, R. Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00 e das 20.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00, (até 2/12).

**Imagens do Tempo** — Escultura. Museu Nacional de Arte Antiga, R. Janelas Verdes (até Março).

**João Santiago** — Pintura (retrospectiva). Gal. de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian, Av. de Berna.

**John Demos e Paul den Hollander** — Fotografia. Centro

**Lisa Santos Silva**  
— Galeria Quadrum

*Lisboa pintada por Albino Moura*  
— na Costa da Caparica até fins de Novembro



de Arte Moderna. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00, 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.00.

**José António Flores** — Desenho. SNBA — Gal. de Arte Moderna, R. Barata Salgueiro, 38. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 20/11).

**José Esteves** — Escultura. Espaço A, R. S. Mamede ao Caldas. De 3.ª a sáb. das 17.00 às 20.00 (até

7/12).

**José Loureiro** — Pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Néri, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 4/12).

**José Manuel Soares** — Pintura. Gal. da Cervejaria Trindade, R. Nova da Trindade (até 20/11).

**Lisa Santos Silva** — Lisa Santos Silva — Pintura. Gal. Quadrum, R. Alberto Oli-

veira (Coruchéus). De 3.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 26/11).

**Martins Pereira** — Pintura. Gal. Miron, R. do Mirante, 14. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 30/11).

**Nuno San-Payo** — Pintura. Gal. Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48 (Algés). De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 25/11).

**Oskar Pinto Lobo**

— Retrospectiva de pintura. Museu de Arte Contemporânea da Gulbenkian (até 20/11).

**Pedro Casqueiro** — Pintura. Gal. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 23/11).

**Pedro Maia** — Escultura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Néri, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às

19.00 (até 4/12).

**Traje de Ópera** — Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor, Paço do Lumiar. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00 (até Novembro).

## • PORTO

**Ana Vidigal** — Pintura. Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 1/12).

**Fernando Pessoa** — O impossível-possível retrato — Colectiva de pintura. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00. Museu Soares dos Reis (até 20/11).

**Francisco Leiro** — (Galiza) — Escultura em madeira. Gal. Roma e Pavia, R. D. Manuel II, 346. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 20.00 (até 26/11).

**Jovem Escultura Portuguesa** — Casa

Serralves, R. Serralves. De 2.ª a sáb. das 14.00 às 20.00.

**Luis Demée** — Pintura. Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 68. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.30, sáb. das 15.00 às 19.30 (até 30/11).

## • OUTRAS LOCALIDADES

**Cerâmica** — Obras do Simpósio Internacional de Cerâmica/Alcobaça 87. (Até 5/12). Museu de ALCOBAÇA.

**João Cutileiro** — Escultura. Centro Cultural S. Lourenço (até 21/11) ALMANSIL.

**1.ª Bienal Municipal de Gravura** (obras a concurso e artistas convidados). Gal. Municipal/Recreios Desportivos (até 30/11) AMADORA.

**José Viana** — Pintura. Nova Galeria de Arte, R. Alfredo Figueira, 1 (até 26/11) BARREIRO.

**Albino Moura** — «Lisboa», pintura. Gal. Almandart, Av. Gen. Humberto Delgado — COSTA DA CAPARICA.

**Colectiva** — (Colecção Buchholz). Gal. Arcada, Arcadas do Parque. De 2.ª a 6.ª das 11.00 às 13.00 e das 14.00 às 20.00. ESTORIL.

**Loures em Imagens do passado** — A memória das coisas — (recolha fotográfica e etnográfica) — Museu Municipal/ Casa Adro. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 10/12) LOURES.

**Colectiva de Pintura** — Gal. Neupargama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00 e das 16.00 às 19.00. TORRES VEDRAS.

**Antes da tempestade**  
**A hora da luta aberta**  
**A dualidade de poderes**  
**Rumo à revolução socialista**  
**Todo o poder aos Sovietes**  
**Sim, esse partido existe!**  
**O fim da dualidade de poderes**  
**A insurreição armada na ordem do dia**  
**A crise amadureceu**  
**A revolução socialista triunfou**  
**A revolução em marcha**  
**Paz às cabanas, guerra aos palácios!**



Albert Nenarókov

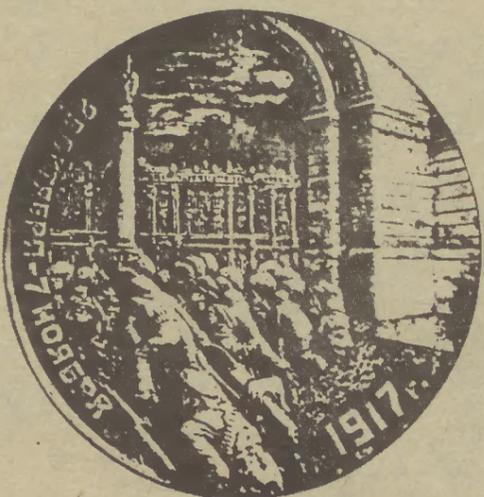
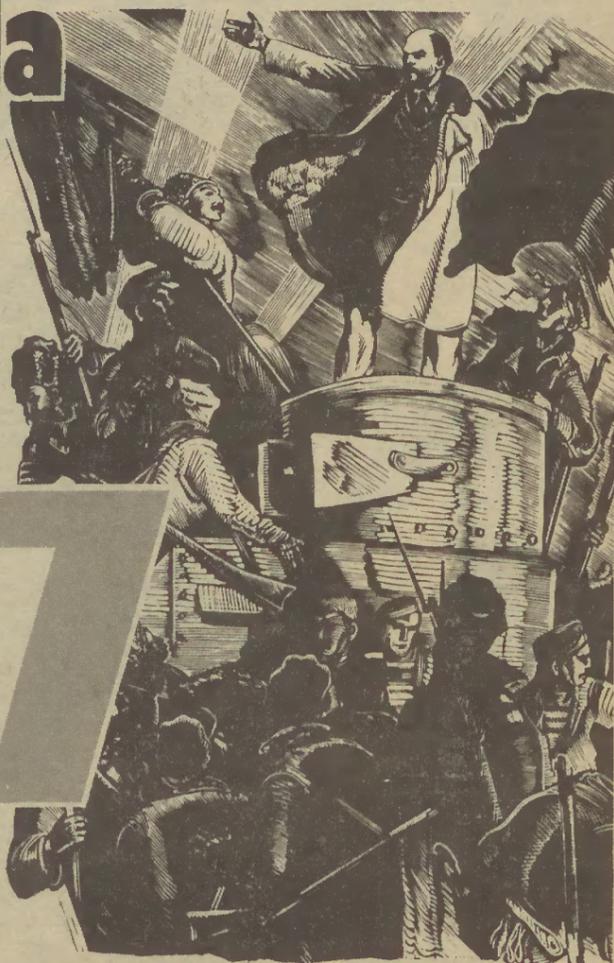
# História

## ilustrada

### da Grande Revolução Socialista de Outubro

# 1917

## na Rússia mês a mês



# Cinema A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Olhos Negros	—	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
<b>B</b>	Milho Vermelho	—	—	★★★★	—	★★★★
<b>C</b>	A Última Tentação de Cristo	—	★★★★★	★★★	★★★	★★★
<b>D</b>	Entrevista	—	—	★★★★	—	—
<b>E</b>	Inferno Vermelho	—	—	★★	—	★★★
<b>F</b>	Bom Dia Vietnam	—	—	★★	—	★★★

Classificação de  
★ a ★★★★★

A — Real. Nikita Mikhalkov — em Lisboa: Quarteto (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, sáb. também 23.30).  
 B — Real. Zhang Yimou — em Lisboa: Quarteto (15.00, 17.00, 19.00, 21.30; sáb. também 23.30).  
 C — Real. Martin Scorsese — em Lisboa: Alfa (15.15, 18.15, 21.30, 00.30); Apolo 70 (15.15, 18.15, 21.30), Mundial (15.15, 18.15, 21.30); Mundial (15.15, 18.15, 21.30), S. Jorge (14.30, 17.45, 21.00); no Porto: Charlot (até dia 15, às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 6.ª e sáb. também às 24.00).  
 D — Real. Federico Fellini — em Lisboa: Quarteto (14.30, 16.45, 19.00, 21.30; sáb. também 23.30).  
 E — Real. Walter Hill — em Lisboa: Amoreiras (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45, 24.00), Ávila (15.00, 17.00, 19.00, 21.45; 2.ª, 6.ª e sáb. também 23.45).  
 F — Real. Barry Levinson — em Lisboa: Alfa (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras (13.45, 16.45, 19.15, 21.45, 24.00); 7.ª Arte (15.00, 17.00, 19.00, 21.45; 2.ª, 6.ª e sáb. também 23.45); Tivoli (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); no Porto: Pedro Cem (até dia 15).



# Teatro O Cartaz

- LISBOA**  
 CAM — Sala Polivalente (Gulbenkian), R. Nicolau Bettencourt. 3.ª e 4.ª às 18.30, 5.ª e 6.ª às 21.00, sáb. às 16.00 e 21.00, dom. às 16.00. Erros Meus, Má Fortuna, Amor Ardente, de Natália Correia, enc. Carlos Avilez, cenário e fig. Emília Nadal, música Carlos Zingaro.  
 Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. Édipo Rei, de Sófocles, enc. João Mota, pelo Teatro da Comuna.  
 Mãe d'Água das Amoreiras (R. das Amoreiras, 101). 5.ª e 6.ª às 21.00, sáb. e dom. às 17.00. Um para o Caminho, de Harold Pinter, enc. Fernando Corte-Real.  
 Teatro da Graça (Tv. S. Vicente, 11). De 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. Vieux Carré, de Tennessee Williams, enc. Carlos Fernando, pelo Grupo de Teatro Hoje.  
 Teatro Variedades (Parque Mayer). De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. A Prova dos Novos!, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.
- PORTO**  
 Teatro Sá da Bandeira (R. Sá da Bandeira, 10). De 3.ª a 5.ª às 21.30, 6.ª e sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. Olha a Bolsa ó Zé, de César Oliveira e Henrique Santana, enc. Paulo César.  
 Associação Cultural J. Stobbaerts (junto ao Teatro Gil Vicente). De 3.ª a dom., 21.30. MacBeth, de Shakespeare, enc. Jorge Listopad, pelo Teatro Experimental de Cascais.
- CASCAIS**  
 Para Crianças  
 TIL (R. Leão de Oliveira, 1 — ao Calvário). Sáb. e dom. às 16.00. A Nuvem Que Não Queria Chover, de Fernando Bento Gomes, enc. Kim Cachopo.
- ALMADA**  
 Teatro Municipal de Almada (R. Conde Ferreira). De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. D. Rosinha, a Solteira, de Garcia Lorca, enc. Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada (até 19/11).

# ...e ainda Música, debates, etc.

Amanhã termina a semana do teatro de Viana do Alentejo, promovida pela Câmara Municipal; a companhia do Centro Cultural de Évora apresenta, às 16.30, no cine-teatro vianense, «O Juiz da Beira», de Gil Vicente. A entrada é livre.

Iniciou-se ontem na Fundação Gulbenkian (Lisboa) o IX Encontro sobre literatura para crianças; hoje às 10 horas Carlos Correia fala sobre «Fantástico», Carlos Pinhão — às 15.00, sobre «Humor»; amanhã Manuel António Pina faz uma comunicação sobre «Non-Sense» e Lygia Bojunga Nunes — «O livro».

A Gesto Arte promove em Évora no dia 26 deste mês o 1.º Encontro de Poetas de Évora, na Galeria Municipal (Rua das Fontes, 41). Informações e contactos para a Gesto Arte, Rua do Fragoso, 8, 2.º.

## Alcochete

### Cânticos de paz contra o Campo de Tiro

Neste fim-de-semana, dias 19 e 20 de Novembro, realiza-se um acampamento nacional em terrenos de Benavente, em sinal de protesto contra o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete e contra a forma como este processo tem sido conduzido. Consta do programa um cântico pela paz junto ao Campo de Tiro e a Sessão Plenária do Tribunal de Opinião.

Esta iniciativa conta com o apoio de dezenas de entidades, considerando as organizações signatárias que o alargamento do Campo de

Tiro de Alcochete «é injustificável em termos de defesa nacional e corresponde a uma estratégia errada de desenvolvimento, que privilegia a indústria de armamento internacional em detrimento do aproveitamento dos recursos locais, da segurança das populações e da integridade da Reserva Natural do Estuário do Tejo». A iniciativa vem na sequência de um conjunto de acções já realizadas com grande êxito e impacto, de que há a destacar o Tribunal de Opinião que terá no próximo fim-de-semana a sua sessão plenária.

da Canção Juvenil de Sacavém, que é organizado pela Junta de Freguesia local com o apoio da CM de Loures e está marcado para dia 26 de Novembro, às 15.30, no cinema S. José.

## Cinema

O primeiro destaque vai para «A Parente», de Nikita Mikhalkov, integrado no ciclo que o ABC Cineclube de Lisboa está a dedicar a este realizador soviético: amanhã, sexta-feira, às 18.45 nas salas do Quarteto.

Da responsabilidade do ABC é também a projecção de «O Último Milionário», de René Clair, programada para terça-feira, dia 22, às 18.30, na Sociedade Portuguesa de Autores (Av. Duque de Loulé).

No que respeita a sessões especiais, de destacar é ainda um ciclo que já teve início na Cinemateca Portuguesa: «Manoel de Oliveira em contexto». Além dos filmes do próprio Manoel de Oliveira que em seguida se anunciam, filmes de outros realizadores — Chaplin, Hitchcock, Lubitsch, De Sica, Rossellini... — que a crítica (ou alguma crítica) aparenta, por diferentes razões, ao autor de «Os Canibais». Assim, de Oliveira:

— dia 19, 21.30 — O Pintor e a Cidade/1958, O Pão/1959 e As Pinturas do Meu Irmão Júlio/1965;  
 — dia 21, 21.30 — A Caça/1964 e Acto da Primavera/1963.

No Quarteto, em dia de aniversário, cinema durante toda a

noite de domingo para segunda-feira, nas quatro salas. Das 00.00 h às 10.00 h da manhã seguinte, com sessões de duas em duas horas, 24 filmes

recentes, quase todos americanos, todos êxitos de público, alguns também da crítica. Os bilhetes já estão à venda e custam cada um 100\$00.

## Música

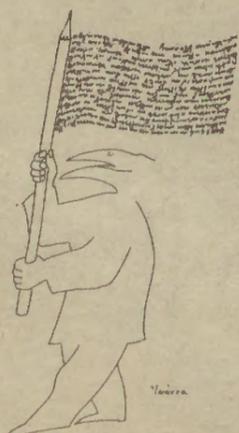
Os irmãos Boulou e Elios Ferré dão hoje um concerto de jazz, às 21.30, no auditório Carlos Alberto, no Porto; sábado, também a partir das 21.30, estarão em Lisboa, no Instituto Franco-Português.

No antigo cinema de Oeiras o maestro José Atalaya e o pianista Pedro Burmester fazem «Música em diálogo», domingo, a partir das 17 horas.

Amanhã termina o prazo para as inscrições dos concorrentes ao 3.º Festival

## CESL

Música, artesanato e gastronomia da Guiné-Bissau vão estar amanhã, a partir das 21.30, no «espaço CESL» (Rua Almirante Barroso, à Estefânia), em mais uma iniciativa do ciclo que o Sindicato do Comércio de Lisboa promove sobre os descobrimentos portugueses. Nesta sexta-feira, dedicada à Guiné-Bissau, participa também o embaixador guineense em Portugal.



# Bancas de Natal

BANCA de NATAL

NO CENTRO DE TRABALHO DA AMADORA



A realização do XII Congresso do Partido obriga a elevados gastos financeiros que, sem a tua contribuição, serão mais difíceis de enfrentar. Por isso, apelamos a que contribuas para o Partido, fazendo as tuas compras de Natal no Centro de Trabalho da Amadora, de 15 de Novembro a 16 de Janeiro.

brinquedos . cristais . loiças . roupas . chocolates . livros . discos . cassetes, etc.

A LOJINHA DO VITÓRIA

A PARTIR DE 15 DE NOVEMBRO, DAS 10 ÀS 21 HORAS.

AOS DOMINGOS DAS 10 ÀS 13 HORAS

NELA PODERÁS COMPRAR OS TEUS PRESENTES DE NATAL (ARTESANATO URBANO E DE PAÍSES SOCIALISTAS).

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

# Tempo Fim de Semana



Céu pouco nublado ou limpo, vento fraco de Leste e Sueste.

No Vitória, em Lisboa, já abriu a «lojinha», onde podemos encontrar os mais diversos presentes de Natal, incluindo uma interessante variedade de artesanato nacional e dos países socialistas. Horário de funcionamento: de segunda a sábado das 10 às 21 horas e aos domingos das 10 às 13h.

No sábado abre o grande mercado de Natal do CT da Boavista, no Porto. De segunda a sábado funciona das 14.30 às 23 horas, aos domingos das 14.30 às 20 horas e durante o Congresso das 21 às 23 horas.

Mas as bancas de Natal não ficam por aqui. Em várias regiões do País, os CTs do PCP estão já ou vão brevemente conhecer a animação das vendas natalícias. Por exemplo, no distrito de Leiria está tudo a postos, na Marinha Grande e não só. No distrito de Setúbal muitos dos concelhos terão também já a partir do próximo fim-de-semana bancas de Natal com produtos de qualidade e a preços convidativos. Aqui, na região setubalense, estas bancas estão profundamente associadas à campanha de fundos para o novo CT da DORS, em construção na capital do Sado.

Uma palavra ainda para o CT da Amadora, cuja banca funcionará até 16 de Janeiro, com brinquedos, cristais, loiças, roupas, chocolates, livros, discos, etc.

# a TV

## Estávamos bem arranjados...

Tivemos finalmente na RTP alguns minutos de esclarecimento da opinião pública, no campo social e político. Não por mérito, infelizmente, da Informação da casa. Essa gosta mais de passear por outros países e debater os seus problemas políticos internos...

O mérito pertenceu ao PCP que utilizou o seu **Tempo de Antena** para uma reflexão sobre temas como a inflação, a CEE, o acordo Cavaco-Constâncio para a revisão constitucional, etc.

Um dos temas igualmente levantado foi a ausência de debates políticos na RTP. Assim é, de facto. Discussão de problemas nacionais foi coisa que nunca mais houve.

Porquê? Primeiro, para dar a ilusão de que está tudo bem, que ninguém discorda. Depois, para amolecer o sentido crítico dos portugueses e assim enfraquecer as suas defesas. Em seguida, dar a entender que não existe oposição nem alternativa. Finalmente, para o povo português não ver, com os seus próprios olhos, quem representa de facto a oposição. Ao Governo interessa-lhe dar a ilusão de que oposição mora no PS. Estaríamos bem arranjados, se assim fosse...

De facto, como foi dito, o Governo gosta de falar sozinho. «É mais cómodo...».

## Estados Unidos, probrezinhos!

O embaixador americano em Portugal foi entrevistado para **Telemundo**. Trata-se, como foi dito, da primeira entrevista formal concedida por Edward Rowell. Pois fois. Resta saber se teria valido a pena ou seja, se, através dela, os portugueses teriam ficado mais esclarecidos a respeito de alguns problemas. E não ficaram. Por culpas que não podem atribuir-se aos entrevistadores.

Assim, não se soube nada de concreto a respeito, por exemplo, dos acontecimentos de bastidores que rodearam a sua escolha para o lugar — e em boa verdade ninguém esperaria que o senhor Rowell os fosse desvendar. Também nada adiantou sobre a astronómica dívida externa do seu país. É melhor não falar em coisas tristes. Quanto aos entraves à importação do calçado português os esclarecimentos foram insuficientes — e o optimismo quanto aos entraves dos têxteis, tem muito que se lhe diga.

Onde o embaixador se meteu mais nas encolhas, porém, foi na questão da base das Lajes. Deixou bem claro, isso deixou, que Portugal devia ser compreensivo quanto às dificuldades americanas. Ora essa, **boss**, fique descansado, enquanto houver um pobre em Portugal, continuaremos a ser «compreensivos» para com o vosso **calote**, perdão!, para com o vosso assalto, desculpe!, para com a vossa situação...

A certa altura o embaixador declarou que as relações com os Açores têm sido mantidas... através de Portugal.

Homemal, então deviam ser através de quem? Açores é terra portuguesa, sabia?

Sabe, claro. Foi lapso...

## Essa tem a sua graça!

As eleições americanas tiveram grande repercussão nos noticiários da RTP. Quero no entanto chamar aqui a atenção dos meus leitores para a análise da situação feita pelo director da Informação, e enviado especial, José Eduardo Moniz, no Jornal de Sábado. Sublinharei algumas observações de quem acompanhou atentamente o processo: «Para os americanos dos nossos dias, a guerra-fria acabou há muito». «A tendência hoje é para a aproximação com a União Soviética».

Também, pessoalmente, creio que este é o facto mais importante do nosso tempo para a construção da Esperança. Realmente, jamais, desde a última guerra (agora começa-se a acreditar que foi realmente a última), o nível do medo desceu tanto. E ninguém duvidará de que, na base deste processo, ocupa singular relevo a política de paz coerentemente praticada pela União Soviética.

Mas se esta situação é mais ou menos conhecida de grande parte da audiência, o referido enviado especial acrescentou um pormenor de grande significado. Textualmente: «Hoje o grande adversário dos Estados Unidos, mesmo na questão da segurança nacional, é o Japão. É assim que os americanos veem as coisas».

Vejam lá, meus amigos, as voltas que o mundo dá... para aqueles que têm da realidade histórica uma visão idealista. Afinal, apesar das aparências mais ou menos «comunitárias», o capitalismo permanece dilacerado pelas suas contradições.

Marx e Lenine desactualizados? Tem graça...

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## U? E? O! Já está!

Nos locais discretos da generalidade da imprensa portuguesa surgiu uma notícia, esta semana, que deve ser objecto de reflexão, tanto pelas suas implicações para o País, como pela forma como aparece. Sem qualquer consulta ou simples informação ao comum cidadão, de quem se lembram mais quando o vêem no papel de eleitor, os nossos governantes consumaram a adesão de Portugal a uma coisa que se chama UEO — União Europeia Ocidental.

## Pressões e armamento

«A entrada de Portugal e Espanha para a UEO coincide com um incremento de pressões de Jacques Delors e do «Independent European Programme Group», no sentido de ser discutido, no marco europeu, um Mercado Comum de Armamento. A 9 de Novembro, os ministros da Defesa dos países europeus da NATO debateram no Luxemburgo um plano de acção, baseado num antigo relatório de Henk Vredeling (antigo ministro da Defesa holandês), o qual se centra na necessidade dos países europeus passarem a adquirir prioritariamente as suas armas no espaço do Velho Continente.

Do encontro, surtiu igualmente a ideia de «Joint Ventures» para a produção de armamento sofisticado, sendo o avião «Tornado» apresentado como um exemplo do sucesso de tal política. O próximo projecto seria a construção de uma «Fragata Europeia».

Julga-se, todavia, que a tentativa de Jacques Delors de envolver especificamente a CEE em política de defesa, e impor impostos aduaneiros adicionais a armamento norte-americano, será bloqueada por Thatcher, que entende que a mesma poderá criar indesejáveis fricções na NATO.»

(«Semanário», 12 de Novembro)

## Um dia histórico

«Portugal assinou ontem, juntamente com a Espanha, o protocolo de adesão à União Europeia Ocidental (UEO), tendo aceiteado sem reservas tanto a plataforma de Haia, de 1987, como a declaração de Roma de 1984. A cerimónia decorreu em Londres, no Centro de Conferências Queen Elizabeth II, tendo a data sido considerada por Sir Geoffrey Howe (o Reino Unido assumiu a presidência da UEO em Julho) como «um dia histórico para a Europa».

Numa conferência de imprensa, após a assinatura do protocolo pelos ministros dos Estrangeiros dos nove países que integram a União, o ministro português João de Deus Pinheiro referiu, como contrapartidas a oferecer por Portugal, «uma política de defesa e uma política externa bastante consistente, uma posição geoestratégica, no que diz respeito à Europa Ocidental, que é fácil de identificar como uma posição-chave na defesa de todo o flanco Oeste, e um conhecimento de zonas geoestratégicas mundiais em África, na América do Sul e noutros continentes».

Por seu turno, o ministro da Defesa, Eurico de Melo, disse que Portugal tem um programa de reequipamento das Forças Armadas, nomeadamente, apontando para a aquisição de fragatas e de aviões «F-16».

(«Diário Popular», 15 de Novembro)

## A negociação

«Um cumprimento caloroso entre os ministros João de Deus Pinheiro e Francisco Fernandez Ordonez, sob o olhar satisfeito do ministro da Defesa britânico, George Younger, foi assim que os fotógrafos começaram por registar o alargamento da União Europeia Ocidental (UEO) a Portugal e Espanha, quando tudo se preparava para a cerimónia de assinatura do protocolo de adesão.»

«O vector nuclear da estratégia da UEO criou alguns problemas na negociação da adesão de Espanha, que veio a aceitar, sem reservas, os princípios estabelecidos na plataforma de Haia da UEO. Mas uma coisa são os princípios e, na prática, a Espanha decidirá o seu contributo para a NATO, segundo o estatuto actual que a mantém fora do esquema militar da Aliança.»

O caso português não ofereceu problemas negociais e o ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, declarou que Portugal aceita sem reservas as plataformas da UEO de 1987 e a declaração de Roma de 1984, em que se define a estratégia da defesa europeia, baseada na combinação adequada de forças convencionais nucleares.

No seu discurso, João de Deus Pinheiro sublinhou a importância política do reforço do pilar europeu da NATO. «Estamos firmemente convencidos que o esforço de defesa europeia mais acentuado, justificando o conceito de um pilar europeu dentro da NATO, é uma contribuição vital para a relação de segurança ainda mais estável e coesa com os nossos aliados norte-americanos e canadianos.»

Deus Pinheiro disse que uma maior unificação da Europa servirá a segurança do continente, directamente através do reforço da Aliança transatlântica, que assenta em dois pilares unidos por valores e interesses comuns.»

«O protocolo de adesão afirma a determinação de desenvolver uma identidade de defesa europeia mais coesa que proporcione uma aplicação efectiva das obrigações de solidariedade, contidas nos tratados de constituição da UEO e da NATO. O protocolo terá agora de ser ratificado pelos Parlamentos de Portugal e de Espanha e uma declaração anexa estabeleça que determinadas cláusulas do tratado subscrito, com relevância específica nos níveis das forças militares dos Estados membros, poderão ser reexaminadas se tal for julgado apropriado.»

(«Europeu», 15 de Novembro)

## Muito importante

«A União Europeia Ocidental tem um papel muito importante a desempenhar e Portugal, juntamente com os seus aliados e parceiros, deseja contribuir sem reservas

para a utilização desta organização, disse ontem o ministro português dos Negócios Estrangeiros.

João de Deus Pinheiro falava na cerimónia de assinatura do protocolo de adesão da UEO, em Londres, a que assistiu o ministro da Defesa, Eurico de Melo, além dos ministros dos Negócios Estrangeiros e Defesa dos sete países membros (Reino Unido, França, Alemanha Federal, Holanda, Bélgica, Luxemburgo e Itália).»

(...) «Estamos convictos — prosseguiu — que um mais forte esforço europeu de defesa, que analisará o conceito de um pilar europeu na NATO, constitui uma contribuição vital para uma ainda mais estreita associação de segurança com os nossos aliados americanos e canadianos».

Deus Pinheiro notou que o desejo da UEO de contribuir para uma maior unificação da Europa deve ser considerado como servindo a segurança do continente europeu, tanto directamente como através do fortalecimento de uma aliança atlântica que se baseia em dois pilares unidos por valores e interesses comuns.

«Tais laços — disse — implicam uma partilha adequada dos encargos e riscos de uma política de segurança comum, e também a indispensável presença de forças convencionais e nucleares norte-americanas na Europa Ocidental, como inequívoco empenhamento na sua defesa».

(«Jornal de O Dia», 15 de Novembro)

## As contrapartidas

«O ministro português dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, assinou ontem em Londres o protocolo de adesão de Portugal à União Europeia Ocidental (UEO), numa cerimónia na qual estiveram presentes, além do ministro da Defesa, Eurico de Melo, os chefes da diplomacia dos sete países da UEO. Simultaneamente, a Espanha assinou também o seu protocolo de adesão. Após a cerimónia, os dois países participaram como observadores numa reunião alargada do Conselho Ministerial da UEO.»

(...) «Após a cerimónia, o chefe da diplomacia portuguesa tornou a falar aos jornalistas salientando, em termos de contrapartidas a oferecer por Portugal à UEO, «a importância de uma estabilidade de doutrina estratégica e de defesa que se manteve mesmo nos períodos mais difíceis da Revolução».

«Uma política de defesa e uma política externa bastante consistente, uma posição geoestratégica que é fácil de identificar, no que diz respeito à Europa Ocidental, como uma posição-chave de defesa de todo o flanco Oeste, e um conhecimento de zonas geoestratégicas mundiais em África, na América do Sul e noutros continentes» foram alguns dos aspectos apontados pelo ministro.

João de Deus Pinheiro salientou ainda que a contribuição portuguesa para a UEO «será abaixo dos 2 por cento das despesas da UEO, ao passo que a contribuição espanhola será próxima dos 20 por cento».

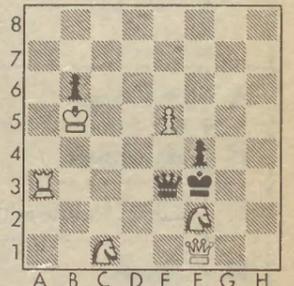
(...) «Reagindo à adesão de Portugal à UEO, o Partido Comunista Português classificou-a como «mais um passo na senda de uma política belicista». Em comunicado divulgado ontem, o PCP declarou-se «em total desacordo com este acto, significativo de um alinhamento com o reforço de tendências militaristas».

(«Diário de Lisboa», 15 de Novembro)

# Xadrez

CLXXX — 17 de Novembro de 1988

Proposição n.º 180  
Por: Jan Hartong  
«Torneio Dalton», 1920  
Pr.: [4]: Ps.b6, f4-D63-Rf3



Br.: [6]: P.e5-Cs.g1,f2-Ta3-Df1-Rb5

Mate em dois lances

\*\*\*

Jogo n.º 180

Campeonato do Mundo Juniores  
Adelaide, 1988

Br.: Adams (G.B.)  
Pr.: Colmas (E.)

1. e4,c5; 2. Cf3,d6; 3. d4,c4;d4; 4. C:d4,Cf6; 5. Cc3,a6; 6. B63,e6; 7. Dd2,b5; 8. f3,Bb7; 9. g4,h6; 10. O-O-O, Cbd7; 11. Bd3,b4; 12. Cç2,d5; 13. e:d5,C:d5; 14. Cf4,Da5; 15. Rb1; 16. D:e3,Dé5; 17. Dç1,D:d4; 18. C:e6,Db6; 19. Bg6,f:g6; 20. Th61,Cf6; 21. Df4,Bé7; 22. C:g7+,Rf8; 23. Td7,Th7; 24. Td:e7,T:g7; 25. D:h6,Ce8; 26. Dh8+,Tg8; 27. Dé5,Cg7; 28. Tf7+ e0-1.

Solução n.º 180

Chave: 1. Cd3!

1. .... Rg3; 2. Dh3++  
1. .... Dç5+; 2. C:c5++  
1. .... Dé4; 2. C61++  
1. .... D:e5+ 2. C:e5++  
1. .... D:d3; 2. T:d3++  
1. .... D:f2; 2. C:f2++

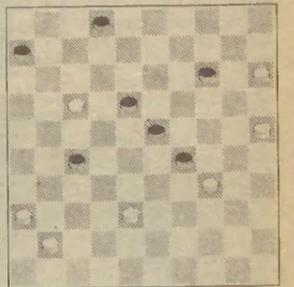
A. de M.M.

# Damas

CLXXX — 17 de Novembro de 1988

Proposição N.º 180  
Por: P. Kleute  
NL, 1927

Pr.: [7]: 2-6-14-18-23-27-29  
Br.: 15-17-25-34-36-38-41



Jogam as Brancas e ganham

\*\*\*

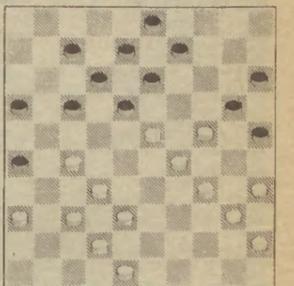
Golpe n.º 180

Por: Ottina (I)

Torneio Internacional de Paris, 1900

Pr.: [13]: 3-7-8-9-12-13-15-16-17-18-20-25-26

Br.: [14]: 23-24-27-29-32-34-35-36-37-38-40-42-45-48



Jogam as Brancas e ganham

\*\*\*

Soluções do N.º CLXXX

Miniatura n.º 180 (P.K.): 36-31 (27x47=D); 15-10 (47x11); 10x28 (11x30); 25x12+ (Nota-se o peão 34!)

Golpe N.º 180 (O.) 34-30 (25x34); 24x19 (13x33); 40x29 (33x24) 32-28 (18x29) 27-21 (16x27) 37-31 (26x37) 42x4=D+

A. de M.M.